

Amor.

2.7.2013

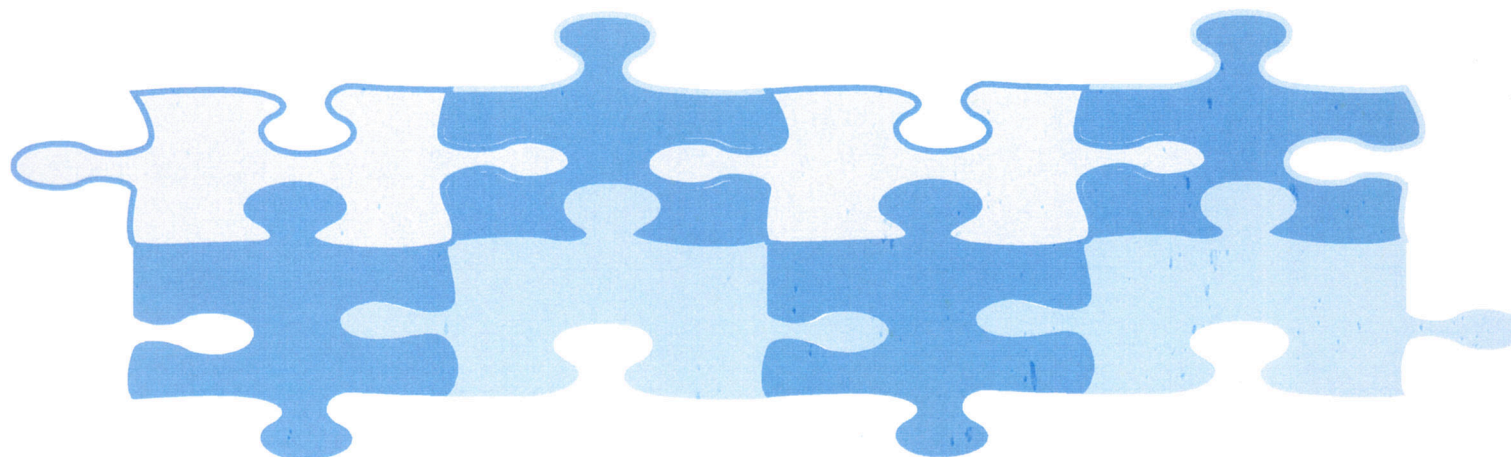
Paula

ASSUNÇÃO CRISTAS
MINISTRA DA AGRICULTURA, DO MAR,
DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO

PROGRAMAÇÃO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2012



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
DIREÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Relatório de Atividades 2012

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

ÍNDICE

I - Nota Introdutória	3
II - Caracterização da DGADR	5
1. Missão e Atribuições	6
2. Enquadramento Legal	7
3. Estrutura Orgânica	7
III – Autoavaliação	13
1. Enquadramento	14
2. Avaliação do Sistema de Controlo Interno	14
3. Publicidade Institucional	17
4. Desenvolvimento de Medidas para um Reforço Positivo de Desempenho Formação	17
5. Análise da Satisfação dos Clientes	20
6. Análise da Satisfação dos Colaboradores	26
7. Avaliação do Grau de Cumprimento dos Objetivos do QUAR	35
8. Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano, com indicação dos resultados alcançados	40
Informação, Gestão e Administração	40
Agricultura, Território e Agentes Rurais	51
Hidráulica e Engenharia Agro-Rural	60
Regadio e Recursos Naturais	67
Produtos Fitofarmacêuticos e Sanidade Vegetal	77
Fitossanidade e Materiais de Multiplicação de Plantas	87
Coordenação da Rede Rural Nacional e Unidade Central da Estrutura Técnica de Animação	99
9. Afetação Real prevista dos Recursos	104
Recursos Humanos	104
Recursos Financeiros	105
Recursos Materiais	107
IV – Balanço Social	110
V - Avaliação final	122
Apreciação Qualitativa e Quantitativa dos Resultados Alcançados e Menção Honrosa	128
Conclusões Prospetivas e Plano de Melhorias	130
VI - Anexos	132

I - NOTA INTRODUTÓRIA

O Relatório de Atividades da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) tem como objetivo apresentar a execução das atividades planeadas para 2012 em conformidade com o determinado no **Decreto-Lei n.º 183/96**, de 27 de setembro. Este documento faz parte integrante do ciclo anual de gestão dos serviços da administração pública, com demonstração qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados, em articulação com as novas regras constantes da **Lei n.º 66-B/2007** de 28 de dezembro.

A Lei acima referida estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública, designado por SIADAP, que pretende “contribuir para a melhoria do desempenho e qualidade de serviço da Administração Pública, para a coerência e harmonia da ação dos serviços, dirigentes e demais trabalhadores e para uma promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências”.

Ao assentar numa conceção integrada dos sistemas de gestão e avaliação, o SIADAP visa reforçar na Administração Pública uma cultura de avaliação e responsabilização, vinculada pela publicitação dos objetivos dos serviços e dos resultados obtidos, em estreita articulação com o ciclo anual de gestão.

É de salientar que com a publicação do **Decreto-Lei n.º 7/2012** a 17 de janeiro que estabelece a missão, atribuições e estrutura geral do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT) surgiram alterações na orgânica da DGADR conforme constam no **Decreto Regulamentar n.º 32/2012**, de 20 de março onde se define nova missão e atribuições. Contudo o relatório de atividades 2012 está de acordo com o **Decreto Regulamentar n.º 8/2007**, de 27 de fevereiro, que aprovou a lei orgânica da DGADR em 2007, analisando o desenvolvimento e execução das atividades e objetivos expressos no Plano de Atividades para 2012 também este redigido de acordo com o Decreto Regulamentar nº8/2007, de 27 de Fevereiro.

II - CARACTERIZAÇÃO DA DGADR

1. Missão e Atribuições

A DGADR é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa e integrado no Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT). A sua missão, conforme constava no **Decreto-Lei n.º 209/2006**, de 27 de outubro, era: “Contribuir para a execução das políticas nos domínios da agricultura, dos recursos genéticos vegetais, da fitossanidade e dos produtos fitofarmacêuticos, dos materiais de multiplicação de plantas e de variedades vegetais, do regadio e da gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas, da proteção dos recursos naturais e da gestão sustentável do território, da qualificação dos agentes rurais e da valorização e diversificação económica das zonas rurais, propondo as medidas e instrumentos de política, promovendo a respetiva aplicação e participando no seu acompanhamento e avaliação, sendo o serviço investido nas funções de autoridade nacional do regadio, assim como de autoridade fitossanitária nacional”.

Para tal prosseguiu as seguintes atribuições:

- Contribuir para a formulação da estratégia, das prioridades e objetivos e participar na elaboração de planos, programas e projetos nas áreas da sua missão;
- Promover o desenvolvimento económico e social das zonas rurais, designadamente através da qualificação e valorização dos territórios e da diversificação económica;
- Promover a viabilização das explorações agrícolas, a modernização das empresas de transformação e comercialização dos produtos agroalimentares;
- Dinamizar uma política de sustentabilidade dos recursos naturais, do regadio e do desenvolvimento dos aproveitamentos hidroagrícolas, nomeadamente, e sem prejuízo de externalização, a promoção e acompanhamento e fiscalização da obra hidráulica;
- Assegurar a proteção e a valorização dos recursos genéticos vegetais;
- Executar a política de proteção das culturas;
- Desenvolver as funções de autoridade nacional de regadio, representando o Ministério em matérias relacionadas com a utilização da água na agricultura, participando na definição da política nacional da água e elaborando, coordenando, acompanhando e avaliando a execução do Plano Nacional do Regadio, criando e mantendo atualizado um sistema de informação sobre o regadio e sobre as infraestruturas hidroagrícolas que o sustentam;
- Desenvolver as funções de autoridade fitossanitária nacional, preparando as normas necessárias a uma eficaz regulamentação do setor dos produtos fitofarmacêuticos, promovendo a sua correta utilização e colaborando na conceção e execução de programas de monitorização dos resíduos de pesticidas e de controlo de formulações de pesticidas no mercado, assegurando o cumprimento das obrigações nacionais, comunitárias e internacionais, bem como elaborando e implementando os programas de âmbito ou relevância nacional destinados a garantir o bom estado fitossanitário das culturas.

2. Enquadramento Legal

- **Decreto Regulamentar n.º 8/2007**, de 27 de fevereiro, que aprova a sua orgânica;
- **Portaria n.º 219-C/2007**, de 28 de fevereiro, que estabelece a estrutura nuclear e as competências das respetivas unidades orgânicas;
- **Despacho n.º 9185/2007**, de 23 de março, que determina a composição das unidades orgânicas nucleares e as respetivas competências.
- **Portaria n.º 1342/2007**, de 11 de outubro, que fixa o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e a dotação máxima de chefes de equipa multidisciplinares.

3. Estrutura Orgânica

De acordo com o disposto na Portaria n.º 219-C/2007, de 28 de fevereiro, e Despacho n.º 9185/2007, de 23 de março, a DGADR encontrava-se estruturada nas seguintes unidades orgânicas:

Direção

Direção de Serviços de Informação, Gestão e Administração (DSIGA)

- Divisão de Organização e Gestão de Recursos Humanos (DOGRH)
- Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental (DGFCO)
- Divisão de Planeamento, Documentação e Informática (DPDI)

Direção de Serviços de Agricultura, dos Territórios e Agentes Rurais (DSATAR)

- Divisão de Apoio às Explorações Agrícolas (DAEA)
- Divisão de Formação e Associativismo (DFA)
- Equipa de Promoção e Desenvolvimento dos Territórios Rurais (EPDTR)

Direção de Serviços de Hidráulica e Engenharia Agro-Rural (DSHEAR)

- Divisão de Infraestruturas Hidráulicas (DIH)
- Divisão de Engenharia Agro-Rural (DEA)
- Equipa de Mecanização e Apoio a Projetos (EMAP)

Direção de Serviços de Regadio e dos Recursos Naturais (DSRRN)

- Divisão de Planeamento do Regadio e dos Solos (DPRS)
- Divisão de Gestão do Regadio e da Qualidade da Água (DGRQA)

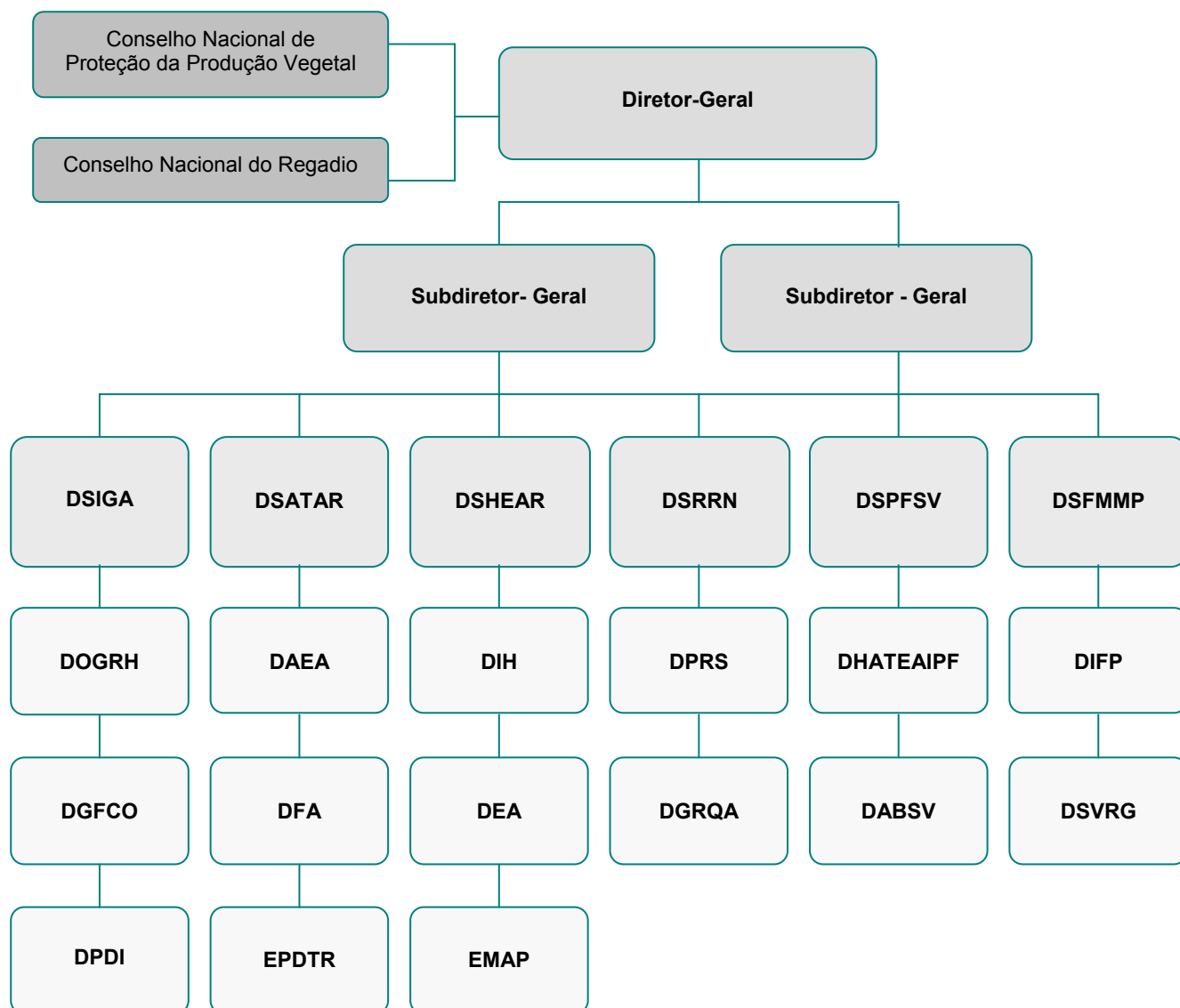
Direção de Serviços de Produtos Fitofarmacêuticos e de Sanidade Vegetal (DSPFSV)

- Divisão de Homologação e de Avaliação Toxicológica, Ecotoxicológica, Ambiental e da Identidade de Produtos Fitofarmacêuticos (DHATEAIPF)
- Divisão de Avaliação Biológica e de Sanidade Vegetal (DABSV)

Direção de Serviços da Fitossanidade e de Materiais de Multiplicação de Plantas (DSFMMP)

- Divisão de Inspeção Fitossanitária e Propágulos (DIFP)
- Divisão de Sementes, Variedades e Recursos Genéticos (DSVRG)

ORGANOGRAMA



Com a publicação do Decreto Regulamentar nº32/2012 de 20 março que aprova a orgânica deste organismo, a DGADR prossegue as seguintes atribuições:

- Contribuir para a formulação da estratégia, das prioridades e objetivos e participar na elaboração de planos, programas e projetos nas áreas da sua missão;
- Promover o desenvolvimento económico e social das zonas rurais, designadamente através da associação e qualificação dos agentes rurais, valorização e diversificação económica dos territórios, bem como da viabilização das explorações agrícolas e da dinamização de uma política de sustentabilidade dos recursos naturais, de estruturação fundiária, de proteção e valorização do solo de uso agrícola e do desenvolvimento dos aproveitamentos hidroagrícolas;
- Representar o MAMAOT em matérias relacionadas com a utilização da água na agricultura, participando na definição da política nacional da água e elaborando, coordenando, acompanhando e avaliando a execução do Plano Nacional dos Regadios;
- Criar e manter atualizado um sistema de informação sobre o regadio e sobre as infraestruturas que o sustentam;
- Assegurar a proteção e a valorização dos recursos genéticos do sector agrícola, designadamente através da coordenação da execução de ações que visem a defesa e a gestão do património genético vegetal nacional, promovendo as ações de melhoramento e conservação dos recursos genéticos vegetais, bem como regulamentar e promover o sistema de avaliação de novas variedades vegetais com interesse para o país, garantindo a inscrição no Catálogo Nacional de Variedades;
- Coordenar as atividades técnicas inerentes à implementação de práticas e modos de produção sustentáveis;
- Definir as regras para o licenciamento das explorações pecuárias e promover os respetivos sistemas de informação

A publicação da Portaria n.º 303/2012, de 4 de outubro, fixa a estrutura nuclear da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e o Despacho n.º 13434/2012, de 15 de outubro cria as unidades flexíveis da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural encontrando-se agora estruturada nas seguintes unidades orgânicas:

Direção

Direção de Serviços de Informação, Gestão e Administração (DSIGA)

- ⇒ Divisão de Organização e Recursos Humanos (DORH)
- ⇒ Divisão de Gestão Financeira (DGF)
- ⇒ Divisão de Planeamento e Gestão da Informação (DPGI)

Direção de Serviços de Promoção da Atividade Agrícola (DSPAA)

- ⇒ Divisão de Apoio às Explorações Agrícolas (DAEA)
- ⇒ Divisão da Qualidade e Recursos Genéticos (DQRG)
- ⇒ Divisão de Gestão dos Recursos Naturais (DGRN)

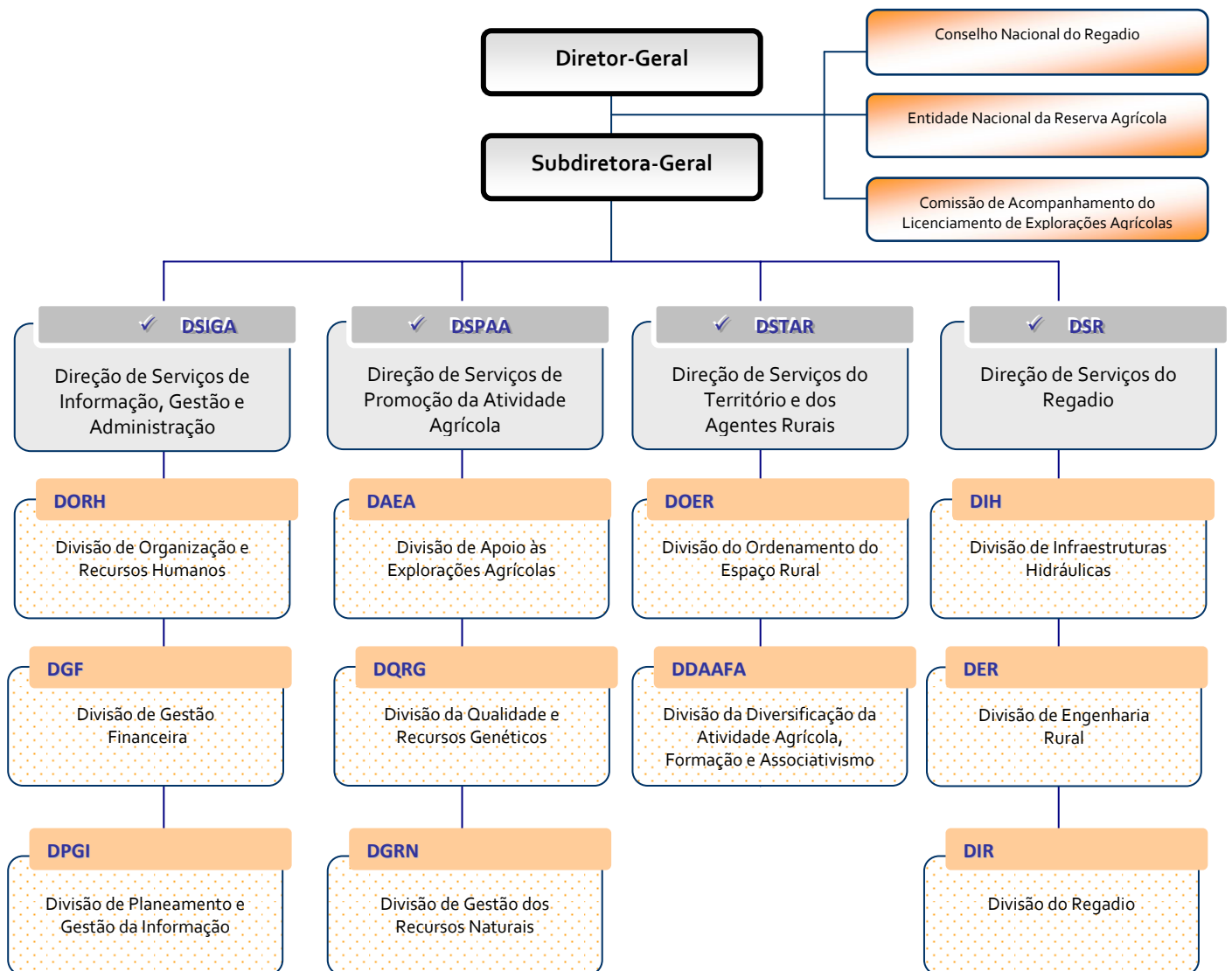
Direção de Serviços do Território e Agentes Rurais (DSTAR)

- ⇒ Divisão de Ordenamento do Espaço Rural (DOER)
- ⇒ Divisão da Diversificação da Atividade Agrícola, Formação e Associativismo (DDAAFA)

DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO REGADIO (DSR)

- ⇒ Divisão de Infraestruturas Hidráulicas (DIH)
- ⇒ Divisão de Engenharia Rural (DER)
- ⇒ Divisão do Regadio (DIR)

ORGANOGRAMA



III – AUTOAVALIAÇÃO

1. Enquadramento

Sendo parte integrante do Relatório de Atividades, a autoavaliação (Artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007 de 28 de dezembro) é um instrumento valioso para o processo de mudança, que permite uma consciencialização do estado de desenvolvimento da organização, conferindo orientações em relação às áreas mais e menos desenvolvidas e permitindo identificar oportunidades de melhoria. A sua aplicação apesar de não proporcionar uma melhoria imediata permite identificar áreas de intervenção, necessárias ou estratégicas, através de uma análise abrangente e sistemática de atividades e resultados.

Na elaboração deste relatório, optou-se por evidenciar os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com a execução final do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), face aos objetivos anualmente fixados.

Pretende-se, igualmente, fazer uma exposição genérica do que tem sido a estratégia de atuação desta Direção-Geral para responder às exigências do processo de mudança, com apresentação dos resultados alcançados face aos objetivos definidos pelas unidades orgânicas, as ações/iniciativas, bem como as atividades relevantes não planeadas.

2. Avaliação do Sistema de Controlo Interno

No âmbito do controlo interno diretamente relacionado com o Quadro de Avaliação e Responsabilização procede-se à atualização na plataforma GeADAP bem como a utilização interna de instrumentos para monitorização do QUAR.

A estrutura organizacional obedece às regras definidas legalmente de acordo com o enquadramento legal e estrutura orgânica já anteriormente referidas. Em 2012 todos os trabalhadores da DGADR foram avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3 exceto aqueles que já não exercem funções na DGADR (por aposentação, transferência ou mobilidade interna para outros serviços) ou por motivo de doença prolongada.

No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade é importante referir que a certificação de sementes em Portugal existe desde 1939 e a acreditação do Laboratório de Ensaio de Sementes (LES), pela International Seed Testing Association (ISTA), existe desde 2001 em que todo o sistema da qualidade está implementado e em funcionamento desde essa data. Atualmente a certificação e o controlo da qualidade de sementes em geral é oficialmente promovida pela DGADR através da Divisão de Sementes, Variedades e Recursos Genéticos da Direção de Serviços de Fitossanidade e Materiais de Multiplicação de Plantas.

A DSFMMP foi sujeita a duas missões *Food and Veterinary Office* (FVO), uma no domínio das sementes e do cultivo de variedades geneticamente modificadas, e outra no que respeita o controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP). No que respeita as sementes e o cultivo de variedades geneticamente modificadas, nas vertentes da responsabilidade da DSFMMP não foram identificadas quaisquer recomendações. Relativamente à missão do NMP, a equipa de auditoria apenas apresentou uma recomendação no que respeita o tratamento da casca de coníferas, para a qual foi já feita a ação corretiva com a conclusão da validação do método de tratamento por vapor de água e a sua aprovação pela Comissão Europeia. No que respeita o sistema de controlo das Unidades Industriais de Tratamento de Madeira não foram assinaladas recomendações.

A DSFMMP foi igualmente sujeita a uma auditoria interna realizada pelo IGAMAOT, no âmbito da execução do Plano n.º 30 - Fitossanidade, integrado no Plano Nacional de Controlo Plurianual Integrado, tendo as respetivas recomendações sido devidamente avaliadas e apresentado o respetivo plano de ação.

No âmbito do controlo interno de Qualidade do Laboratório de Ensaio de Sementes foi promovido um *ring test* com dois laboratórios estrangeiros (francês e espanhol) relativo a ensaios de germinação de duas espécies de trevos.

ANEXO A

ANEXO A

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?		X		
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?		X		
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contatos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	X			
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			1
3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			2
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?		X		
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			2
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X			3
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			2
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X			
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			

Nota: as respostas devem ser dadas tendo por referência o ano em avaliação.

Legenda: S – Sim; N – Não; NA – Não aplicável.

1 - 21 %

2 - Parcialmente

3 - Executado

3. Publicidade Institucional

A RCM n.º 47/2010, de 25 de junho prevê no n.º 10 que as entidades abrangidas pela resolução, no caso particular o Estado, devem incluir no respetivo relatório de atividades uma secção especificamente dedicada à informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional, nos termos definidos na regulamentação aplicável.

O n.º 2 desta resolução determina que se consideram como publicidade institucional quaisquer formas de comunicação realizadas pelas entidades mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários, com o objetivo direto ou indireto de promover iniciativas ou de difundir uma mensagem relacionada com os seus fins ou as suas atribuições.

Neste âmbito e durante o ano de 2012 foram dispendidos os seguintes valores, relativos a publicações no Diário da República.

Anúncios de Concursos Públicos	5,849,39
Total	5,849,39

4. Desenvolvimento de Medidas para um Reforço Positivo de Desempenho Formação

No âmbito da formação importa salientar:

- Cursos em diversas áreas, nomeadamente:
 - ✓ Análise do custo da água de Rega
 - ✓ Marketing Territorial (Início da ação de formação)
 - ✓ Inspeção de Equipamentos de Produtos Fitofarmacêuticos

No âmbito de Reconhecimento de Entidades formadoras (12 entidades e 25 cursos homologados) nas seguintes áreas:

- ✓ Agricultura biológica - 7 entidades/ 7 cursos
- ✓ PRODI Actínídeas- 2 entidades/ 2 cursos
- ✓ PRODI Citrinos-1 entidade/ 1 curso
- ✓ PRODI Hortícolas Asteráceas-1 entidade/ 1 curso
- ✓ PRODI Hortícolas Brassicáceas-1 entidade/ 1 curso

- ✓ PRODI Hortícolas Curcubitáceas-1 entidade/ 1 curso
- ✓ PRODI Hortícolas Solanáceas-2 entidades/ 2 cursos
- ✓ PRODI Oliveira-1 entidade/ 1 curso
- ✓ PRODI Prunóideas-1 entidade/ 1 curso
- ✓ PRODI Vinha-4 entidades/ 4 cursos
- ✓ Produção Integrada Animal-4 entidades/ 4 cursos

No âmbito de homologação de ações destinadas a técnicos (num total de 155):

- ✓ Distribuição, Comercialização e aplicação de PF-51 ações
- ✓ Actualização em Distribuição, Comercialização e aplicação de PF-14 ações
- ✓ Aperfeiçoamento em Máquinas e Equipamentos de Tratamento e Protecção das Plantas-9 ações
- ✓ Base de Mecanização Agrícola-1 ação
- ✓ Valorização Agrícola de Lamas-3 ações
- ✓ Micologia-24 ações (24/Técnicos; 0/Formadores)
- ✓ Agricultura biológica-26 ações
- ✓ -PRODI Actiníideas-1 ação
- ✓ - PRODI Citrinos-2 ações
- ✓ - PRODI Hortícolas Brassicáceas-1 ação
- ✓ - PRODI Hortícolas Curcubitáceas-1 ação
- ✓ - PRODI Hortícolas Solanáceas-2 ações
- ✓ -PRODI Oliveira-2 ações
- ✓ -PRODI Pomóideas-1 ação
- ✓ -PRODI Prunóideas-1 ação
- ✓ -PRODI Vinha-5 ações
- ✓ -PI Castanheiro-2 ações
- ✓ -PI Nogueira-3 ações

- ✓ -Produção Integrada Animal-5 ações
- ✓ -Bem-estar animal no abate de Ungulados Domésticos-1 ação

No âmbito de cursos com certificados homologados (total=62):

- ✓ Distribuição, Comercialização e aplicação de PF-21 cursos
- ✓ Actualização em Distribuição, Comercialização e aplicação de PF-13 cursos
- ✓ Aperfeiçoamento em Máquinas e Equipamentos de Tratamento e Protecção das Plantas-3 cursos
- ✓ Base de Mecanização Agrícola-1 curso
- ✓ Valorização agrícola de Lamas-2 cursos
- ✓ Micologia-4 cursos (3/Técnicos; 1/Formadores)
- ✓ Agricultura biológica-16 cursos
- ✓ PRODI Oliveira-1 curso
- ✓ Bem-estar animal no abate de Ungulados Domésticos-1 curso

No âmbito de certificados homologados (total=859):

- ✓ Distribuição, Comercialização e aplicação de PF-318 Certificados
- ✓ Actualização em Distribuição, Comercialização e aplicação de PF-168
- ✓ Aperfeiçoamento em Máquinas e Equipamentos de Tratamento e Protecção das Plantas-41 certificados
- ✓ Base de Mecanização Agrícola-13 certificados
- ✓ Valorização agrícola de Lamas-29 certificados
- ✓ Micologia-58 certificados (43/Técnicos; 15/Formadores)
- ✓ Agricultura biológica-214 certificados
- ✓ PRODI Oliveira-15 certificados
- ✓ Bem-estar animal no abate de Ungulados Domésticos-3 certificados

5. Análise da Satisfação dos Clientes

No contexto atual, os serviços públicos estão cada vez mais vocacionados para atingir a qualidade de seus produtos e serviços, pelo que a procura de uma melhoria contínua dos serviços prestados é um dos principais compromissos assumidos pela DGADR.

Neste sentido, solicitou-se às entidades/clientes o preenchimento de um “Questionário de satisfação”; enviado por e-mail a 310 entidades, num período de avaliação que decorreu de 24 de Janeiro até 07 de março de 2013. Foram validados 39 questionários o que se traduz numa **taxa de resposta de 12,6%**.

O questionário destinado à recolha de informação inclui basicamente questões fechadas, de modo a maximizar a obtenção de informação estandardizada, embora em cada questão fosse dada a possibilidade de sugerir melhorias integrando 4 grupos de questões com possibilidade de resposta através de uma rating scale de 5 pontos:

- ♦ 1 - Muito Insatisfeito,
- ♦ 2 - Insatisfeito,
- ♦ 3 - Pouco Satisfeito,
- ♦ 4 - Satisfeito
- ♦ 5 - Muito Satisfeito

Análise Global

Através da análise global dos resultados obteve-se um nível de satisfação médio de **4,08**, superior ao alcançado no ciclo de gestão de 2011 (**4,00**).

O grupo de questões relacionadas com “Imagem global da organização” e “Envolvimento e participação” foram as que tiveram maior nível de satisfação médio, **4,15** e **4,12**; As questões relacionadas com “Acessibilidade” e “Produtos e serviços” tiveram níveis de **3,97** e **4,09**, respetivamente.

As questões onde se obteve maior índice de satisfação foram:

“Cortesia dos colaboradores que lidam com os clientes no local de atendimento ao público” **4,30**;

“A possibilidade de utilização de vários canais de comunicação (telefone; e-mail; reuniões)” **4,28**,
“Esclarecimento de dúvidas através de correio eletrónico” **4,14** e “Qualidade dos esclarecimentos prestados presencialmente, com **4,19**;

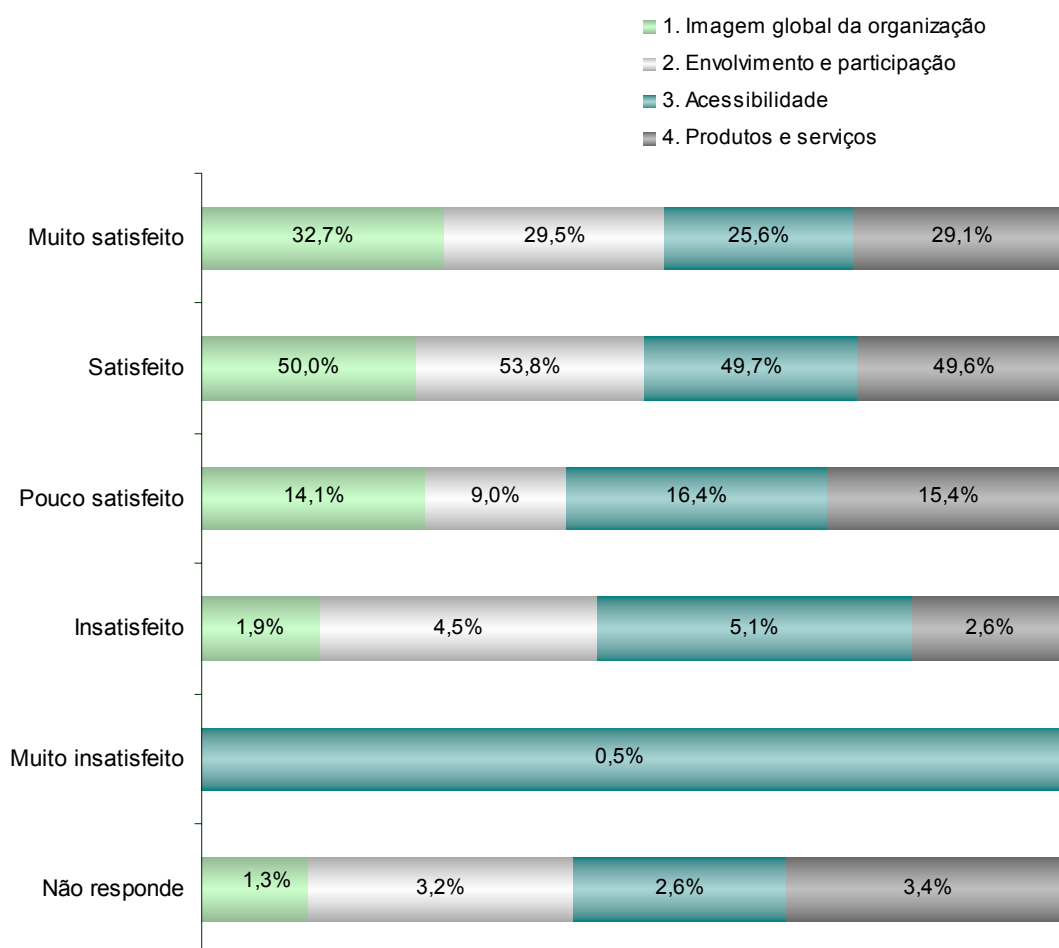
“Qualidade dos esclarecimentos prestados por telefone” **4,18**, “Cortesia dos colaboradores que atendem por telefone os clientes” **4,28** e “Existência de interlocutores responsáveis pelas relações com os serviços “ com **4,21**.

As questões que apresentaram um nível médio de satisfação mais baixo foram:

“Possibilidade de sugerir melhoria” 3,87, “Informação disponível on-line” **3,82** e “Nível de simplificação dos formulários (clareza da linguagem, acessibilidade, facilidade de preenchimento)” **3,92**, ainda que todos os níveis não registem valores inferiores a 3.

No gráfico seguinte apresenta-se uma síntese dos resultados obtidos em termos percentuais:

Numa análise global verifica-se que, na generalidade, os clientes da DGADR estão satisfeitos com a prestação do organismo, como se pode ver a seguir mais em pormenor e relativamente a cada um dos grupos de questões.



Análise por Questão

Segue-se uma apreciação mais detalhada de cada grupo de questões:

1. Imagem global da organização	0	1	2	3	4	5
Desempenho da organização	0%	0%	0%	15%	69%	15%
Cortesia dos trabalhadores que lidam com os clientes no local de atendimento ao público	5%	0%	0%	15%	36%	44%
Cortesia dos trabalhadores que atendem por telefone os clientes	0%	0%	0%	13%	46%	41%
Flexibilidade e autonomia que os trabalhadores da área do atendimento têm para resolver as situações individuais	0%	0%	8%	13%	49%	31%

0 = Não responde, 1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito

Neste grupo de questões encontra-se uma incidência de 50% de inquiridos satisfeitos e 32,7% de inquiridos “muito satisfeitos”.

1. Imagem global da organização	Nível médio de satisfação
	4,15
Desempenho da organização	4,00
Cortesia dos trabalhadores que lidam com os clientes no local de atendimento ao público	4,38
Cortesia dos trabalhadores que atendem por telefone os clientes	4,28
Flexibilidade e autonomia que os trabalhadores da área do atendimento têm para resolver as situações individuais	4,03

O nível médio de satisfação relativamente à **Imagem global da organização** foi de **4,15**, tendo sido o item “Cortesia dos trabalhadores que lidam com os clientes no local de atendimento ao público” o que obteve maior nível médio de satisfação (**4,38**) e o item “Desempenho da organização” que obteve um nível médio de satisfação mais baixo (**4,00**).

2. Envolvimento e participação	0	1	2	3	4	5
Possibilidade de sugerir melhoria	3%	0%	10%	10%	59%	18%
A possibilidade de utilização de vários canais de comunicação	0%	0%	3%	8%	49%	41%
A existência de interlocutores responsáveis pelas relações com os serviços	3%	0%	3%	8%	54%	33%
Existência de vários canais para reclamações (presencialmente; por escrito; por telefone e via web)	8%	0%	3%	10%	54%	26%

0 = Não responde, 1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito

Também neste grupo de questões a tendência verificada é de “satisfeito”, com uma incidência de 53,8%, seguindo-se “muito satisfeito” com 29,5%. 41% dos clientes consideram-se mesmo muito satisfeitos com “a possibilidade de utilização de vários canais de comunicação” .

2. Envolvimento e participação	Nível médio de satisfação
	4,12
Possibilidade de sugerir melhoria	3,87
A possibilidade de utilização de vários canais de comunicação	4,28
A existência de interlocutores responsáveis pelas relações com os serviços	4,21
Existência de vários canais para reclamações (presencialmente; por escrito; por telefone e via web)	4,11

Relativamente ao **Envolvimento e participação** o nível médio de satisfação foi de **4,12**. O item, dentro deste grupo, com maior nível médio de satisfação foi “A possibilidade de utilização de vários canais de comunicação (telefone; e-mail; reuniões)” (**4,28**) e o que obteve menor nível médio de satisfação foi “Possibilidade de sugerir melhoria” (**3,87**).

3. Acessibilidade	0	1	2	3	4	5
Horário de atendimento	3%	0%	5%	15%	49%	28%
Informação acessível	0%	0%	8%	18%	44%	31%
Nível de simplificação dos formulários (clareza da linguagem, acessibilidade, facilidade de preenchimento)	5%	0%	8%	13%	54%	21%
Esclarecimento de dúvidas através de correio eletrónico	5%	0%	0%	21%	41%	33%
Informação disponível on-line	0%	3%	5%	15%	62%	15%

0 = Não responde, 1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito

Mantêm-se a tendência “de satisfação” nas respostas às questões, com uma incidência de 49,7% de inquiridos satisfeitos. Trata-se de questões que implicam uma comunicação direta com o exterior pelo que tornam mais suscetíveis de críticas e apresentam mais sugestões de melhoria principalmente no que diz respeito à “informação disponível on-line”, (8% de insatisfação) não obstante 77% dos inquiridos se afirmarem satisfeitos (englobando satisfeitos e muito satisfeitos).

3. Acessibilidade	Nível médio de satisfação
	3,97
Horário de atendimento	4,03
Informação acessível	3,97
Nível de simplificação dos formulários (clareza da linguagem, acessibilidade, facilidade de preenchimento)	3,92
Esclarecimento de dúvidas através de correio eletrónico	4,14
Informação disponível on-line	3,82

O grupo de questões relativas à **Acessibilidade** apresentou um nível médio de satisfação de **3,97**. O item, dentro deste grupo, com maior nível médio de satisfação foi “Esclarecimento de dúvidas através de correio eletrónico” (**4,14**) e o que obteve menor nível médio de satisfação foi “Informação disponível on-line” (**3,82**).

4. Produtos e serviços	0	1	2	3	4	5
Satisfação global com os produtos entregues	8%	0%	3%	15%	54%	21%
Satisfação global com os serviços prestados	3%	0%	0%	21%	46%	31%
Clareza da informação disponibilizada	0%	0%	8%	10%	51%	31%
Qualidade dos esclarecimentos prestados por telefone	3%	0%	3%	15%	41%	38%
Qualidade dos esclarecimentos prestados presencialmente	5%	0%	0%	13%	51%	31%
Tempo de resposta às solicitações	3%	0%	3%	18%	54%	23%

0 = Não responde, 1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito

Continua uma incidência maioritária nos itens “satisfeito” e “muito satisfeito”, de 49,6% e 29,1% respetivamente. 38% das entidades/clientes expressaram-se “muito satisfeitos” com o item “Qualidade dos esclarecimentos prestados por telefone”.

4. Produtos e serviços	Nível médio de satisfação
	4,09
Satisfação global com os produtos entregues	4,00
Satisfação global com os serviços prestados	4,11
Clareza da informação disponibilizada	4,05
Qualidade dos esclarecimentos prestados por telefone	4,18
Qualidade dos esclarecimentos prestados presencialmente	4,19
Tempo de resposta às solicitações	4,00

O nível médio de satisfação relativamente aos **Produtos e serviços** foi de **4,09**, tendo sido o item “Qualidade dos esclarecimentos prestados presencialmente” o que obteve maior nível médio de satisfação (**4,19**) e o item “Tempo de resposta às solicitações” e “Satisfação global com os produtos entregues” que obtiveram nível médio de satisfação mais baixo respetivamente (**4,00**).

6. Análise da Satisfação dos Colaboradores

Para se obter a informação relativa ao grau de satisfação dos colaboradores, solicitou-se o preenchimento de um questionário eletrónico englobando vários aspetos relacionados com o funcionamento da DGADR. Foi enviado por e-mail às Direções de Serviços que procederam à sua divulgação junto dos seus colaboradores, num período que decorreu de 04 de março a 5 de abril 2013.

O universo foi constituído pelos 162 colaboradores existentes à data de realização do inquérito e foram validados 69 questionários o que se traduz numa **taxa de resposta de 42,2%**.

À semelhança do questionário dirigido às entidades/clientes destinado à recolha de informação este inclui basicamente questões fechadas, de modo a maximizar a obtenção de informação estandardizada, embora em cada questão fosse dada a possibilidade de sugerir melhorias. O questionário é constituído por grupos de questões com possibilidade de resposta através de uma rating scale de 5 pontos:

- ♦ 1 - Muito Insatisfeito,
- ♦ 2 - Insatisfeito,
- ♦ 3 - Pouco Satisfeito,
- ♦ 4 - Satisfeito
- ♦ 5 - Muito Satisfeito

Análise Global

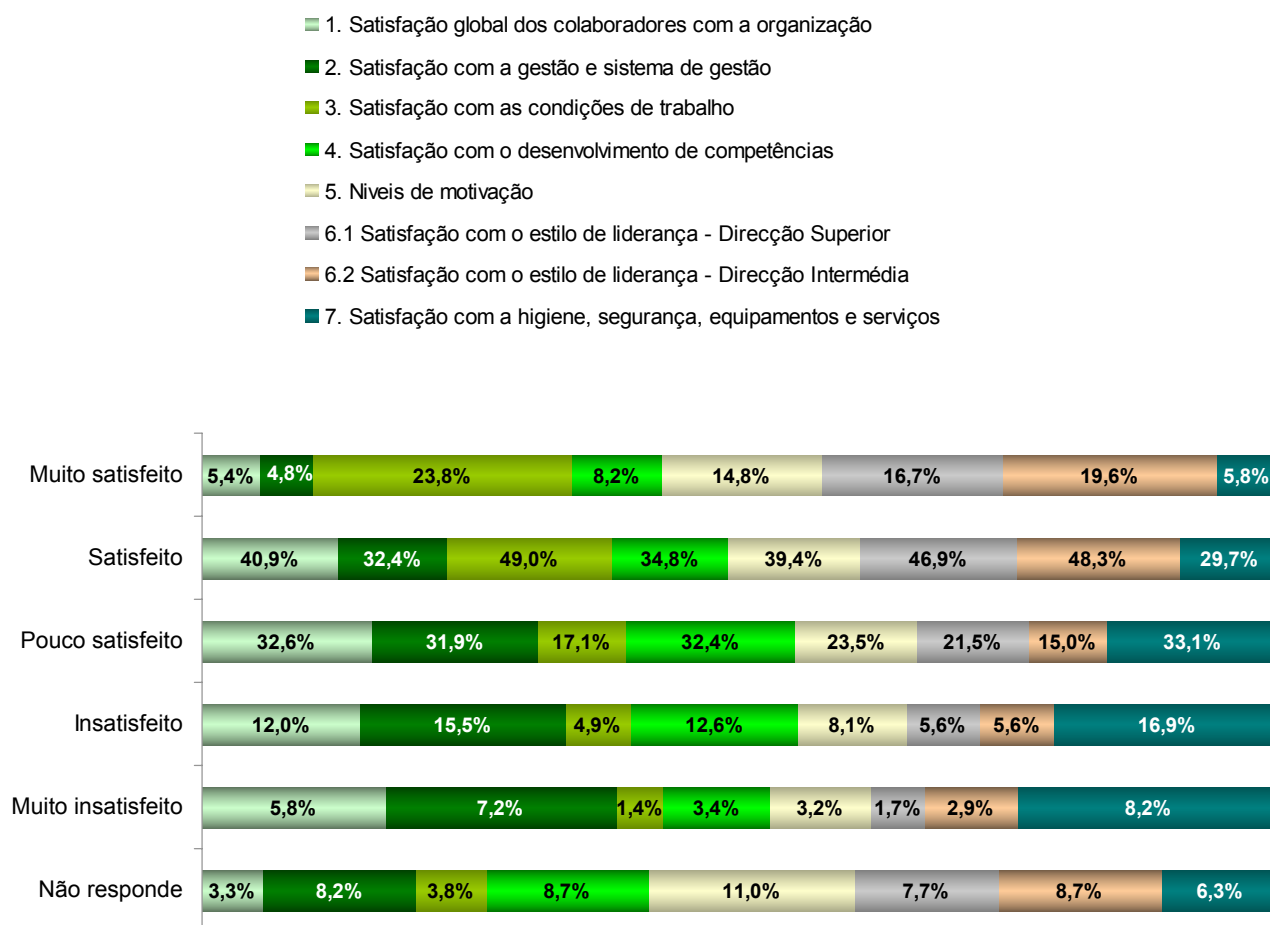
Através da análise global dos resultados obtidos obteve-se um nível de satisfação médio de **3,54**, ligeiramente superior ao obtido no ciclo de gestão de 2011 (**3,27**).

O grupo de questões relacionadas com “Satisfação com as condições de trabalho” foi o que obteve maior nível de satisfação médio (**3,92**). O grupo de questões que obtiveram um nível de satisfação médio mais baixo foi o grupo relacionado com “Satisfação com a higiene, segurança, equipamentos e serviços” (**3,09**).

As questões onde se obteve maior índice de satisfação foram “Possibilidade de conciliar o trabalho com a vida familiar e a saúde ” (**4,24**), “Horário de trabalho” (**4,21**), “Encoraja a confiança mútua e o respeito” (**4,00**), “Aceita sugestões de melhoria” – estilo de liderança Intermédia (**3,97**) e “Estimula a iniciativa das pessoas” (**3,92**).

As questões que apresentaram um nível médio de satisfação mais baixo foram: “Envolvimento dos colaboradores em atividades de melhoria” (**3,03**) “Equipamentos de comunicação disponíveis” e “Serviços Sociais” (**3,02**), “Equipamentos informáticos disponíveis” (**2,85**), “software disponível” (**2,71**)

O quadro síntese dos resultados em termos percentuais:



Numa apreciação geral, verifica-se que os trabalhadores demonstram uma maior percentagem de respostas de “muito satisfeito” e “satisfeito” com as condições de trabalho, logo seguido o estilo de liderança (Direção intermédia). Por seu lado, o item onde se encontra maior índice de insatisfação (muito insatisfeito e insatisfeito) é no item higiene, segurança, equipamentos e serviços.

Análise por Questão

Segue-se uma apreciação mais detalhada de cada grupo de questões:

1. Satisfação global dos trabalhadores com a organização	1	2	3	4	5	6
Imagem da organização	0%	4%	10%	36%	43%	6%
Desempenho global da organização	1%	3%	14%	25%	51%	6%
Nível de envolvimento dos trabalhadores na organização e na respetiva missão	4%	7%	9%	30%	43%	6%
Envolvimento dos trabalhadores em atividades de melhoria	7%	9%	14%	39%	26%	4%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

Neste grupo de questões referentes à satisfação global com a organização, cerca de 46% apresentam-se satisfeitos ou muito satisfeitos e 33 % apresentam-se poucos satisfeitos

1. Satisfação global dos trabalhadores com a organização	Nível médio de satisfação
	3,29
Imagem da organização	3,36
Desempenho global da organização	3,43
Nível de envolvimento dos trabalhadores na organização e na respetiva missão	3,33
Envolvimento dos trabalhadores em atividades de melhoria	3,03

O nível médio de satisfação relativamente à **Satisfação global dos trabalhadores com a organização** foi de **3,29**, tendo sido o item “Desempenho global da organização” o que obteve maior nível médio de satisfação (**3,43**) e o item “Envolvimento dos colaboradores em atividades de melhoria” o que obteve nível médio de satisfação mais baixo (**3,03**).

2. Satisfação com a gestão e sistemas de gestão	1	2	3	4	5	6
Forma de condução da organização (fixação de objetivos, afetação de recursos, monitorização dos projetos...)	9%	7%	16%	38%	26%	4%
Forma como os objetivos individuais e partilhados são fixados	7%	4%	20%	28%	35%	6%
Postura da organização face à mudança e à administração	9%	10%	10%	30%	36%	4%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

Da análise verificou-se que 31,9% dos trabalhadores estão pouco satisfeitos com a gestão e sistemas de gestão. Segue-se 32,4% de “satisfeitos” e 15,5% “insatisfeitos” e, foi referido como sugestão de melhoria a criação de um grupo interno (talvez voluntários) que se destinasse a trazer a inovação e modernização para a DGADR, nas múltiplas vertentes (burocráticas-administrativas e técnicas) incentivando um maior envolvimento dos trabalhadores na organização.

2. Satisfação com a gestão e sistemas de gestão	Nível médio de satisfação
	3,13
Forma de condução da organização (fixação de objetivos, afetação de recursos, monitorização dos projetos...)	3,05
Forma como os objetivos individuais e partilhados são fixados	3,19
Postura da organização face à mudança e à administração	3,16

Relativamente à **Satisfação com a gestão e sistemas de gestão** o nível médio de satisfação foi de **3,13**. O item, dentro deste grupo, com maior nível médio de satisfação foi “Forma como os objetivos individuais e partilhados são fixados” (**3,19**) e o que obteve menor nível médio de satisfação foi “Postura da organização face à mudança e à modernização” (**3,16**).

3. Satisfação com as condições de trabalho	1	2	3	4	5	6
Ambiente de trabalho	1%	1%	6%	20%	48%	23%
Modo como a organização lida com conflitos, queixas ou problemas pessoais	7%	1%	9%	25%	43%	14%
Horário de trabalho	1%	0%	1%	6%	62%	29%
Possibilidade de conciliar o trabalho com a vida familiar e assuntos de saúde	3%	0%	1%	7%	55%	33%
Igualdade de tratamento na organização	6%	4%	7%	28%	36%	19%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

É na satisfação com as condições de trabalho que se encontra maior percentagem de trabalhadores satisfeitos (49%) e 23,8% estão muito satisfeitos. 33% dos inquiridos estão muito satisfeitos com a possibilidade de conciliar o trabalho com a vida familiar e assuntos de saúde.

3. Satisfação com as condições de trabalho	Nível médio de satisfação
	3,92
Ambiente de trabalho	3,87
Modo como a organização lida com conflitos, queixas ou problemas pessoais	3,66
Horário de trabalho	4,21
Possibilidade de conciliar o trabalho com a vida familiar e assuntos de saúde	4,24
Igualdade de tratamento na organização	3,62

O nível médio de satisfação relativamente à **Satisfação com as condições de trabalho** foi de **3,92**, tendo sido o item “Possibilidade de conciliar o trabalho com a vida familiar e assuntos de saúde” o que obteve maior nível médio de satisfação (**4,24**) e o item “Igualdade de tratamento na organização” o que obteve nível médio de satisfação mais baixo (**3,62**).

4. Satisfação com o desenvolvimento das competências	1	2	3	4	5	6
Oportunidades criadas pela organização para desenvolver novas competências	4%	1%	10%	32%	45%	7%
Ações de formação que realizou	15%	6%	10%	30%	32%	7%
Nível de conhecimento que tem dos objetivos da organização	7%	3%	17%	35%	28%	10%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

Este item apresenta um grau de “pouco satisfeito” elevado com 32,4%, sendo o grau de satisfação (satisfeito (34,7%) e muito satisfeito (8,2%) dos mais baixos. 30% dos inquiridos respondem que estão pouco satisfeitos com as ações de formação que realizaram. Foi referido nas sugestões de melhoria a necessidade de proporcionar a participação em acções de formação externas como prémio de desempenho ou quando entendido ser relevante para o desempenho de determinadas tarefas/funções. Como forma de ultrapassar as questões de financiamento, procurar estabelecer protocolos com instituições de ensino (proporcionando estágios para os formandos ou informação, casos de estudo para projectos de investigação, etc.)

4. Satisfação com o desenvolvimento das competências	Nível médio de satisfação
	3,35
Oportunidades criadas pela organização para desenvolver novas competências	3,48
Ações de formação que realizou	3,29
Nível de conhecimento que tem dos objetivos da organização	3,27

O grupo de questões relativas à **Satisfação com o desenvolvimento das competências** apresentou um nível médio de satisfação de **3,35**. O item, dentro deste grupo, com maior nível médio de satisfação foi “Oportunidades criadas pela organização para desenvolver novas competências” (**3,48**) e o que obteve menor nível médio de satisfação foi “Nível de conhecimento que tem dos objetivos da organização” (**3,27**).

5. Níveis de motivação	1	2	3	4	5	6
Aprender novos métodos de trabalho	7%	3%	10%	23%	42%	16%
Desenvolver trabalho em equipa	6%	1%	4%	20%	48%	20%
Participar em ações de formação	10%	1%	10%	26%	36%	16%
Participar em projetos de mudança na organização	12%	6%	9%	23%	37%	13%
Sugerir melhorias	20%	4%	7%	26%	33%	9%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

Neste grupo de questões referentes ao nível de motivação cerca de 54% dos trabalhadores estão motivados ou até muito motivados, havendo uma elevada motivação para desenvolver trabalho em equipa, com um total de 48%.

5. Níveis de motivação	Nível médio de satisfação
	3,61
Aprender novos métodos de trabalho	3,63
Desenvolver trabalho em equipa	3,86
Participar em ações de formação	3,61
Participar em projetos de mudança na organização	3,49
Sugerir melhorias	3,44

O nível médio de satisfação relativamente aos **Níveis de motivação** foi de **3,61**, tendo sido o item “Desenvolver trabalho em equipa” o que obteve maior nível médio de satisfação (**3,86**) e o item “Sugerir melhorias” o que obteve nível médio de satisfação mais baixo (**3,44**).

6.1 Satisfação com o estilo de liderança	1	2	3	4	5	6
Direção Superior						
Lidera através do exemplo	4%	1%	6%	17%	52%	19%
Aceita sugestões de melhoria	10%	1%	7%	14%	52%	15%
Delega competências e responsabilidades	12%	0%	9%	23%	44%	13%
Estimula a iniciativa das pessoas	6%	4%	3%	25%	44%	19%
Encoraja a confiança mútua e o respeito	6%	1%	1%	20%	49%	22%
Promove o enriquecimento profissional	9%	1%	7%	29%	41%	13%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

O grau de satisfação com o estilo de liderança da Direção Superior da DGADR apresenta uma percentagem de “satisfeito e muito satisfeito ” de 63,6%.

6.1 Satisfação com o estilo de liderança - Direção Superior	Nível médio de satisfação
	3,77
Lidera através do exemplo	3,85
Aceita sugestões de melhoria	3,79
Delega competências e responsabilidades	3,89
Estimula a iniciativa das pessoas	3,74
Encoraja a confiança mútua e o respeito	3,94
Promove o enriquecimento profissional	3,62

Relativamente à **Satisfação com o estilo de liderança da Direção Superior** o nível médio de satisfação foi de **3,77**. O item, dentro deste grupo, com maior nível médio de satisfação foi “Encoraja a confiança mútua e o respeito” (**3,94**) e o que obteve menor nível médio de satisfação foi “Promove o enriquecimento profissional” (**3,62**).

6.2 Satisfação com o estilo de liderança	1	2	3	4	5	6
Direção Intermédia						
Lidera através do exemplo	9%	9%	9%	9%	9%	9%
Aceita sugestões de melhoria	3%	3%	4%	3%	3%	1%
Estimula a iniciativa das pessoas	4%	3%	4%	4%	6%	12%
Encoraja a confiança mútua e o respeito	15%	10%	12%	10%	20%	23%
Assegura o desenvolvimento de uma cultura de mudança	55%	54%	45%	47%	49%	41%
Promove o enriquecimento profissional	15%	22%	26%	28%	13%	15%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

Na satisfação com o estilo de liderança da Direção Intermédia, verifica-se uma grande percentagem de trabalhadores satisfeitos (67,9%) se encontram satisfeitos ou muito satisfeitos, sendo a questão “Assegura o desenvolvimento de uma cultura de mudança” a que apresenta maior percentagem de satisfeitos ” (49%) e de muito satisfeitos (41%).

6.2 Satisfação com o estilo de liderança - Direção Intermédia	Nível médio de satisfação
	3,83
Lidera através do exemplo	3,81
Aceita sugestões de melhoria	3,97
Estimula a iniciativa das pessoas	3,92
Encoraja a confiança mútua e o respeito	4,00
Assegura o desenvolvimento de uma cultura de mudança	3,70
Promove o enriquecimento profissional	3,60

Relativamente à **Satisfação com o estilo de liderança da Direção Intermédia** o nível médio de satisfação foi de **3,83**. O item com maior nível médio de satisfação foi “Encoraja a confiança mútua e o respeito” (**4,00**) e o que obteve menor nível médio de satisfação foi “Promove o enriquecimento profissional” (**3,60**).

7. Satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços	1	2	3	4	5	6
Equipamentos informáticos disponíveis	4%	9%	4%	1%	3%	16%
Software disponível	13%	13%	10%	6%	1%	6%
Equipamentos de comunicação disponíveis	19%	25%	22%	9%	7%	20%
Condições de higiene	39%	33%	26%	42%	30%	28%
Condições de segurança	19%	16%	32%	35%	49%	28%
Serviços sociais	6%	4%	6%	7%	9%	3%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

Finalmente, neste último grupo de questões 29,7% dos inquiridos estão satisfeitos com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços, seguindo-se 33,09% com “pouco satisfeito”. É o grupo de questões que apresenta maior percentagem de inquiridos insatisfeitos (16,9%)

As sugestões de melhoria apresentadas referem basicamente novos equipamentos informáticos e atualização de software.

7. Satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços	Nível médio de satisfação
	3,09
Equipamentos informáticos disponíveis	2,85
Software disponível	2,71
Equipamentos de comunicação disponíveis	3,02
Condições de higiene	3,29
Condições de segurança	3,58
Serviços sociais	3,02

Neste grupo de questões relativas à **Satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços** o nível médio de satisfação é de **3,09**. O item, dentro deste grupo, com maior nível médio de satisfação foi “Condições de segurança” (**3,58**) e o que obteve menor nível médio de satisfação foi “Software disponível” (**2,71**).

7. Avaliação do Grau de Cumprimento dos Objetivos do QUAR

Na construção do QUAR/2012, a DGADR deu cumprimento à Deliberação n.º 772/2007, de 27 de dezembro, do Conselho de Ministros, bem como às linhas orientadoras transmitidas pelo Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços. Trata-se de um quadro referencial sobre os fundamentos da razão da existência dos serviços (Missão), dos propósitos de ação e da aferição da sua concretização.

Há a referir que se tratou de um ano atípico em que excecionalmente e de acordo com o despacho n.º 16568/2011, de 11 de novembro do Sr. Ministro do Estado e das Finanças, prorrogou o prazo de entrega do Plano de Atividades e do Quadro de Avaliação e Responsabilização, até 29 de Fevereiro.

A DGADR remeteu em tempo oportuno (29 de Fevereiro de 2012) o QUAR de 2012 para aprovação da Tutela. A Direção da DGADR decidiu levar a cabo os objetivos a que se propunha, não procedendo a reformulações, mesmo tendo em consideração que alguns objetivos, nomeadamente os objetivos n.º6, 9 e 10 transitaram para as áreas de competência da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária na sequência das reestruturações orgânicas.

Equacionando-se se fazia ou não sentido reformular o QUAR na sequência da perda de atribuições para um outro organismo, foi decidido manter esses objetivos estando a fundamentação essencialmente relacionada “pelo vazio” que se criaria com a retirada dos objetivos mais relacionados com as áreas da fitossanidade e proteção das culturas que transitaram para a DGAV mas que também não estavam refletidas no QUAR de 2012 desse organismo.

EFICÁCIA

OBJETIVO OPERACIONAL 1 ⇒ Definir Modelo de Operacionalização da Bolsa de Terras

Indicador 1 ⇒ Data de apresentação de proposta de legislação

Meta: [91-121] dias ⇔ [31-mar - 30-abr]

Superação: ≤90 dias ⇔ ≤30-mar

Resultado: 72 ⇔ 12-mar

Não atingido	
Atingido	
Superado	X

Nota: No âmbito do Objetivo 1 do QUAR (Definir Modelo de operacionalização da Bolsa de Terras) a DGADR propôs-se apresentar uma proposta de legislação num prazo estimado com base no decurso normal da calendarização das suas atividades. Porém motivado pela premência, definida pela tutela, na elaboração desta legislação, a execução foi antecipada, assim como a concepção do portal informático de gestão nacional.

OBJETIVO OPERACIONAL 2 ⇒ Propor Novo Regime Jurídico das obras de Aproveitamento Hidroagrícola**Indicador 2** ⇒ Data de apresentação de proposta de Diploma legal

Meta: [335-365] dias ⇔ [30-nov - 30-dez]

Superação: ≤334 dias ⇔ ≤29-nov

Resultado: 18 dias ⇔ 18-jan

Não atingido	
Atingido	
Superado	X

Nota: No âmbito do Objetivo 2 do QUAR (Propor Novo Regime Jurídico das obras de Aproveitamento Hidroagrícola), nos finais de 2011 com a aposentação do Diretor-Geral houve a passagem do dossier de transição para o novo Diretor-Geral contendo essa proposta. Logo no início de 2012 houve necessidade de revisão urgente dessa proposta para que fosse apresentada ao Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural para validação e circulação pelas entidades envolvidas. Nesse sentido houve necessidade urgente de estabilização desse documento de debate e a DGADR propôs apresentar uma proposta de legislação num prazo estimado com base no decurso normal da calendarização das suas atividades. Porém motivado pela premência, definida pela tutela, na elaboração desta legislação, a execução foi antecipada. Em 18 de janeiro de 2012 em reunião no Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural este documento foi apresentado à tutela iniciando-se o debate com os parceiros, nomeadamente FENAREG e Associações de Beneficiários, que decorreu ao longo do ano.

OBJETIVO OPERACIONAL 3 ⇒ Aumentar a área de regadio coletiva pública**Indicador 3** ⇒ Nova área (em hectares) em obra

Meta: 1133 ha

Superação: ≥1133

Resultado: 1133 ha

Não atingido	
Atingido	X
Superado	

OBJETIVO OPERACIONAL 4 ⇒ Definir o regime da pequena produção de base local**Indicador 4** ⇒ Data de apresentação de diagnóstico da situação atual

Meta: [244 - 274] dias ⇔ [31-ago - 30-set]

Superação: ≤243 dias ⇔ ≤30-ago

Resultado: 256 dias ⇔ 12-set

Não atingido	
Atingido	X
Superado	

Indicador 5 ⇒ Data de apresentação de proposta de regulamentação de enquadramento

Meta: [335 - 365] dias ⇔ [30-nov - 30-dez]

Superação: ≤334 dias ⇔ ≤29-nov

Resultado: 362 dias ⇔ 27-dez

Não atingido	
Atingido	X
Superado	

OBJETIVO OPERACIONAL 5 ⇒ Dar cumprimento à Resolução de Conselho de Ministros nº89/2010, no que respeita à modernização dos serviços por via da qualificação dos recursos humanos

Indicador 6 ⇒ Taxa de colaboradores com formação no ano de 2012

Meta: [20%-30%]

Superação: ≥31%

Resultado: 28%

Não atingido	
Atingido	X
Superado	

EFICIÊNCIA

OBJETIVO OPERACIONAL 6 ⇒ Elaborar relatório final dos estudos para validação do tratamento térmico de casca de coníferas)

Indicador 7 ⇒ Data de apresentação do relatório final

Meta: [335 - 365] dias ⇔ [30-nov - 30-dez]

Superação: ≤334 dias ⇔ ≤29-nov

Resultado: 198 dias ⇔ 16-jul

Não atingido	
Atingido	
Superado	X

Nota: No âmbito do Objetivo 6 do QUAR (Elaborar Relatório final dos estudos para validação do tratamento térmico de casca de coníferas), dada a premência de se submeter o novo método de tratamento de casca à aprovação da Comissão Europeia foi antecipada a data de apresentação do relatório.

Objetivo no âmbito de atribuições que transitaram, ainda em 2012, para a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, com a publicação dos respetivos diplomas orgânicos.

OBJETIVO OPERACIONAL 7 ⇒ Reduzir prazo médio de recebimentos

Indicador 8 ⇒ Nº de dias de redução do prazo médio

Meta: 3dias

Superação: ≥4%

Resultado: 28 dias

Não atingido	
Atingido	
Superado	X

Nota: No âmbito do Objetivo 7 do QUAR (Reduzir Prazo médio de Recebimentos) definiu-se a meta com base nos resultados obtidos nos anos anteriores em que se pretendia melhorar esse prazo, não se prevendo porém atingir uma redução tão elevada. Os mecanismos implementados para a redução do prazo médio de recebimentos foram os seguintes: Centralização da emissão de faturação na sede o que permitiu um maior e melhor controlo das vendas e dos clientes; monitorização mensal da emissão de faturação de dívidas de clientes e do prazo médio de recebimentos; atuação contínua, passada e presente, sobre o prazo médio de cobrança com impactos positivos presentes e futuros nos recebimentos; sistematização e emissão de ofícios de insistência junto das entidades devedoras; envio às Unidades Orgânicas (área técnica) da listagem de devedores para agirem junto do cliente; solicitação dos débitos vencidos

sempre que se emite nova fatura ao cliente devedor e recuperação de dívidas de cobrança duvidosa por via de insistências e de processos de execução fiscal que permitiram uma excelente e eficiente redução.

QUALIDADE

OBJETIVO OPERACIONAL 8 ⇒ Intervir na segurança das barragens

Indicador 9 ⇒ N° de intervenções

Meta: 2

Superação: ≥ 3

Resultado: 13

Não atingido	
Atingido	
Superado	X

Indicador 10 ⇒ N° de Planos de Segurança

Meta: 2

Superação: ≥ 3

Resultado: 7

Não atingido	
Atingido	
Superado	

Nota: No âmbito do Objetivo 8 do QUAR (Intervir na segurança das barragens). Devido ao impedimento, que resultou da insuficiente dotação orçamental, para a realização de investimentos que iriam requerer a colaboração de uma considerável equipa de técnicos, conduziu à orientação do trabalho desses técnicos para as intervenções na segurança de barragens permitindo superar de forma excepcional este objetivo operacional.

OBJETIVO OPERACIONAL 9 ⇒ Elaborar propostas de alteração da legislação dos materiais de multiplicação de fruteiras e videira

Indicador 11 ⇒ Data de Apresentação de proposta de revisão do DL nº329/2007 (Materiais de multiplicação de fruteiras)

Meta: [305 - 335] dias □ [31-out - 30-nov]

Superação: ≤ 304 dias □ □ ≤ 30 -out

Resultado: -----

Não atingido	
Atingido	
Superado	

Nota: No âmbito do Objetivo 9 do QUAR (Elaborar propostas de alteração da legislação dos materiais de multiplicação de fruteiras e videira). Não foi executado dado não terem sido finalizadas as diretivas comunitárias.

Objetivo no âmbito de atribuições que transitaram, ainda em 2012, para a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, com a publicação dos respetivos diplomas orgânicos.

OBJETIVO OPERACIONAL 9 ⇒ Elaborar propostas de alteração da legislação dos materiais de multiplicação de fruteiras e videira

Indicador 12 ⇒ Data de apresentação de proposta de revisão do DL nº194/2006 (Materiais de multiplicação de videira)

Meta: [244 - 274] dias ⇔ [31-ago - 30-set]

Superação: ≤243 dias ⇔ ≤30-ago

Resultado: 229 dias ⇔ 16-ago

Não atingido	
Atingido	
Superado	X

Nota: No âmbito do Objetivo 9 do QUAR (Elaborar propostas de alteração da legislação dos materiais de multiplicação de fruteiras e videira). O projeto de diploma foi entregue no gabinete jurídico a 16 de agosto estando em apreciação, validação e consolidação aguardando solicitação para ser apresentado ao gabinete da tutela (quando a tutela considerar oportuno). Apesar de não ter sido apresentado à tutela, por não ter havido solicitação, considerou-se o objetivo superado.

Objetivo no âmbito de atribuições que transitaram, ainda em 2012, para a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, com a publicação dos respetivos diplomas orgânicos.

OBJETIVO OPERACIONAL 10⇒ Promover a utilização sustentável de produtos fitofarmacêuticos

Indicador 13 ⇒ Data de apresentação do Plano de Ação Nacional para o uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos

Meta: [321 - 341] dias ⇔ [16-nov - 6-dez]

Superação: ≤320 dias ⇔ ≤15-nov

Resultado: 325 dias ⇔ 20-nov

Não atingido	
Atingido	X
Superado	

Nota: No âmbito do Objetivo 10 do QUAR (Promover a utilização sustentável de produtos fitofarmacêuticos), o despacho que criou o grupo de trabalho para a elaboração do Plano de Ação Nacional (PAN) para o uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos foi publicado apenas em 25 de Outubro (despacho n.º 13879/2012, de 25 de Outubro). Foi elaborado um documento base de trabalho para o Plano de Ação Nacional a 5 de Novembro, tendo sido analisado na 1.ª reunião do grupo de trabalho a 12 de Novembro de 2012. Nessa primeira reunião foi ainda definido um cronograma das atividades, entre as quais a apresentação de um Relatório Preliminar até 20 de novembro de 2012 para dar cumprimento à alínea a) do n.º 5 do despacho: “O grupo de trabalho tem como missão: proceder até 20 de Novembro de 2012 à elaboração de um relatório preliminar, com o levantamento das linhas gerais dos objetivos e das medidas a integrar o Plano de Ação Nacional para o Uso Sustentável dos Produtos Fitofarmacêuticos”.

O Relatório preliminar foi enviado a 20 de Novembro para o gabinete de Sua Excelência a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território pelo que se considera o objetivo cumprido e atingido.

Objetivo no âmbito de atribuições que transitaram, ainda em 2012, para a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, com a publicação dos respetivos diplomas orgânicos.

8. Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano, com indicação dos resultados alcançados

Informação, Gestão e Administração

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

A Direção de Serviços de Informação, Gestão e Administração (DSIGA), dispõe de três unidades flexíveis, nomeadamente, Divisão de Organização e Gestão de Recursos Humanos (DOGRH), Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental (DGFCO) e Divisão de Planeamento, Documentação e Informática (DPDI). Apresenta como principais competências assegurar:

- ✦ A organização e gestão dos recursos humanos;
- ✦ A gestão patrimonial, financeira e o controlo orçamental;
- ✦ A gestão dos recursos e meios informáticos e das infraestruturas das redes e comunicações de dados;
- ✦ O planeamento, acompanhamento, controlo e avaliação das atividades desenvolvidas;
- ✦ O tratamento, disponibilização e divulgação de informação.

CÓDIGO	ATIVIDADES	DIREÇÃO DE SERVIÇO / UNIDADE FLEXÍVEL
I	Coordenação das áreas de Informação, Gestão de Recursos Humanos e Financeiros, Planeamento e Informática e Apoio Jurídico;	DSIGA
I.1	Desenvolver as ações necessárias à organização e instrução dos processos relativos aos recursos humanos e respetivo cadastro assim como no que se refere à sua formação e aperfeiçoamento profissional;	DSIGA/DOGRH
I.2	Organizar e aplicar um sistema de registo, acompanhamento, controlo e arquivo do expediente;	DSIGA/DOGRH
I.3	Promover e assegurar a realização de ações referentes à racionalização, simplificação e modernização de circuitos administrativos e suportes de informação;	DSIGA/DOGRH
I.4	Dinamizar a aplicação de normas e procedimentos de modernização técnica e administrativa com recurso às novas tecnologias;	DSIGA/DOGRH
I.5	Preparar os projetos de orçamento de receitas gerais, receitas próprias, projetos cofinanciados e PIDDAC, assegurar a gestão e controlo orçamental propondo as alterações julgadas necessárias, elaborar e registar PLC's, elaborar relatórios financeiros;	DSIGA/DGFCO
I.6	Garantir a elaboração da conta de gerência, bem como o relatório financeiro anual sobre a gestão efetuada, elaborar relatórios de apoio à gestão;	DSIGA/DGFCO

I.7	Garantir as funções inerentes à emissão e envio de faturação, ao registo dos recebimentos, à emissão de guias de receita. Efetuar o controlo da dívida de clientes e de processos de cobrança coerciva. Elaboração de relatórios de apoio à gestão;	DSIGA/DGFCO
I.8	Assegurar as funções inerentes ao movimento das receitas e despesas e aos respetivos registos contabilísticos obrigatórios assim como ao arquivo dos documentos justificativos correspondentes;	DSIGA/DGFCO
I.9	Assegurar as funções inerentes ao movimento das receitas e despesas e aos respetivos registos contabilísticos obrigatórios assim como ao arquivo dos documentos justificativos referente a projetos cofinanciados PRODER. Assegurar o controlo e execução financeira;	DSIGA/DGFCO
I.10	Assegurar a função tesouraria, registar as receitas e despesas, emitir os meios de pagamento e folhas de cofre, efetuar o controlo das contas bancárias. Assegurar a gestão do fundo de maneio. Garantir a gestão dos fluxos financeiros;	DSIGA/DGFCO
I.11	Proceder à elaboração de procedimentos de aquisição de bens e serviços, manter atualizado o registo de património, numerar e registar contratos de empreitadas, registo e controlo de garantias bancárias, assegurar a manutenção das instalações, assegurar a gestão adequada do economato, assegurar os procedimentos inerentes à gestão da frota automóvel da DGADR;	DSIGA/DGFCO
I.12	Assegurar a gestão do serviço de documentação, atividade editorial e divulgação de informação;	DSIGA/DPDI
I.13	Promover a aquisição e conservação dos meios informáticos e garantir a manutenção de um cadastro atualizado dos mesmos;	DSIGA/DPDI
I.14	Assegurar a gestão dos recursos e meios informáticos e garantir a funcionalidade, a eficácia e a segurança das aplicações informáticas e das infraestruturas das redes de comunicação de dados;	DSIGA/DPDI
I.15	Conceber estruturar e organizar a informação da internet e intranet, garantindo o respetivo desenvolvimento, manutenção e atualização permanente;	DSIGA/DPDI
I.16	Proceder à elaboração dos planos anuais e plurianuais de atividades, implementar um sistema de acompanhamento e controlo da sua execução e preparar o respetivo relatório anual, recolher, organizar e divulgar a informação estatística obtida a partir dos procedimentos e atividades da Direção-Geral;	DSIGA/DPDI
I.17	Programar, preparar e executar as ações de informação e relações públicas.	DSIGA/DPDI

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
OE	Otimizar a gestão financeira							
OO 1	Reduzir o prazo médio de recebimentos							I.7
Indicador 1	Número de dias de redução do prazo médio	Peso:	3	S	>3	32	Superado	
		100 %		A	3			
				NA	<3			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Sistematizar a emissão de ofícios de insistência					Realizado		
	Enviar às Unidades Orgânicas (área técnica), listagem de devedores para agirem junto do cliente					Realizado Parcialmente		
	Solicitar débitos vencidos sempre que se emite nova fatura					Realizado		
OO 2	Melhorar a informação para gestão							I.8 / I.9
Indicador 1	Data de entrega do relatório trimestral (abril, julho, outubro e janeiro)	Peso:	17	S	<15	10	Superado	
		50%		A	[15-20]			
				NA	>20			
Indicador 2	Data de entrega do relatório mensal GeRFiP	Peso:	17	S	<15	10	Superado	
		50%		A	[15-20]			
				NA	>20			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Sistematizar a emissão de relatórios disponíveis no sistema de gestão de recursos financeiros partilhada (GeRFiP)					Realizado		
	Análise trimestral dos principais rácios financeiros e situações críticas					Realizado Parcialmente		
	Elaborar relatório para apoio à gestão					Realizado		
OE	Melhorar a qualificação do Recursos Humanos / Desenvolver novas competências							
OO 1	Implementar o plano de formação							I.5 a I.11
Indicador 1	Taxa de ações frequentadas	Peso:	75%	S	>80%	100%	Superado	
		100%		A	[70%-80%]			
				NA	<70%			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Implementar as ações de formação enquadradas no plano de formação da DGADR e de acordo com o levantamento de necessidades					Realizado		
OO 2	Envolver e alinhar os colaboradores com a estratégia							I.5 a I.11


¹ Não Realizado / Realizado parcialmente / Realizado

² A reformulação pode ser do objetivo, de um ou mais indicadores. O objetivo também pode ser retirado.

Em todos estes casos é necessário explicitar o motivo e a data

³ Justificar o desvio quando "negativo"

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE	
Indicador 1	Taxa de realização de reuniões num planeamento de 12	Peso:	80%	S	>85%	90	Atingido		
		100%		A	[75%-85%]				
		NA		<75%					
						Resultado da Ação ¹			
Iniciativas / Ações	Efetuar reuniões, para análise dos resultados e correção de desvios, após divulgação de resultados dos objetivos do Plano de Atividades					Realizado			
	Envolver os colaboradores nos objetivos estratégicos da Divisão					Realizado			
	Partilhar soluções, responsabilidades, potenciar competências e conhecimento					Realizado			
OE	Incentivar a utilização das TIC								
OO 1	Implementar a utilização web do sistema de ponto por parte dos trabalhadores da DGADR								I.1
Indicador 1	Taxa de utilização do sistema para efeitos de consulta nas diversas unidades orgânicas.	Peso:	75%	S	>99%	45%	Não Atingido		
		100%		A	[50%-99%]				
		NA		<50%					
						Resultado da Ação ¹			
Iniciativas / Ações	Divulgação do manual de utilização					Realizado parcialmente			
Justificação do Desvio ³	Houve dificuldades em implementar em 2012 a utilização web do sistema de ponto por parte dos trabalhadores da DGADR face ao processo de reestruturação em curso, que implicou alterações na sua estrutura orgânica, e à prevista transição de pessoal para a DGAV, que acabaria por ocorrer apenas em 2013.								
OE	Melhorar os sistemas de gestão da informação numa ótica integrada								
OO 1	Promover a utilização GeRFiP (Workflow) em todas as Unidades Orgânicas (UO)							I.8 / I.9	
Indicador 1	Data de utilização	Peso:	23-mar	S	<15-mar	----	----		
		100 %		A	[15-30 mar]				
		NA		>30-mar					
						Resultado da Ação ¹			
Iniciativas / Ações	Formar equipas das Unidades Orgânicas (UO) para utilização GeRFiP					Realizado			
	Registar pedido de aquisição de Bens e Serviços (PABS) no sistema					Realizado em parte			
	Registar a Aquisição de Bens e Serviços (ABS) no sistema					Não Realizado			
OO 2	Garantir a atualização do inventário de bens móveis da DGADR							I.8 / I.10	
Indicador 1	Data de conclusão de todas as ações	Peso:	23-dez	S	<15-dez	16	Atingido		
		100 %		A	[15-30 dez]				
		NA		>30-dez					
						Resultado da Ação ¹			

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Iniciativas / Ações	Elaborar manual de procedimentos do inventário de bens móveis					Não realizado		
	Entregar a relação de bens afetos a cada sala, para assinatura e responsabilização					Realizado		
	Promover a etiquetagem dos bens inventariados					Não Realizado		
OO 3	Melhorar a comunicação interna							I.8
Indicador 1	Número procedimentos divulgados	Peso:	4	S	>4	4	Atingido	
		100%		A	4			
				NA	<4			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Divulgar na Intranet os procedimentos existentes na Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental (DGFCO)					Realizado		
	Disponibilizar na intranet modelos normalizados					Realizado		
OO 4	Reorganizar os processos de cadastro dos trabalhadores da DGADR							I.1
Indicador 1	Taxa de processos reorganizados a 31 de dezembro	Peso:	50%	S	>75%	25%	Atingido	
		100%		A	[25%-75%]			
				NA	<25%%			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Preparar processo-modelo					Realizado		
	Definir regras para a organização dos processos					Realizado		
	Definir metodologia para a sua utilização					Realizado		
	Proceder à reorganização dos processos					Realizado parcialmente		
OO 5	Implementar um sistema de registo de pedidos de informação através da linha azul							I.17
Indicador 1	Data de implementação do sistema de registo	Peso	22-dez	S	<15-dez	10-dez	Superado	
		100%		A	[15-30 dez]			
				NA	>30-dez			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Atualização dos interlocutores na lista de contactos					Realizado		
	Reformulação do sistema de registo					Realizado		
Meta Objetivo Reformulado ²		Motivo	A data de entrada em vigor da portaria n.º303/2012 de 4 de Outubro que estabeleceu a estrutura nuclear da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural foi 5 de outubro. Só após desta data entraram em vigor as novas estruturas orgânicas e concentração dos recursos humanos num só edifício				Data	setembro

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE	
OO 6		Implementar uma ferramenta de gestão e monitorização dos recursos TIC na rede da DGADR							I.13
Indicador 1	Data de implementação	Peso:	10-nov	S	<1-nov	16 out	Superado		
		50%%		A	[1-23 nov]				
				NA	>23-nov				
Indicador 2	Data de implementação do portal do apoio informático	Peso:	20-dez	S	<10-dez	16 out	Superado		
		50%		A	[10-31 dez]				
				NA	>31-dez				
						Resultado da Ação ¹			
Iniciativas / Ações	Instalação da aplicação e configuração					Realizado			
	Configuração de postos de trabalho					Realizado			
	Recolha de dados e monitorização					Realizado			
OO 7		Implementar uma política de utilização de software livre em ambiente de interoperabilidade na DGADR							I.14
Indicador 1	Data de apresentação do plano de atuação	Peso:	8-jul	S	<29-jun	13 Jul	Atingido		
		50%		A	[29-jun - 15-jul]				
				NA	>15-jul				
Indicador 2	Data de implementação do piloto da 1ª fase do plano	Peso:	20-dez	S	<10-dez	30 Nov	Superado		
		50%		A	[10-31 dez]				
				NA	>31-dez				
						Resultado da Ação ¹			
Iniciativas / Ações	Definir a abrangência da atuação e produtos e equipamentos a utilizar					Realizado			
	Instalação, configuração e testes					Realizado			
	Implementação do piloto da 1ª fase do plano					Realizado			
OO 8		Promover a responsabilidade ambiental e a redução dos encargos com impressão							I.14
Indicador 1	Data da disponibilização na Intranet	Peso:	15-dez	S	<1-dez	----	----		
		100%		A	[1-31 dez]				
				NA	>31-dez				
						Resultado da Ação ¹			
Iniciativas / Ações	Adaptação do site para informação de vários anos					Realizado			
	Associação dos encargos financeiros aos consumos de papel e consumíveis de impressão					Realizado			
	Análise de dados ao nível das unidades orgânicas					Realizado			
Objetivo anulado ²	<input checked="" type="checkbox"/>	Motivo	Embora todas as iniciativas/ações tenham sido realizadas não foi considerado oportuno a disponibilização na Intranet				Data	outubro	
OE		Reduzir os circuitos processuais							

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE	
OO 1	Desmaterializar processos de pedidos de aquisição interna e externa							I.5 / I.11	
Indicador 1	Número de processos desmaterializados	Peso:	4	S	>5	4	Atingido		
		100 %		A	[3-5]				
				NA	<3				
						Resultado da Ação ¹			
Iniciativas / Ações	Identificar processos prioritários					Realizado			
	Propor normalização de circuito simplificado					Não Realizado			
	Divulgar via correio eletrónico ou na intranet					Não Realizado			
OO 2	Agilizar processos FEADER								
Indicador 1	Data entrega proposta	Peso:	23-abr	S	<15-abr	16-abr	Atingido		
		50%		A	[15-30 abr]				
				NA	>30-abr				
Indicador 2	Data de recuperação carregamentos IVA	Peso:	23-jun	S	<15-jun	16-abr	Atingido		
		50%		A	[15-30 jun]				
				NA	>30-jun				
						Resultado da Ação ¹			
Iniciativas / Ações	Elaborar proposta de automatização de dados para os Pedidos de Pagamento (PP's)					Não Realizado			
	Envolver os parceiros externos, Autoridade de Gestão (AG) e Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) no processo de melhoria					Não Realizado			
	Carregar no sistema IDIGITAL os pedidos de pagamento dos projetos IVA					Realizado			
OO 3	Melhorar os fluxos informacionais entre DOGRH e DPDI no âmbito da atualização da lista telefónica (Intranet)							I.16	
Indicador 1	Data de operacionalização do fluxo informacional	Peso:	15-set	S	<1-set	2 Ago	Superado		
		100%		A	[1-30 set]				
				NA	>30-set				
						Resultado da Ação ¹			
Iniciativas / Ações	Definição do fluxo informacional					Realizado			
	Operacionalização do fluxo					Realizado			

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTAD O	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
OE	Aumentar o grau de satisfação do cliente							
OO 1	Melhorar o controlo interno							I.5 / I.11
Indicador 1	Número processos de despesa ou receita auditados	Peso:	4	S	>5	4	Atingido	
		50%		A	[3-5]			
				NA	<3			
Indicador 2	Taxa de recomendações implementadas	Peso:	95%	S	100%	95	Atingido	
		50%		A	[90%-99%]			
				NA	<90%			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Auditar processos de despesa ou receita no âmbito do Sistema Controlo Interno (SCI)					Realizado		
	Implementar as recomendações propostas em auditorias					Realizado		
	Elaborar e aplicar o manual de procedimentos GeRFiP					Realizado		
OO 2	Desenvolver e implementar o novo site da DGADR							I.15
Indicador 1	Data de aprovação do novo design e layout	Peso:	6-jul	S	<29-Jun	12 Jun	Superado	
		50%		A	[29-jun - 15-jul]			
				NA	>15-jul			
Indicador 2	Data de disponibilização on-line	Peso:	16-dez	S	<30-nov	21 Out	Superado	
		50%		A	[30-nov - 31dez]			
				NA	>31-dez			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Criar design e layout e definir estrutura					Realizado		
	Desenvolver o site e transferir/adicionar informação e testar					Realizado		
	Alojar o site no servidor externo da DGADR, alterar DNS, implementar o Google Analytics					Realizado		
OO 3	Promover a disponibilização gratuita, online, no site da DGADR das publicações							I.12 / I.15
Indicador 1	Data de implementação do novo modelo da atividade editorial	Peso:	16-dez	S	<30-dez	21 Out	Superado	
		100 %		A	[30 nov-31 dez]			
				NA	>31-dez			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Seleção e digitalização das publicações a disponibilizar <i>online</i>					Realizado		
	Disponibilização <i>online</i> das publicações					Realizado		

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTAD O	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE	
Objectivo Reformulado ²	<input checked="" type="checkbox"/>	Motivo	Dado a data de entrada em vigor da portaria n.º303/2012 de 4 de Outubro que estabeleceu a estrutura nuclear da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural ter sido a 5 de outubro optou-se por disponibilizar online as publicações relacionadas com as áreas de negócio da DGADR transitando para 2013 o objetivo de Reformular a área de divulgação editorial na Mediateca no sítio da DGADR					Data	outubro
OO 4		Criar a estrutura base para a futura versão 2.0 do SIR							I.14
Indicador 1	Data de estruturação e preenchimento da base de dados	Peso:	16-dez	S	<3-nov	30 Nov	Atingido		
		70%		A	[30-nov - 3-dez]				
				NA	>31-dez				
Indicador 2	Data de testes do backoffice	Peso:	16-dez	S	<3-nov	30 Nov	Atingido		
		30%		A	[30-nov - 3-dez]				
				NA	>31-dez				
						Resultado da Ação ¹			
Iniciativas / Ações	Análise das várias estruturas de dados e desenho da nova estrutura					Realizado			
	Criar nova estrutura de base de dados e scripts de transferência de dados					Realizado			
	Desenvolver o backoffice sobre a nova estrutura					Realizado			
OO 5		Disponibilizar o site do Benefício Fiscal ao Gasóleo, de acesso reservado, às DRAP's							I.14
Indicador 1	Data da disponibilização na Intranet	Peso:	15-dez	S	<1-dez	10 Out	Superado		
				A	[1-31 dez]				
		100%		NA	>31-dez				
Indicador 2	Data de alargamento a todas as DRAP's	Peso:	15-dez	S	<1-dez	30 Nov	Superado		
				A	[1-31 dez]				
		50 %		NA	<31-dez				
						Resultado da Ação ¹			
Iniciativas / Ações	Elaborar design e layout geral para as DRAP's					Realizado			
	Elaborar as páginas e respetivas queries e funcionalidades					Realizado			
	Testar corrigir e implementar					Realizado			
OO 6		Melhorar a sinalética das salas e do edifício da DGADR							I.17
Indicador 1	Data de apresentação de proposta	Peso:	15-set	S	<1-set	----	----		
				A	[1-30 set]				
		50%		NA	>30-set				
Indicador 2	Implementação da sinalética	Peso:	15-dez	S	<1-dez	----	----		
				A	[1-31 dez]				
		50%		NA	<31-dez				

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Levantamento das salas da DGADR e identificação das unidades orgânicas e ocupantes					----		
	Elaboração de proposta					----		
	Implementação da sinalética					----		
Objetivo anulado ²	<input checked="" type="checkbox"/>	Motivo	Tendo em consideração que a data de entrada em vigor da portaria n.º303/2012 de 4 de Outubro que estabeleceu a estrutura nuclear da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural foi a 5 de Outubro e as mudanças para o edifício da sede só ocorreram nos meses seguintes transitou para o ano de 2013 o objetivo Melhorar a sinalética das salas e do edifício da DGADR				Data	Novembro
OO 7	Reorganizar o espaço da área de Documentação							I.12
Indicador 1	Data de reorganização do novo espaço	Peso:	22-dez	S	<15-dez	15-nov	Superado	
		A		[15-30 dez]				
		NA		>30-dez				
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Estudo do espaço para adaptação de duas vertentes: atividade editorial e biblioteca				Realizado			
	Organização do espaço com as vertentes exposição/venda da atividade editorial e sala de consulta/leitura da área de biblioteca				Realizado			
Meta indicador Reformulada ²	<input checked="" type="checkbox"/>	Motivo	A data teve que ajustada às mudanças para o edifício da sede (Areeiro). A data de entrada em vigor da portaria n.º303/2012 de 4 de Outubro que estabeleceu a estrutura nuclear da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural foi 5 de outubro				Data	setembro

ATIVIDADES RELEVANTES NÃO PLANEADAS

DESCRIÇÃO	RESULTADO ALCANÇADO
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de um novo modelo de Plano de Atividades 	<ul style="list-style-type: none"> Foi concebido um novo modelo de Plano de Atividades a aplicar na elaboração do Plano de Atividades de 2013
<ul style="list-style-type: none"> Bolsa de Terras do MAMAOT <p>Desenvolvimento de um sistema de informação para facilitação da cedência de terras no âmbito público e privado</p>	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilização para efeito de testes
<ul style="list-style-type: none"> Estruturação da informatica da nova DGADR <p>Separação da infraestrutura informática na sequência da transição de atribuições da DGADR para a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) o que implicou a concentração de recursos e pessoas apenas num edifício (Areeiro) e a criação</p>	<ul style="list-style-type: none"> Finalizado

<p>de condições para a transição das infraestruturas e utilizadores de dois edifícios (Tapada da Ajuda e Oeiras) para a DGAV</p>	
<ul style="list-style-type: none"> No âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2012, de 27 de Março preparação de medidas urgentes, para a mitigação dos impactos da seca, com especial incidência no sector agrícola e Portaria n.º 178-A/2012, de 31 de Maio Seca 2012: Desenvolver condições para o tratamento de ficheiros dos beneficiários, temporariamente isentos das contribuições para a Segurança Social, para se manterem a usufruir do Benefício fiscal independentemente da sua situação contributiva. Implicou 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de estruturas de Base de Dados e desenvolvimento aplicacional
<ul style="list-style-type: none"> Estruturação do site dos projetos relevantes 	<ul style="list-style-type: none"> Criação da Base de Dados
<ul style="list-style-type: none"> Estruturação do site do Guia do Agricultor 	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilização do backoffice

Agricultura, Território e Agentes Rurais

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

- ✦ Propor medidas adequadas à sustentabilidade das explorações agrícolas e fomentar e apoiar a melhoria da gestão, a reconversão e a diversificação de atividades nas mesmas;
- ✦ Propor e participar na preparação de medidas legislativas relativas à atividade e às explorações agrícolas, designadamente nos domínios do registo, licenciamento, arrendamento e fiscalidade;
- ✦ Promover e acompanhar a aplicação de boas práticas agrícolas e ambientais;
- ✦ Promover ações de ordenamento fundiário, assim como a execução de operações de emparcelamento e de redimensionamento da propriedade rústica ou das explorações agrícolas;
- ✦ Estudar e propor as linhas de orientação estratégica e as medidas de política relativas às infraestruturas de suporte ao desenvolvimento agrícola e rural;
- ✦ Promover e colaborar na conceção e desenvolvimento de ações de revitalização do tecido económico rural, em especial no âmbito da criação de infraestruturas básicas de apoio às atividades produtivas e de serviços de apoio técnico ao desenvolvimento, da diversificação das atividades produtivas e da instalação, consolidação e viabilização dos serviços essenciais à população rural;
- ✦ Incentivar e apoiar a qualificação das zonas rurais através da conceção e desenvolvimento de ações de preservação e valorização do património edificado, cultural e paisagístico e da promoção e marketing das amenidades rurais;
- ✦ Propor as linhas de orientação estratégica e as medidas de política para a formação profissional no âmbito das atribuições da DGADR e para o associativismo agrícola e rural, bem como promover, coordenar, acompanhar e avaliar a respetiva implementação;
- ✦ Operacionalizar e acompanhar a implementação das medidas de política relativas ao aconselhamento agrícola;
- ✦ Estudar e propor medidas no domínio das organizações de produtores e demais organizações de natureza associativa promotoras e concretizadoras de atividades no âmbito do desenvolvimento rural;
- ✦ Propor e participar na elaboração de instrumentos e medidas de política relativas ao trabalho e à proteção social dos agricultores e dos trabalhadores agrícolas, bem como promover a melhoria das condições de saúde, higiene e segurança no trabalho.

CÓDIGO	ATIVIDADES	DIREÇÃO DE SERVIÇO / UNIDADE FLEXÍVEL
II	Coordenação das áreas de Apoio às Explorações Agrícolas, Formação e Associativismo e Promoção e Desenvolvimento dos Territórios Rurais	DSATAR
II.1	Estruturação das explorações agrícolas e enquadramento social dos agentes da atividade agrícola	DSATAR/DAEA
II.2	Dinamização da dimensão ambiental nas explorações agrícolas	DSATAR/DAEA
II.3	Melhoria da qualificação dos agentes rurais e promoção da regulamentação do setor agroalimentar	DSATAR/DFA

II.4	Organização do associativismo agrícola e rural e orientação para a competitividade	DSATAR/DFA
II.5	Incentivar a elaboração de projetos de intervenção no espaço rural no âmbito do turismo rural, criação de micro empresas e de serviços de apoio à população rural	DSATAR/EPDTR
II.6	Promover e acompanhar iniciativas promotoras da diversificação de atividades, de criação de emprego e de igualdade de oportunidades em meio rural	DSATAR/EPDTR

OBJETIVOS			META Ano 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
OE	Melhorar a qualificação do Recursos Humanos / Desenvolver novas competências							
OO 1	Promover a Aquisição de novas competências							II.1 / II.2 / II.3 II.5 / II.6
Indicador 1	Taxa de ações executadas relativamente às aprovadas	Peso:	80%	S	>90%	100%	Superado	
		20%		A	[70%-90%]			
				NA	<70%			
Indicador 2	Valor médio da classificação atribuída na avaliação de reação efetuada pelos formandos	Peso:	55%	S	>60%	84%	Superado	
		20%		A	[50%-60%]			
				NA	<50			
Indicador 3	Taxa de colaboradores da DSATAR que participaram em parcerias	Peso:	20%	S	>25%	33%	Superado	
		20%		A	[15%-25%]			
				NA	<15%			
Indicador 4	Taxa de colaboradores da DSATAR que participaram em ações de formação	Peso:	30%	S	>35%	44%	Superado	
		20%		A	[25%-35%]			
				NA	<25%			
Indicador 5	Apresentação do Plano de Formação para o ano de 2013	Peso:	30-out	S	<15-out		Atingido	
		20%		A	[15-out15-nov]			
				NA	>15-nov			
Nota indicador 5	Submetemos, no SIIFSE, a candidatura em 27/03/12							
						Resultado da Ação ²		
Iniciativas / Ações	Realização da formação e acompanhamento da intervenção formativa					Realizado		
	Avaliação da intervenção formativa em diferentes níveis, quanto a processos e resultados					Realizado		
	Participação dos recursos humanos da DSATAR em parcerias no âmbito de projetos aprovados pela Direção					Realizado		

¹ Não Realizado / Realizado parcialmente / Realizado

² A reformulação pode ser do objetivo, de um ou mais indicadores. O objetivo também pode ser retirado.

Em todos estes casos é necessário explicitar o motivo e a data.

³ Justificar o desvio quando "negativo"

OBJETIVOS			META Ano 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Participação dos recursos humanos da DSATAR em ações de formação					Realizado			
Levantamento e diagnóstico de necessidades de formação e conceção da intervenção formativa do ano de 2013					Realizado parcialmente			
OE			Assegurar a formação dos clientes, criando competências					
OO1			Organizar fóruns de discussão para os agentes em áreas estratégicas da sua intervenção					II.1 / II.2 / II.3 II.5 / II.6
Indicador 1	Numero de reuniões técnicas	Peso:	4	S	>5	16	Superado	
		50%		A	[3-5]			
		NA		<3				
Indicador 2	Número de reuniões realizadas no âmbito do SAA	Peso:	2	S	>3	1	Atingido	
		50%		A	[1-3]			
		NA		<1				
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Organização e promoção de reuniões técnicas de discussão de temáticas de interesse para o desenvolvimento rural					Realizado		
	Organização e promoção de reuniões de discussão de intercâmbio de conhecimento com as entidades que prestam serviços de aconselhamento agrícola a agricultores					Realizado		
OO 2			Promover a qualificação profissional do setor agrícola					II.3
Indicador 1	Data ajustada com a ANQ para a conclusão dos trabalhos da iniciativa 1	Peso:	4-set	S	<31-ago	24-ago	Superado	
		30%		A	[31ago-7 set]			
		NA		>7set				
Indicador 2	Prazo acordado com ANQ de execução da iniciativa 2	Peso:	90 dias	S	<90		Não atingido	
		30%		A	90			
		NA		>90				
Indicador 3	Percentagem de pareceres de processos entrados até 16 de novembro,corretamente instruídos, sobre reconhecimento/homologação de: entidades; cursos; ações; certificados	Peso:	80%	S	>90%	78%	Atingido	
		40%		A	[70%-90%]			
		NA		<70%				
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Reformulação do perfil profissional e do referencial de formação de Técnico(a) de Produção Agrária em articulação com a ANQ, para integração no CNQ					Realizado		
	Conceção de instrumentos no âmbito do reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais para o referencial de formação de Técnico(a) de Produção Agropecuária, em articulação com a ANQ					Não realizado		
	Análise para verificação de cumprimento de requisitos legais e emissão de parecer					Realizado		

OBJETIVOS			META Ano 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Nota do indicador ¹			No indicador 1 por lapso constava <9-mai-Superado; [9-18 mai]-Atingido e >18-mai-Não Atingido, tendo sido devidamente ajustado, conforme prazos estabelecidos com a ANQEP					
Justificação do Desvio ³			A ação 2, embora prevista, acabou por não ser contratualizada com a ANQEP					
OO 3			Assegurar a realização de ações de formação aos clientes da DGADR					II.3
Indicador 1	Prazo de apresentação do Plano de Formação externa de 2013	Peso:	30-out	S	<15-out	19 - out	Atingido	
		50%		A	[15-out -15-nov]			
		NA		>15 nov				
Indicador 2	Taxa de ações executadas (N.º ações executadas / n.º ações aprovadas * 100)	Peso:	80%	S	>90%	100%	Superado	
		50%		A	[70%-90%]			
		NA		<70				
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Identificação de necessidades de formação externas no âmbito da DGADR e conceção do plano de formação para 2013					Parcialmente Realizado		
	Preparação, Execução e avaliação de ações de formação para o ano de 2012					Realizado		
Nota do indicador 1 ²			Face à aprovação do prolongamento para 2013 da candidatura antes aprovada para 2012, optou-se por dar continuidade à execução do anterior plano de formação					
OE			Melhorar os sistemas de gestão da informação numa ótica integrada					
OO 1			Assegurar a atualização das bases de dados centralizadas na DSATAR					II.3
Indicador 3	Tempo médio de atualização da base de dados sobre turismo rural	Peso:	7 dias úteis	S	<6	(1)		
		20%		A	[6-8]			
		NA		>8				
Indicador 4	Tempo médio de atualização da base de dados do Sistema de Aconselhamento Agrícola	Peso:	4 dias úteis	S	<3	4	Atingido	
		20%		A	[3-5]			
		NA		>5				
Indicador 5	Tempo médio de atualização da base de dados do Associativismo Agrícola	Peso:	5 dias úteis	S	<4	4	Atingido	
		20%		A	[4-6]			
		NA		>6				
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Reativação da Base de Dados do Artesanato					Realizado parcialmente		
	Atualização da Base de Dados do Artesanato					Realizado parcialmente (1)		
	Dinamização da Base de Dados sobre o Turismo Rural					Realizado		
	Atualização da Base de Dados do Sistema de Aconselhamento Agrícola					Realizado		
	Atualização da base de dados do Associativismo Agrícola					Realizado		

OBJETIVOS			META Ano 2012	CRITÉRIOS SUPERACÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Justificação do Desvio ³			(1) A base de dados tem vindo a ser revalidada, no sentido de definir os relatórios a operacionalizar. Por outro lado foi solicitada informação completa ao IEFP para confrontar com a nossa informação e atualizar a BD					
OO 2			Estruturar a base de dados de apoio ao Banco de Terras					II.1
Indicador 1	Data de apresentação da definição da estrutura e conteúdos	Peso:	30-abr	S	<1-abr	29 mar	Superado	
		70%		A	[1-abr - 31-mai]			
				NA	>31-mai			
Indicador 2	Data de conclusão do preenchimento dos campos	Peso:	15-dez	S	<1-dez	(1)		
		30%		A	[1-31 dez]			
				NA	>31-dez			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Elaboração da estrutura SIG da base de dados de apoio ao Banco de Terras					Superado		
	Preenchimento dos campos com ligação SIG					Realizado parcialmente		
Nota (1)			Existem elementos que carecem de validação a qual depende de intervenientes exteriores à DAEA e à DGADR.					
OE			Aumentar o grau de satisfação do cliente					
OO 1			Disponibilizar informação para incentivar o desenvolvimento socioeconómico e ambiental das zonas rurais					II.2 / II.5
Indicador 1	Número de consultas efetuadas pelos clientes	Peso:	2.000	S	>2.200	1.899	Atingido	
		50%		A	[1.800 - 2.200]			
				NA	<1.800			
Indicador 2	Tempo médio de atualização da base de dados de técnicos reconhecidos em PI, PRODI e MPB	Peso:	7 dias úteis	S	<5	6	Atingido	
		50%		A	[5-10]			
				NA	>10			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Manter Atualizado o “Guia de apoio à criação de micro empresas”					Realizado		
	Divulgar o reconhecimento dos técnicos que promovam práticas de produção sustentável junto dos agricultores					Realizado		
OE			Melhorar a Competitividade e sustentabilidade do Setor Agrícola e dos Territórios Rurais					OE
OO 1			Incentivar o empreendedorismo, a inovação, a dinamização e diversificação de atividades para a revitalização económica das zonas rurais					II.5 / II.6
Indicador 1	Número de grupos de trabalho / projetos	Peso:	2	S	>2	5	Superado	
		40%		A	2			
				NA	<2			
Indicador 2	Prazo de resposta à análise das candidaturas de TER	Peso:	5 dias úteis	S	<4	3	Atingido	
		30%		A	[4-6]			
				NA	>6			

OBJETIVOS			META Ano 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Indicador 3	Prazo de resposta à análise de candidaturas ao estatuto de artesão e de unidade produtiva artesanal	Peso:	4 dias úteis	S	<3	2	Atingido	
		30%		A	[3-5]			
		NA		>5				
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Integrar/promover grupos de trabalho temáticos / projetos com vista ao desenvolvimento sustentado dos territórios rurais					Realizado		
	Análise das candidaturas a empreendimentos de TER e emissão de pareceres					Realizado		
	Análise de candidaturas ao estatuto de artesão e de unidade produtiva artesanal e emissão de pareceres					Realizado		
OO 2	Acompanhar o regime de Estruturação Fundiária							II.1
Indicador 1	Tempo máximo de resposta aos pedidos de emissão de autos dos novos prédios resultantes da remodelação predial (emparcelamento integral) de processos totalmente instruídos.	Peso:	12 dias úteis	S	<10	11	Atingido	
		30%		A	[10-14]			
		NA		>14				
Indicador 2	Tempo máximo de resposta aos pedidos de declaração de emparcelamento "não-integral"	Peso:	9 dias úteis	S	<7	8	Atingido	
		30%		A	[7-11]			
		NA		>11				
Indicador 3	Data de apresentação de proposta de legislação	Peso:	15-abr	S	<31-mar	12 mar	Superado	
		40%		A	[31-mar-30-abr]			
		NA		>30-abr				
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Dinamizar o encerramento do emparcelamento integral executado					Realizado		
	Assegurar o cumprimento das obrigações declarativas da DGADR no âmbito do emparcelamento "não-integral"					Realizado		
	Definir modelo de operacionalização da Bolsa de Terras					Superado		
OO 3	Promover a organização e acrescentar competitividade ao Associativismo agrícola e rural							II.1 / II.2
Indicador 1	Prazo temporal para realizar o "Inventário" das Associações Agrícolas portuguesas-2012	Peso:	12-dez	S	<3-dez	----	----	
		100 %		A	[3 – 21 dez]			
		NA		> 21 dez				

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIO / ATIVIDADE
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Identificação de fontes de informação				Não realizado			
	Levantamento, tratamento e validação de informação				Não realizado			
	Edição digital do Inventário				Não realizado			
Justificação do desvio	Foi necessário reafetar o recurso humano a actividade de reconhecimento de entidades formadoras, de homologação de cursos e de certificados no âmbito de processos da ação 4.2.1-Formação especializada do PRODER							
OO 4	Integrar parcerias em projetos de cooperação transnacionais							II.1 / II.2
Indicador 1	Taxa de tarefas realizadas no projeto FACTS! (N.º de tarefas realizadas / n.º de trafas projetadas * 100)	Peso:	100 %	100%	S	*	*	Superado
				A	[80%-100%]			
				NA	<80%			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Participação de acordo com o calendário previsto no projeto FACTS!							
	* Desenvolvimento de tarefas não projetadas				Participação em Internship na Holanda relacionado com o tema envolvimento de Stakeholders			
OO 5	Definir regime da pequena produção de base local							II.5 / II.6
Indicador 1	Prazo de apresentação de diagnóstico da situação atual	Peso:	15-set	15-set	S	<31-ago	12-set	Atingido
		50%		A	[31-ago-30-set]			
				NA	>30-set			
Indicador 2	Prazo de apresentação de proposta à tutela de regulamentação de enquadramento	Peso:	15-dez	15-dez	S	<30-nov	27-dez	Atingido
		50%		A	[30-nov-30-dez]			
				NA	>30-dez			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Caracterizar a pequena produção de base local e a comercialização dos seus produtos assim como identificar os principais bloqueios e oportunidades				Realizado			
	Elaborar proposta de regulamentação pretende efetuar o enquadramento destas atividades, de forma a promover o seu desenvolvimento				Realizado			

ATIVIDADES RELEVANTES NÃO PLANEADAS

DESCRIÇÃO	RESULTADO ALCANÇADO
<ul style="list-style-type: none"> Projectos de cooperação: <ul style="list-style-type: none"> Rur@Inov – Inovação em meio rural (parceria com a UTAD) Promover os Recursos Micológicos (parceria com a AFN) “Guia das Explorações Agrícolas” “Fase de execução do projeto-piloto para avaliação da adequabilidade e impacto da implementação de medidas de incremento da biodiversidade em Explorações Agrícolas do Continente” “Estudo sobre Internacionalização do Turismo em meio Rural” (parceria com o GPP e TP) 	<ul style="list-style-type: none"> Preparação de documentos Planeamento de atividades do projeto Preparação de documentos Planeamento de actividades do projecto Participação na Comissão de Acompanhamento do Estudo: <ul style="list-style-type: none"> Sistematização de informação para disponibilização em plataforma comum de apoio à realização do estudo.
<ul style="list-style-type: none"> Grupo de Trabalho da Estratégia para a Gestão e Reestruturação Rural (GERAR) criado pela RCM n.º56/2012 	<ul style="list-style-type: none"> Coordenação do Grupo de Trabalho presidido pelo Senhor SEFDR, Coordenado pela DGADR, integrando 12 entidades, constituído na sequência da publicação da RCM n.º 56/2012, de 5 de Julho, que cria a Comissão Interministerial para o Cadastro e Gestão Rural (CICGR), constituída por 6 ministros e coordenada pela Senhora MAMAOT Produtos nos termos previstos no ponto 3.4 da parte D do anexo da referida RCM, respetivamente em 31 de Outubro de 2012 e 27 de Dezembro de 2012, dois Relatórios referentes à 1ª Fase e 2ª Fase
<ul style="list-style-type: none"> Pareceres, memorandos e outras informações técnicas 	<ul style="list-style-type: none"> Parecer sobre o projecto de alteração do DL n.º 256/2010. Parecer sobre o projecto de alteração da Portaria n.º 851/2010 Parecer sobre propostas de alteração ao PRODER, designadamente em relação às acções 1.1, 1.2 e 4.2. “Levantamento de necessidades de qualificações agrícolas de nível secundário” e elaborado relatório conclusivo “Identificação de novas qualificações necessárias nas actividades agrícolas, pecuárias, florestais e de desenvolvimento rural”, solicitado pelo SEFDR. Apoio técnico e esclarecimentos sobre Formação Profissional às DRAP, entidades formadoras privadas e clientes individuais da DGADR. Parecer sobre reconhecimento de um formador na área da mecanização e sobre equivalência de um curso de formação profissional ao Curso de Empresário Agrícola.
<ul style="list-style-type: none"> Regulamentação da formação Profissional 	<ul style="list-style-type: none"> Elaborados projetos de diploma, visando: <ul style="list-style-type: none"> Alteração do Despacho n.º 21124/2006, de 17 de Outubro.

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração do Despacho n.º 21125/2006, de 17 de Outubro. ▪ Reconhecimento de entidades formadoras e homologação de acções de formação. ▪ Portaria de alteração do DN n.º 8/2011, de 8 de Abril. • Em colaboração com o IMT, I.P, procedeu-se á revisão do projecto de portaria que regulamenta a obtenção das licenças de condução dos veículos agrícolas da categoria I, II e III. • Colaboração com a DGV na preparação dos programas de formação sobre a protecção dos animais na occisão. • Revisão de 58 programas de formação para agricultores sobre Protecção Integrada, Produção Integrada e MP Biológico. • Revisão do programa do Curso de PRODI em Pastagens e Forragens para a Região Autónoma dos Açores.
<ul style="list-style-type: none"> • Representação do MAMAOT/DGADR em Comissões 	<ul style="list-style-type: none"> • Comissão consultiva de Mecanização Agrária; • Conselho Sectorial para o Agro-Alimentar da ANQEP <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pareceres sobre 2 propostas de perfil profissional referencial de formação e de RVCC: Operador/a florestal; Operador/a de Máquinas Agrícolas; ▪ Concepção de oito UFCD de 10 horas, para o projecto-piloto da ANQEP; • Comissão Técnica para a Formação Tecnológica Pós-Secundária: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Emissão de 89 pareceres sobre propostas de cursos de especialização tecnológica (nível 5);
<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento de Entidades Formadoras • Homologação de acções de Formação Profissional • Homologação de certificados no âmbito do MAMAOT • Acompanhamento a ações de Formação homologadas pela DGADR 	<ul style="list-style-type: none"> • Entidades reconhecidas - 12 -Cursos Homologados - 25 • Acções Homologadas-155 • Cursos com certificados Homologados - 62 -Certificados Homologados - 859 • Efetuadas 10 visitas com apresentação dos respetivos relatório

Hidráulica e Engenharia Agro-Rural

CARATERIZAÇÃO DO SERVIÇO

A DSHEAR possui as suas competências distribuídas por duas divisões e uma equipa. Possui competências ao nível do desenvolvimento de estudos, projetos, definição de normas e coordenação de empreitadas de estruturas hidráulicas de aproveitamento hidroagrícolas e demais obras associadas à distribuição de água para rega. Assegura ainda a coordenação nacional do gasóleo colorido e o funcionamento da atividade de Mecanização Agrária.

CÓDIGO	ATIVIDADES	DIREÇÃO DE SERVIÇO / UNIDADE FLEXÍVEL
III	Coordenação das áreas de Infraestruturas Hidráulicas, Engenharia Agro-Rural e Mecanização e Apoio a Projetos	DSHEAR
III.1	Promover/acompanhar Estudos e Projetos de estruturas hidráulicas e controlar a segurança das barragens	DSHEAR/DIH
III.2	Promover/acompanhar Estudos e Projetos de redes de rega, drenagem e caminhos (novos ou de reabilitação/modernização)	DSHEAR/DIH/EMAP
III.3	Promover os trabalhos topográficos e a recolha e preparação de elementos cartográficos e cadastrais	DSHEAR/DIH/DEAR
III.4	Coordenar os trabalhos das empreitadas da responsabilidade da Direção-Geral e assegurar a respetiva fiscalização	DSHEAR/DEAR
III.5	Promover a execução das ações de expropriação e indemnização decorrentes das obras de responsabilidade da Direção-Geral	DSHEAR/DEAR
III.6	Assegurar a coordenação nacional do gasóleo colorido e marcado	DSHEAR/EMAP
III.7	Proceder à homologação de tratores e realizar estudos sobre máquinas agrícolas e florestais	DSHEAR/EMAP

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
OE	Melhorar a qualificação do Recursos Humanos / Desenvolver novas competências							
OO 1	Assegurar a formação de trabalhadores da Direção de Serviços							III
Indicador 1	Número de Trabalhadores	Peso:	3	S	>3	9	Superado	
		100%		A	3			
				NA	<3			
						Resultado da Ação ³		
Iniciativas / Ações	Participar em cursos de formação					Realizado		
OE	Reduzir os circuitos processuais							
001	Melhorar o circuito de documentos e informação							III
Indicador 1	Taxa de utilização do sistema de registo de informação (n.º de utilizadores / n.º de trabalhadores *100)	Peso:	55%	S	>59%	55	Atingido	
		55%		A	[50%-59%]			
				NA	<50%			
Indicador 2	Número de dias após conhecimento da informação	Peso:	4	S	<3	4	Atingido	
		50%		A	[3-5]			
				NA	>5			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Assegurar a atualização da informação referente aos concursos públicos no sítio da DGADR					Realizado		
OE	Melhorar a Competitividade e sustentabilidade do Setor Agrícola e dos Territórios Rurais							
OO 1	Aumentar a área de regadio coletiva público							III.3 / III.4 / III.5
Indicador 1	Número de hectares em obra	Peso:	1133	S	>1133	1133	Atingido	
		100%		A	1133			
				NA	<1133			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Assegurar o acompanhamento e assistência técnica					Realizado		
	Garantir o controlo financeiro das empreitadas					Realizado		
	Assegurar o início da obra, através da sua consignação					Realizado		

¹ Não Realizado / Realizado parcialmente / Realizado

² A reformulação pode ser do objetivo, de um ou mais indicadores. O objetivo também pode ser retirado.

Em todos estes casos é necessário explicitar o motivo e a data.

³ Justificar o desvio quando "negativo"

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE	
OO 2	Adequar as barragens dos Aproveitamentos Hidroagrícolas ao Regulamento de Segurança de Barragens							III.1	
Indicador 1	Efetuar os procedimentos concursais com vista à elaboração de Planos de Emergência Internos e Sistema de Avisos e Alertas	Peso:	2	S	>2	7	Superado		
		50%		A	2				
				NA	<2				
Indicador 2	Efetuar os procedimentos concursais com vista à intervenção em barragens que necessitem de obras de adequação ao Regulamento de Segurança de Barragens (RSB)	Peso:	2	S	>2	13	Superado		
		50%		A	2				
				NA	<2				
						Resultado da Ação ¹			
Iniciativas / Acções	Abertura de procedimentos pré-contratuais, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos					Realizado			
	Integrar júris de procedimentos para a formação de contratos					Realizado			
	Assegurar o acompanhamento e assistência técnica					Realizado			
	Garantir o controlo financeiro das empreitadas					Realizado			
	Assegurar o início da obra, através da sua consignação					Realizado			
OO 3	Supervisionar e controlar o bom funcionamento das Centrais Hidroelétricas e Estações Elevatórias							III.3	
Indicador 1	Número de dias para efetuar visita após solicitação	Peso:	5 dias úteis	S	>8	5	Atingido		
		50%		A	[3-8]				
				NA	<3				
Indicador 2	Número de dias para proposta de medidas corretivas	Peso:	8 dias úteis	S	<6	8	Atingido		
		50%		A	[6-10]				
				NA	>10				
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Assegurar o cumprimento dos planos de manutenção das CH e EE tuteladas pela DGADR					Realizado			
	Promover ações de manutenção corretiva					Realizado			
OO 4	Assegurar a disponibilidade dos terrenos onde serão efetuadas as diversas obras							III.5	
Indicador 1	Número de acordos	Peso:	1	S	>1	3	Superado		
		50%		A	1				
				NA	<1				

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIO / ATIVIDADE
Indicador 2	Número de indemnizações	Peso:	1	S	>1	152	Superado	
		50%		A	1			
				NA	<1			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Acções	Celebrar acordos com os proprietários ou rendeiros					Realizado		
	Desenvolver o processo de indemnizações aos proprietários ou rendeiros					Realizado		
OO 5	Assegurar o funcionamento de toda a atividade de Mecanização Agrária							III.7
Indicador 1	Número de aprovações de novos modelos de tratores	Peso:	1250	S	>1500	2112	Superado	
		30%		A	[1000-1500]			
				NA	<1000			
Indicador 2	Número de tratores inspecionados/ ensaiados	Peso	60	S	>70	92	Superado	
		30%:		A	[50-70]			
				NA	<50			
Indicador 3	Percentagem de normas inscritas no Plano Anual	Peso	90%	S	>99%	100%	Superado	
		20%		A	[80%-99%]			
				NA	<80%			
Indicador 4	Taxa de participação no apoio à atividade de implementação das inspeções periódicas a pulverizadores	Peso:	90%	S	>99%	100%	Superado	
		20%		A	[80%-99%]			
				NA	<80%			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Acções	Aprovar novos modelos de tratores agrícolas e florestais de rodas tendo em vista a sua homologação no âmbito do protocolo com o IMTT (ex-DGV)					Realizado		
	Proceder à inspeção/ensaio de tratores agrícolas usados importados para atribuição de matrícula					Realizado		
	Assegurar o cumprimento do normativo europeu, elaborando as versões nacionais de normas europeias					Realizado		
	Apoiar o sistema de inspeções periódica de pulverizadores					Realizado		
OO 6	Assegurar a Coordenação Nacional do Gasóleo colorido e marcado, no continente, e gasóleo com benefício fiscal, nos Açores							III.6
Indicador 1	Número de cartões de abastecimento emitidos	Peso:	4000	S	>5000	12478	Superado	275
		20%		A	[3000-5000]			
				NA	<3000			
Indicador 2	Número de relações discriminadas das transações registadas nos terminais POS	Peso:	275	S	>299	260	Atingido	
		10%		A	[250-299]			
				NA	<250			

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Indicador 3	Número de relações discriminadas de abastecimentos efetuados por cartão	Peso:	85	S	>99	98	Atingido	
		10%		A	[80-99]			
				NA	<80			
Indicador 4	Número de relatórios de controlos de consumos anómalos	Peso:	275	S	>299	255	Atingido	
		10%		A	[200-299]			
				NA	<200			
Indicador 5	Prazo de disponibilização das estatísticas no sítio da DGADR - Continente	Peso:	53 dias	S	<46	50	Atingido	
		10%		A	[46-60]			
				NA	>60			
Indicador 6	Número de quadros elaborados e enviados ao INE de volumes de combustível	Peso:	4	S	>4	4	Atingido	
		20%		A	4			
				NA	<4			
Indicador 7	Número de quadros elaborados e enviados à Alfândega de Ponta Delgada	Peso:	12	S	>12	12	Atingido	
		10%		A	12			
				NA	<12			
Indicador 8	Número de listagens enviadas à DGAIEC	Peso:	12	S	>12	12	Atingido	
		10%		A	12			
				NA	<12			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Acções	Assegurar a gestão do sistema de cartões nos abastecimentos de gasóleo colorido e marcado no continente e com benefício fiscal nos Açores					Realizado		
	Colaborar com a DGAIEC e com as Alfândegas e Delegações Aduaneiras nas ações de controlo aos postos de abastecimento					Realizado		
	Controlar os consumos registados nos setores agrícola e florestal em colaboração com as DRAP's					Realizado		
	Proceder ao tratamento de dados estatísticos relativos aos consumos de gasóleo					Realizado		
	Fornecer trimestralmente ao INE os volumes de gasóleo gastos no continente e nos Açores					Realizado		
	Disponibilização mensal à Alfândega de Ponta Delgada da relação dos abastecimentos de gasóleo com benefício fiscal, discriminados por ilha, por companhia distribuidora e por atividade					Realizado		

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
	Fornecer mensalmente à DGAIEC o volume total de gasóleo colorido e marcado consumido no continente, discriminado por companhia distribuidora e atividade.					Realizado		
OO 7	Participação em Comissões Técnicas e de Acompanhamento nacionais, europeias e internacionais							III.1 / III.7
Indicador 1	Prazo para apresentação do relatório anual sobre normalização	Peso:	5 dias úteis	S	<4	----	----	
		15%		A	[4-5]			
				NA	>5			
Indicador 2	Prazo de elaboração das atas das reuniões da CCMA	Peso:	23 dias	S	<16	23	Atingido	
		15%		A	[16-30]			
				NA	>30			
Indicador 3	Resultado qualitativo da auditoria anual realizada pelo IPQ (manutenção do estatuto)	Peso:	Favor.	S	Muito Fav.	----	----	
		20%		A	Favorável			
				NA	Não fav.			
Indicador 4	Taxa de participações em reuniões da Comissão de Segurança de Barragens	Peso:	90%	S	>99%	100%	Superado	
		15%		A	[80%-99%]			
				NA	<80%			
Indicador 5	Taxa de participações em reuniões das Comissões de Revisão do PDM	Peso:	90%	S	>99%	100%	Superado	
		15%		A	[80%-99%]			
				NA	<80%			
Indicador 6	Taxa de participações em conselhos de Região Hidrográfica, Conselho Nacional da Água e Convenção de Albufeiras (rios internacionais)	Peso:	90%	S	>99%	100%	Superado	
		20%		A	[80%-99%]			
				NA	<80%			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Acções	Acompanhar a atividade de normalização europeia e internacional de tratores e máquinas agrícolas					----		
	Apoiar a Comissão Consultiva de Mecanização Agrária					Realizado		
	Manter o estatuto de Organismo de Normalização Setorial (ONS) para a área dos tratores agrícolas, no âmbito do protocolo de cooperação com o Instituto Português de Qualidade (IPQ)					----		
	Participar nas Comissões no âmbito da Segurança de Barragens					Realizado		
	Participar nas Comissões de Revisão de PDM's					Realizado		
	Participar nos Conselhos de Região Hidrográfica, Conselho Nacional de Água e Convenção de Albufeira (rios internacionais)					Realizado		
Justificação do Desvio ³	Os indicadores 1 e 3 não foram medidos. O primeiro por motivo de aposentação do funcionário sem possibilidade de substituição. O 2.º pelo fato do Instituto português na Qualidade (IPQ) não ter realizado auditoria.							

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
OO 8	Acompanhar o programa PRODER							
Indicador 1	Número de projetos Novos Regadios	Peso:	1	S	>1	3	Superado	
		50%		A	1			
				NA	<1			
Indicador 2	Número de projetos para Segurança de Barragens	Peso:	2	S	>2	21	Superado	
		25%		A	2			
				NA	<2			
Indicador 3	Número de projetos de Centrais Hidroelétricas	Peso:	1	S	>1	1	Atingido	
		25%		A	1			
				NA	<1			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Acções	Assegurar o acompanhamento e execução dos projetos de financiamento à medida 1.6.1					Realizado		
	Assegurar o acompanhamento e execução dos projetos de financiamento à medida 1.6.3					Realizado		

Regadio e Recursos Naturais

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

A Direção de Serviços de Regadio e Recursos Naturais dispõe de duas unidades flexíveis.

A Divisão de Planeamento do Regadio e Solos tem como competências:

- ✦ Promover os estudos de diagnóstico e caracterização na área do planeamento do regadio e coordenação da promoção do Plano Nacional de Regadios;
- ✦ Elaborar e acompanhar os estudos agrossócio-económicos integrados em projetos de âmbito hidroagrícola;
- ✦ Acompanhar as candidaturas da iniciativa da DGADR, no âmbito dos fundos comunitários;
- ✦ Avaliar e emitir pareceres sobre projetos de entidades públicas e privadas em sede de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e acompanhamento e promoção de medidas de minimização e compensação dos EIA's e de programas de gestão ambiental;
- ✦ Acompanhar a elaboração de Planos de Ordenamento do Território;
- ✦ Dar apoio técnico-administrativo e participar nos órgãos da Reserva Agrícola Nacional (RAN) – Conselho Nacional da Reserva Agrícola (CNRA) e Comissões Regionais;
- ✦ Promover e acompanhar a elaboração das cartas de solos e estudos de classificação das terras nas áreas envolvidas nos projetos hidroagrícolas;
- ✦ Assegurar a gestão do património rústico a cargo da DGADR e do património afeto à colonização interna e baldios reservados;
- ✦ Planear e acompanhar a execução das medidas de política de desenvolvimento rural e ambiente.

A Divisão de Gestão do Regadio e da Qualidade da Água tem como competências:

- ✦ Promover a transferência e apoiar a gestão dos AH's para as entidades concessionárias, elaborando as propostas dos contratos de concessão, bem como promover a entrega de obras às DRAP's para proceder à sua transferência para as entidades gestoras;
- ✦ Promover a articulação e o apoio às pessoas coletivas públicas e privadas concessionárias das obras de AH e assegurar as ligações com outras entidades intervenientes nos aproveitamentos de fins múltiplos com componente hidroagrícola;
- ✦ Promover, em colaboração com as entidades competentes, a realização de estudos de caracterização dos recursos hídricos de superfície e subterrâneos suscetíveis de utilização na agricultura;
- ✦ Assegurar a recolha das variáveis meteorológicas da rede do MADRP (atual MAMAOT) tendo em vista o estudo e a avaliação das necessidades hídricas das diferentes culturas e implementação de um sistema de avisos de rega;
- ✦ Promover, em colaboração com as direções regionais de agricultura e pescas, a correta utilização dos corretivos orgânicos na agricultura e coordenar a implementação da diretiva "Nitratos de origem agrícola";
- ✦ Promover a monitorização e o controlo da qualidade da água destinada a fins agrícolas, propondo as necessárias medidas preventivas e de correção;
- ✦ Apoiar a conceção e a execução de projetos de captação de águas subterrâneas, procedendo ao acompanhamento da sua exploração, assim como à avaliação do estado de conservação das mesmas;

- ✦ Colaborar com as entidades tutelares de cartografia, nacionais e internacionais, no desenvolvimento de cartografia temática, de ortofotografia e da estrutura de metadados, na implementação e desenvolvimento de métodos e sistemas;
- ✦ Assegurar a elaboração e divulgação das cartas temáticas da responsabilidade da DGADR e participar no Conselho Coordenador de Cartografia;
- ✦ Colaborar com a entidade que tutela as operações de cadastro geométrico da propriedade na elaboração das cartas cadastrais das zonas de emparcelamento e de beneficiação hidroagrícola.

CÓDIGO	ATIVIDADES	DIREÇÃO DE SERVIÇO / UNIDADE FLEXÍVEL
IV	Coordenação das áreas de Planeamento do Regadio e de Solos e da Qualidade da Água	DSRRN
IV.1	Planeamento do Regadio/Plano Nacional de Regadios	DSRRN/DPRS
IV.2	Agro-Sócio-Economia	DSRRN/DPRS
IV.3	Ambiente e Ordenamento	DSRRN/DPRS
IV.4	Solos e RAN	DSRRN/DPRS
IV.5	Apoio à Gestão dos Aproveitamentos Hidroagrícolas	DSRRN/DGRQA
IV.6	Sustentabilidade dos Recursos Naturais	DSRRN/DGRQA
IV.7	Coordenação da produção, estruturação, organização e divulgação de cartografia temática em formato analógico e digital	DSRRN/DGRQA
IV.8	Hidrologia e Meteorologia e acompanhar e supervisionar tecnicamente os trabalhos de conservação e reabilitação das captações de águas subterrâneas	DSRRN/DGRQA

OBJETIVOS				META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE	
OE	Otimizar a gestão financeira									
OO 1	Gerir a Herdade da Ribeira Abaixo								IV.3	
Indicador 1	Abate e remoção de árvores mortas	Peso:	30-nov	S	<30-nov	>30-nov	Não Atingido			
		50%		A	30-nov					
				NA	>30-nov					
Indicador 2	Desmatação da herdade	Peso:	75 ha	S	>75 ha	<75 ha	Não Atingido			
		50%		A	75 ha					
				NA	<75 ha					
						Resultado da Ação ⁴				
Iniciativas / Ações	Abate e remoção de árvores mortas					Realizado parcialmente				
	Desmatação da Herdade					Realizado parcialmente				
Justificação do Desvio ⁵	As condições meteorológicas adversas não permitiram o abate, a remoção e a desmatação total da herdade.									
OE	Aumentar o grau de satisfação do cliente									
OO 1	Gerir o Património afeto à Colonização Interna e Baldios Reservados								III	
Indicador 1	Número de alvarás emitidos, 2 ^{as} vias e cancelamento de ónus	Peso	10	S	>10	22	Superado			
		50%		A	10					
				NA	<10					
Indicador 2	Número de pareceres emitidos no tocante ao Património / Colonização Interna	Peso:	5	S	>5	14	Superado			
		50%		A	5					
				NA	<5					
						Resultado da Ação ¹				
Iniciativas / Ações	Emissão de alvarás de propriedade definitiva, 2 ^{as} vias e cancelamento de ónus					Realizado				
	Emissão de pareceres no tocante ao Património em gestão pela DGADR, colónias agrícolas e baldios					Realizado				
OE	Melhorar a Competitividade e sustentabilidade do Setor Agrícola e dos Territórios Rurais									
OO 1	Assegurar o Plano Nacional do Regadios								IV.1	
Indicador 1	Data de conceção da área temática e	Peso:	30-nov	S	<30-nov	<30-nov	Superado			
		100%		A	30-nov					

¹Não Realizado / Realizado parcialmente / Realizado

²A reformulação pode ser do objetivo, de um ou mais indicadores. O objetivo também pode ser retirado. Em todos estes casos é necessário explicitar o motivo e a data.

³Justificar o desvio quando "negativo"

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE	
	atualização do Sistema de Informação do Regadio (SIR)			NA	>30-nov				
						Resultado da Ação ¹			
Iniciativas / Ações	Reavaliação da execução do Plano Nacional do Regadio, face à reprogramação do PRODER					Realizado			
	Criação de área temática no SIR - Regadio versus Ambiente					Realizado			
	Atualização da base de dados do Regadio Tradicional					Realizado			
OO 2	Assegurar os estudos estratégicos na área do regadio							IV.2	
Indicador 1	Acompanhamento de estudos de âmbito agrossócio-económico	Peso:	2	S	>2	3	Superado		
		40%		A	2				
				NA	<2				
Indicador 2	Análise da componente agrossócio-económica dos EIA dos blocos de rega do EFMA	Peso:	1	S	>1	1	Atingido		
		20%		A	1				
				NA	<1				
Indicador 3	Estudos agrossócio-económicos	Peso:	2	S	>2	3	Superado		
		40%		A	2				
				NA	<2				
						Resultado da Ação ¹			
Iniciativas / Ações	Acompanhamento de estudos associados a projetos de rega					Realizado			
	Avaliação dos descritores da sócio-economia e agrossistemas no âmbito dos procedimentos de AIA do EFMA					Realizado			
	Avaliação dos descritores da sócio-economia e agrossistemas no âmbito dos procedimentos de AIA de projetos de regadio					Realizado			
OO 3	Acompanhar as candidaturas na tramitação processual e no acompanhamento aos fundos comunitários na área do regadio							IV.1	
Indicador 1	Número de pontos de situação elaborados	Peso:	4	S	>4	10	Superado		
		50%		A	4				
				NA	<4				
Indicador 2	Número de relatórios de acompanhamento	Peso:	6	S	>6	10	Superado		
		50%		A	6				
				NA	<6				
						Resultado da Ação ¹			
Iniciativas / Ações	Assegurar a coordenação da tramitação processual e do acompanhamento das candidaturas da responsabilidade da DGADR no âmbito do PRODER e Rede Rural Nacional					Realizado			
	Assegurar a contrapartida ao controlo administrativo às candidaturas PRODER e Rede Rural Nacional					Realizado			
	Coordenar a resposta da DGADR no âmbito das consultas e alterações legislativas/revisão do PRODER					Realizado			

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
OO 4	Promover a salvaguarda dos Recursos Naturais e dos interesses sectoriais do MAMAOT em sede de processos de AIA de infraestruturas e equipamentos de interesse público ou de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos							IV.3
Indicador 1	Número de projetos analisados e/ou acompanhados	Peso:	2	S	>2	9	Superado	
		30%		A	2			
				NA	<2			
Indicador 2	Número de pareceres emitidos	Peso:	30	S	>30	33	Superado	
		70%		A	30			
				NA	<30			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Acompanhamento dos EIA's, RECAPE ou pós-avaliação dos projetos do EFMA					Realizado		
	Análise e emissão de pareceres de EIA's, em sede de infraestruturas de utilidade pública ou equipamentos ou de AAE em sede de elaboração de planos					Realizado		
OO 5	Assegurar a representação da DGADR e/ou do MAMAOT em Grupos de Trabalho e Comissões na área do ambiente e dos recursos naturais							III.7
Indicador 1	Número de pareceres emitidos para a CNREN (por solicitação)	Peso:	5	S	>5	7	Superado	
		20%		A	5			
				NA	<5			
Indicador 2	Número de pareceres, memorandos e relatórios técnicos elaborados	Peso:	15	S	>15	23	Superado	
		40%		A	15			
				NA	<15			
Indicador 3	Número de estudos acompanhados	Peso:	6	S	>6	8	Superado	
		40%		A	6			
				NA	<6			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Representação do MAMAOT na Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional, como vogal efetivo					Realizado		
	Assegurar a participação da DGADR na elaboração dos balanços anuais sobre o estado do ambiente e dos recursos naturais em Portugal					Realizado		
	Acompanhamento da Elaboração dos Planos de Gestão das Administrações das Regiões Hidrográficas (ARH)					Realizado		
	Representação da DGADR na Comissão de Planeamento de Emergência da Agricultura (CPEA)					Realizado		
	Representação da DGADR na Comissão Nacional de Coordenação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação					Realizado		
	Representação da DGADR no Projeto Solo e Sedimentos – Programa Nacional de Ação de Ambiente e Saúde					Não Realizado		
	Representação da DGADR no Grupo de Trabalho do Olival					Realizado		
	Representação na Comissão Nacional para as Zonas Húmidas (CNZH)					Não Realizado		

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE	
	Participação no Grupo de Trabalho para as alterações climáticas					Realizado			
	Participação na comissão de acompanhamento do plano sectorial da Rede Natura 2000					Realizado			
	Apoio técnico ao ponto focal para a nova lei de solos					Não Realizado			
Justificação do Desvio ³			Estas ações não tiveram desenvolvimento no ano de 2012, não sendo da responsabilidade da DGADR dar-lhes continuidade.						
OO 6			Promover a salvaguarda das zonas rurais em sede dos Planos de Ordenamento do Território						IV.3
Indicador 1	Número de planos analisados	Peso:	15	S	>15	42	Superado		
		40%		A	15				
				NA	<15				
Indicador 2	Número de pareceres emitidos	Peso:	35	S	>35	238	Superado		
		40%		A	35				
				NA	<35				
Indicador 3	Reunião anual dos técnicos envolvidos no acompanhamento dos Planos (Setor Agroflorestal e Pescas)	Peso:	1	S	>1	2	Superado		
		20%		A	1				
				NA	<1				
						Resultado da Ação ¹			
Iniciativas / Ações	Acompanhamento da elaboração ou revisão de planos de ordenamento (PEOT, PMOT e PROT), pela integração nas Comissões de Acompanhamento (CA)					Realizado			
	Análise e emissão de parecer nas diversas fases de elaboração e na aprovação/ratificação de Instrumentos de Gestão Territorial (IGT)					Realizado			
	Análise de projetos de diplomas legais por solicitação de S. Ex. ^a a MAMAOT/SEFDR na área do ordenamento do território					Realizado			
	Análise de Planos de Pormenor e Planos de Urbanização no âmbito do regime jurídico dos IGT.					Realizado			
	Análise de construções ou de outras operações urbanísticas no espaço rural, em sede do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE)					Realizado			
	Preparação e convocatória da reunião anual sobre o acompanhamento de Planos					Realizado			
OO 7			Promover a elaboração de estudos de solos e de cartografia interpretativa						IV.4
Indicador 1	Número de cartas de capacidade de uso revistas	Peso:	16	S	<16	12	Não Atingido		
		15%		A	16				
				NA	>16				
						Resultado da Ação ¹			
Iniciativas / Ações			Promover e acompanhar a execução das cartas de capacidade de uso a sul do rio Douro (escala 1:25.000) e efetuar a revisão final das ligações entre as cartas de solos 1:25.000 de Entre Tejo e Douro			Realizado parcialmente			
OO 8			Presidir à Entidade Nacional da RAN						

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE	
Indicador 1	Número de processos instruídos	Peso:	100	S	>100	103	Superado		
		70%		A	100				
				NA	<100				
Indicador 2	Número de processos deliberados	Peso:	80	S	>80	82	Superado		
		30%		A	80				
				NA	<80				
Resultado da Ação ¹									
Iniciativas / Ações	Deliberação sobre recursos relativos aos atos administrativos das Entidades Regionais					Realizado			
	Apoio técnico, administrativo e jurídico à Entidade Nacional e assegurar a uniformidade de critérios de atuação nas Entidades Regionais					Realizado			
09	Promover com as DRAP a correta utilização de lamas na agricultura								
Indicador 1	Número de esclarecimentos relativo à valorização agrícola de lamas	Peso:	5	S	>5	12	Superado		
		60%		A	5				
				NA	<5				
Indicador 2	Número de creditações para técnicos responsáveis em valorização agrícola de lamas	Peso:	3	S	>3	18	Superado		
		40%		A	3				
				NA	<3				
Resultado da Ação ¹									
Iniciativas / Ações	Colaborar em ações de formação, informação e divulgação dos procedimentos relativos à aplicação de lamas em solos agrícolas					Realizado			
	Assegurar o perfil indicado dos técnicos acreditados em valorização agrícola de lamas					Realizado			
O10	Coordenar a nível do MAMAOT a implementação da diretiva "Nitratos"							IV.6	
Indicador 1	Número de ações relativas à implementação da diretiva "Nitratos"	Peso:	5	S	>5	6	Superado		
		10%		A	5				
				NA	<5				
Indicador 2	Conclusão da proposta do Programa de Ação para as novas zonas vulneráveis aos nitratos	Peso:	31-mar	S	<31-mar	28 - mar	Superado		
		10%		A	31-mar				
				NA	>31mar				
Indicador 3	Publicação do Programa de Ação para as novas zonas vulneráveis aos nitratos	Peso:	30-jun	S	<30-jun	28 - ago	Não Atingido		
		20%		A	30-jun				
				NA	>30-jun				
Indicador 4	Elaboração da proposta do relatório síntese resultante da participação	Peso:	30-jun	S	<30-jun	29 - fev	Superado		
		10%		A	30-jun				

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
	pública			NA	>30-jun			
Indicador 5	Publicação do relatório síntese resultante da participação pública	Peso:	31-out	S	<31-out	29 - fev	Superado	
		10%		A	31-out			
				NA	>31-out			
Indicador 6	Elaboração do relatório quadrienal 2008-2011 sobre a situação dos nitratos de origem agrícola	Peso:	30-set	S	<30-jun	30 - jul	Atingido	
		40%		A	[30-jun -30-set]			
				NA	>30-set			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Assegurar a participação no grupo da condicionalidade, nas ações de divulgação, no acompanhamento da sua implementação com as DRAP					Realizado		
	Assegurar a coordenação da instrução das obrigações decorrentes do Dec.-Lei n.º 235/97					Realizado		
	Assegurar a coordenação da instrução das obrigações decorrentes do Dec.-Lei n.º 235/97					Realizado		
	Dar cumprimento à Diretiva 2003/35/CE, de 26 de maio (Participação Pública)					Realizado		
	Dar cumprimento à Diretiva 2003/35/CE, de 26 de maio (Participação Pública)					Realizado		
	Assegurar o cumprimento do artigo 10º da Diretiva nº91/676/CEE, do Conselho, de 12 de dezembro de 1991.					Realizado		
Justificação do Desvio ³	O indicador 3 apresenta resultado Não atingido porque a data de publicação da portaria foi de 28 de agosto de 2012, ainda que tenha sido enviada para publicação em fevereiro de 2012.							
OO 11	Assegurar a representação da DGADR e/ou do MAMAOT em Grupos de Trabalho e Comissões na área dos recursos naturais							IV.6
Indicador 1	Número de reuniões nacionais e internacionais	Peso:	5	S	>5	9	Superado	
		20%		A	5			
				NA	<5			
Indicador 2	Número de pareceres, memorandos e relatórios técnicos elaborados	Peso:	10	S	>10	28	Superado	
		40%		A	10			
				NA	<10			
Indicador 3	Número de documentos analisados	Peso:	8	S	>8	9	Superado	
		40%		A	8			
				NA	<8			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Representação do MAMAOT no Comité Nitratos					Realizado		
	Representação da DGADR nos Conselhos das Regiões Hidrográficas das ARH					Realizado		
	Representação da DGADR no Conselho Coordenador de Cartografia					----		
	Representação da DGADR no Grupo de Trabalho sobre Regime de Caudais, Secas e Situações de Emergência					----		
	Representação da DGADR no Grupo de Trabalho sobre o Regime de Exercício da Atividade Pecuária					Realizado		

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
	Participação na CTA da revisão dos PDM's					Realizado		
	Colaboração na emissão de pareceres a Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), nomeadamente PDM, PP e PU					Realizado		
	Representação da DGADR na Comissão sectorial para a Água (CS/04) do Conselho Nacional de Qualidade					----		
	Representação da DGADR como entidade certificadora dos investimentos relacionados com a Ação 7.1 da Estratégia Nacional para os Programas Operacionais de Organizações de Produtores de Frutas e Produtos Hortícolas.					----		
OO 12	Avaliar os recursos hídricos superficiais para rega							IV.8
Indicador 1	Taxa de Projetos analisados / Projetos solicitados	Peso:	95%	S	100%	100%	Superado	
		50%		A	[90-99%]			
				NA	<90%			
Indicador 2	Número de dias após a receção das candidaturas para elaboração de parecer no âmbito da Ação 7.1 – da Estratégia Nacional para os Programas Operacionais de Organizações de Produtores de Frutas e Produtos Hortícolas	Peso:	5	S	<5	4	Superado	
		50%		A	5			
				NA	>5			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Emissão de pareceres no âmbito dos recursos hídricos superficiais					Realizado		
	Emissão de pareceres no âmbito da ação 7.1 - Poupança de água através da reconversão ou modernização de sistemas de rega.					Realizado		
OO 13	Coordenar as ações e atividades a desenvolver pelos diversos parceiros da operação “Boas Práticas para uso sustentado dos efluentes pecuários” (PRRN)							IV.8
Indicador 1	Número de reuniões	Peso:	5	S	<5	10	Superado	
		20%		A	5			
				NA	>5			
Indicador 2	Prazo de apresentação das conclusões da operação – Seminário Final	Peso:	30-dez	S	<30-dez	----	----	
		40%		A	30-dez			
				NA	>30-dez			
Indicador 3	Prazo de apresentação do modelo de relatório síntese das ações realizadas	Peso:	30-dez	S	<30-dez	----	----	
		40%		A	30-dez			
				NA	>30-dez			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Coordenação das ações e atividades a desenvolver pelos diversos parceiros da operação, nomeadamente: organização de reuniões periódicas, acompanhamento da evolução do desenvolvimento das tarefas					Realizado		

OBJETIVOS	META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
	Realização do seminário final de divulgação dos resultados da operação		Não Realizado		
	Coordenação e publicação do relatório final da operação		Não Realizado		
Justificação do Desvio³	Houve necessidade de reprogramar o projecto que tem agora fim previsto para Setembro de 2013. Apresentam-se motivos: - Técnicos associados à indisponibilização de informação essencial externa à DGADR - Financeiros por aplicação de Despacho Ministerial de 12 setembro 2012 que impossibilitou a assinatura de contratos necessários à execução do projecto.				

ATIVIDADES RELEVANTES NÃO PLANEADAS

DESCRIÇÃO	RESULTADO ALCANÇADO
<ul style="list-style-type: none"> Colaboração com a CCDR Centro na divulgação do seu “Guia Orientador – Revisão de PDM’s” 	<ul style="list-style-type: none"> Publicação e divulgação do Guia com 2 apresentações em Seminários
<ul style="list-style-type: none"> Participação no Congresso da Água 	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação de “Contributo para as cláusulas técnicas para a reabilitação das linhas de água dos blocos de rega do EFMA”
<ul style="list-style-type: none"> Participação no 4º Congresso Nacional de Rega e Drenagem 	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação de “Regadio – Expressões Territoriais”

Produtos Fitofarmacêuticos e Sanidade Vegetal

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

- Homologação dos produtos fitofarmacêuticos e de produtos biocidas preservadores de madeira no território nacional, tendo por base a avaliação comunitária das substâncias ativas e a avaliação do comportamento biológico, da exposição do aplicador, técnicas de aplicação e impacte nos ecossistemas agrícolas a nível nacional para definição das boas práticas agrícolas dos produtos e garantir a segurança para o consumidor, aplicador e ambiente.
- Contribuir para a redução do risco dos produtos fitofarmacêuticos através de implementação de medidas no âmbito de um uso sustentado em todas as atividades, incluindo a distribuição, armazenamento, venda e sua aplicação e favorecer a implementação de modos de produção agrícolas com menor dependência do uso de produtos fitofarmacêuticos, nomeadamente agricultura biológica e produção integrada e assegurar a generalização no País do aconselhamento técnico relativo à aplicação dos produtos fitofarmacêuticos através do Serviço Nacional de Avisos Agrícolas.

CÓDIGO	ATIVIDADES	DIREÇÃO DE SERVIÇO / UNIDADE FLEXÍVEL
V	Coordenação das áreas de Homologação e Avaliação Toxicológica, Ecotoxicológica, Ambiental e da Identidade dos Produtos Fitofarmacêuticos e de Avaliação Biológica e de Sanidade Vegetal	DSPFSV
V.1	Promover e implementar atividades técnicas e administrativas relativas à colocação de produtos fitofarmacêuticos (PF) e de produtos biocidas preservadores de madeira (PM) no mercado nacional e controlo do seu uso, decorrentes da legislação em vigor	DSPFSV/DHATEAIPF
V.2	Assegurar a ligação, no âmbito da legislação comunitária e nacional relativa à colocação de PF e PM no mercado, com as Autoridades competentes dos Estados Membros, instituições nacionais e comunitárias	DSPFSV/DHATEAIPF
V.3	Preparar e/ou promover a elaboração de legislação nacional e comunitária relativa a PF e PM	DSPFSV/DHATEAIPF
V.4	Promover e implementar o controlo físico e químico de PF e PM e coordenar o programa nacional de controlo de resíduos de pesticidas de origem vegetal	DSPFSV/DHATEAIPF
V.5	Promover e coordenar a avaliação da eficácia, em sentido lato e estrito, no âmbito da homologação de produtos fitofarmacêuticos (PF) e de produtos biocidas preservadores de madeira (PM) com vista à concessão de autorizações de venda desses produtos	DSPFSV/DABSV
V.6	Promover e proceder às atividades de experimentação necessárias para o estudo das características dos produtos fitofarmacêuticos nas áreas do comportamento biológico	DSPFSV/DABSV

- V.7** Promover e coordenar as atividades técnicas inerentes à implementação de modos de produção ambientalmente sustentados, nomeadamente modo de produção biológico, proteção e produção integradas
- V.8** Coordenar e garantir o funcionamento e atualidade do Serviço Nacional de Avisos Agrícolas (SNAA), nomeadamente no estabelecimento de meios de luta e métodos de previsão e evolução de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais

DSPFSV/DABSV

DSPFSV/DABSV

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
OE	Melhorar a qualificação do Recursos Humanos / Desenvolver novas competências							
OO 1	Promover a aquisição de novas competências e atualização de competências já adquiridas							V / V.1 V.5 / V.6 / V.7
Indicador 1	Taxa de participação em ações de formação/ "coaching" internas	Peso : 25%	90%	S	>90%	100%	Superado	
				A	90%			
				NA	<90%			
Indicador 2	Grau de autonomia no desempenho de competências específicas	Peso : 50%	70%	S	>70%	90%	Superado	
				A	70%			
				NA	<70%			
Indicador 3	Taxa de participação em ações de formação externas	Peso : 25%	50%	S	>50%	>50%	Superado	
				A	50%			
				NA	<50%			
						Resultado da Ação ⁶		
Iniciativas / Ações	Identificação das necessidades de formação					Realizado		
	Identificação de oportunidades de formação e sua divulgação					Realizado		
	Promoção da participação dos técnicos em ações de formação externas					Realizado		
OE	Incentivar a utilização das TIC							
OO 1	Desmaterialização de processos relativos à homologação de produtos fitofarmacêuticos							V / V.1

¹Não Realizado / Realizado parcialmente

²A reformulação pode ser do objetivo, de um ou mais indicadores. O objetivo também pode ser retirado. Em todos estes casos é necessário explicitar o motivo e a data.

³Justificar o desvio quando "negativo"

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Indicador 1	Taxa de participação no projeto de desmaterialização de processos e procedimentos	Peso:	30%	S	>30%	---	---	
		50%		A	30%			
				NA	<30%			
Indicador 2	Taxa de parametrização do “software”	Peso:	70%	S	>70%	---	---	
		50%		A	70%			
				NA	<70%			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Iniciação do procedimento de aquisição de “software”, “hardware” e serviços de programação do software a adquirir					Realizado parcialmente. (o procedimento foi iniciado mas não evoluiu por falta de cabimentação)		
	Parametrização do “software” adquirido					Não realizado		
Justificação do Desvio ³	O objetivo não foi operacionalizado devido ao procedimento de aquisição não ter tido desenvolvimento por falta de cabimentação							
OE	Assegurar a formação dos clientes, criando competências							
OO 1	Promover a formação de entidades externas							V / V.1 / V.4 V.5 / V.6 / V.7
Indicador 1	Taxa de participação nas ações de formação	Peso:	70%	S	>70%	100%	Superado	
		50%		A	70%			
				NA	<70%			
Indicador 2	Taxa de solicitações atendidas (N.º de solicitações atendidas / n.º de solicitações apresentadas * 100)	Peso:	40%	S	>40%	100%	Superado	
		50%		A	40%			
				NA	<40%			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Preparação e participação nas ações de formação solicitadas por entidades externas					Realizado		
OO 2	Organizar fóruns de discussão para os vários stakeholders em áreas de intervenção da DSPFSV							V / V.1 / V.4 V.6 / V.7
Indicador 1	Número de temáticas propostas	Peso:	1	S	>1	2	Superado	
		25%		A	1			
				NA	<1			
Indicador 2	Número de fóruns propostos	Peso:	1	S	>1	3	Superado	
		25%		A	1			
				NA	<1			

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Indicador 3	Taxa de execução de reuniões técnicas com os utentes	Peso:	90%	S	>90%	90%	Atingido	
		50%		A	90%			
				NA	<90%			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Identificação das temáticas de interesse para o uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos					Realizado		
	Promoção da organização de fóruns de discussão das temáticas consideradas relevantes					Realizado		
	Identificação de áreas técnicas a enquadrar pela Unidade Orgânica					Realizado		
OO 3	Implementar o plano de ação nacional do Gonipterus do eucalipto							V.7/V.8
Indicador 1	Número de ações de sensibilização promovidas sobre o Gonipterus com o contributo do SNAA	Peso:	2	S	>2	2	Atingido	
		100%		A	2			
				NA	<2			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Coordenar e promover as ações de sensibilização a realizar a nível regional sobre o <i>Gonipterus</i>					Realizado		
OE	Aumentar o grau de satisfação do cliente							
OO 1	Promover a divulgação da informação produzida pelas unidades orgânicas							V.1
Indicador 1	Data de entrega para publicação do Guia de Produtos Fitofarmacêuticos	Peso:	31-mar	S	<31-mar	18 Abril	Não atingido	
		50%		A	31-mar			
				NA	>31-mar			
Indicador 2	Taxa de atualização da Página de internet na componente Produtos fitofarmacêuticos	Peso:	90%	S	>90%	100%	Superado	
		30%		A	90%			
				NA	<90%			
Indicador 3	Disponibilização de informação técnica na Internet e em rede no prazo previsto	Peso:	30 dias	S	<30	<30 dias	Superado	
		20%		A	30			
				NA	>30			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Atualização e entrega para publicação do Guia de Produtos Fitofarmacêuticos – Lista de Produtos fitofarmacêuticos com venda autorizada					Realizado		
	Manutenção e atualização de informação na Internet e em Rede					Realizado		
	Atualização e publicação de Boletim trimestral					Realizado		
	Disponibilizar na Internet os rótulos aprovados para produtos fitofarmacêuticos					Realizado		

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
	Atualizar os conteúdos informáticos da página de Internet face à publicação do Regulamento 1107/2009					Não Realizado (Actividade interrompida face a reestruturação do serviço)		
Justificação do Desvio ³	O objetivo Promover a divulgação da informação produzida pelas unidades orgânicas foi globalmente atingido embora a data de entrega para publicação do Guia de Produtos Fitofarmacêuticos (indicador 2) tivesse sido realizado com 18 dias de atraso relativamente à data proposta							
OO 2	Assegurar o cumprimento dos prazos e procedimentos previstos no Reg. 1107/2009, relativos à colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado							V.1 / V.2 / V.5
Indicador 1	Taxa de autorizações concedidas (Nº autorizações de PF concedidas a pedidos apresentados após 14.06.2011 nos prazos previstos/Nº pedidos efetuados * 100)	Peso:	90%	S	>90%	20%	Não atingido	
				A	90%			
		100%		NA	<90%			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Controlo e gestão de pedidos de autorização					Parcialmente realizado		
	Elaboração de projetos de relatório de suporte a autorizações de produtos fitofarmacêuticos					Realizado		
	Coordenação e circulação de informações com outros Estados Membros relativas à atividade zonal de avaliação e autorização de produtos fitofarmacêuticos					Realizado		
Justificação do Desvio ³	Os pedidos submetidos foram na sua totalidade sujeitos a triagem e validação para posterior avaliação, tendo os mesmos sido avaliados em tempo oportuno, contudo, sendo esta avaliação também dependente de terceiros (empresas) não foi possível atingir os objectivos propostos							
OO 3	Assegurar a manutenção, alteração ou revisão de autorizações de venda de produtos fitofarmacêuticos e preservadores de madeira solicitadas							V.1
Indicador 1	Taxa de APV avaliadas (N.º APV avaliadas / n.º APV a rever * 100)	Peso:	50%	S	>50%	100%	Superado	
				A	50%			
		30%		NA	<50%			
Indicador 2	Taxa de novas soluções (novos produtos e/ou finalidades) colocadas no mercado nacional (N.º de novas soluções / nº novas soluções em estudo à data de 31.12.2010 * 100)	Peso:	50%	S	>50%	55%	Atingido	
				A	50%			
		70%		NA	<50%			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Revisão de APV's de produtos fitofarmacêuticos para efeitos de AV em 1ª fase					Realizado		
	Revisão de APV's de produtos fitofarmacêuticos para efeitos de AV em 2ª fase					Realizado		
	Concessão de autorização de venda a produtos fitofarmacêuticos e preservadores de madeira					Realizado		
OO 4	Implementar a legislação nacional relativa à inspeção de equipamento de aplicação							V.7

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
			de produtos fitofarmacêuticos em uso					
Indicador 1	Taxa de processos de reconhecimento de CIPP avaliados (N.º processos de reconhecimento de CIPP avaliados / N.º de processos de reconhecimento de CIPP entrados na DSPFSV * 100)	Peso:	80%	S	>80%	---	---	
				A	80%			
		100%		NA	<80%			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Processo de reconhecimento de CIPP					-----		
Justificação do Desvio ³	As propostas de portarias das taxas e dos selos encontram-se na tutela e não foram publicadas, pelo que não recebemos em 2012 processos de reconhecimento de CIPP.							
OO 5	Implementar a proteção integrada de acordo com a Diretiva do Uso Sustentável (DUS)							V.7
Indicador 1	Levantamento da informação de PI disponível a nível nacional	Peso:	jun	S	<jun	1- jun	Atingido	
		20%		A	jun			
				NA	>jun			
Indicador 2	Reorganização da informação de PI disponível no sítio da Internet	Peso:	dez	S	<dez	out	Superado	
		40%		A	dez			
				NA	>dez			
Indicador 3	Elaboração ou coordenação da informação em falta	Peso:	dez	S	<dez	out	Superado	
		40%		A	dez.			
				NA	>dez			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Efetuar o levantamento de toda a informação de PI disponível na DSPFSV					Realizado		
	Reorganizar toda a informação existente no site de modo a cumprir as exigências da DUS					Realizado		
	Elaboração ou coordenação da elaboração com os técnicos do SNAA da informação em falta					Realizado		
OE	Melhorar a Competitividade e sustentabilidade do Setor Agrícola e dos Territórios Rurais							
OO 1	Elaborar o Plano de Ação Nacional para a utilização sustentável de produtos fitofarmacêuticos							V.7
Indicador 1	Prazo para a discussão com os stakeholders	Peso:	mar	S	<jun	----	----	
		20%		A	jun			
				NA	>jun			
Indicador 2	Data de entrega superior da versão final	Peso:	out	S	<out	----	----	
		20%		A	out			
				NA	>out			

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Indicador 3	Entrega à Comissão Europeia do Plano de Ação	Peso:	26-nov	S	<26-nov	----	----	
		A		26-nov				
		NA		>26-nov				
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Discussão com os stakeholders do draft apresentado pela DGADR					Realizado (início em outubro)		
	Elaboração da versão final					Não realizado (A versão final de acordo com a Despacho n.º 13.879/2012 tem de estar pronta para consulta pública, em março de 2013.		
	Consulta pública							
Justificação do Desvio ³	Apenas a 25 de outubro de 2012 foi publicado o Despacho nº 13879/2012, da MAMAOT que cria o grupo de trabalho para a elaboração do Plano de Ação Nacional (PAN) para o Uso Sustentável dos Produtos Fitofarmacêuticos. Só a partir desta data foi possível dar início à discussão do “draft” do PAN elaborado pela DSPFSV. Foi enviado gabinete de Sua Excelência a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, a 20 de Novembro, o relatório final em cumprimento da alínea a) do n.º 5 do despacho: “O grupo de trabalho tem como missão: procedera até 20 de Novembro de 2012 à elaboração de um relatório preliminar, com o levantamento das linhas gerais dos objetivos e das medidas a integrar o Plano de Ação Nacional para o Uso Sustentável dos Produtos Fitofarmacêuticos”.							
OO 2	Promover a implementação de legislação nacional e comunitária no âmbito dos produtos fitofarmacêuticos							V.1 / V.2
Indicador 1	Prazo médio de resposta por projeto	Peso:	15 dias	S	<15	----	---	
		A		15				
		NA		>15				
Indicador 2	Prazo médio de resposta por Diretiva, Regulamento ou Decisão	Peso:	15 dias	S	<15	5	Superado	
		A		15				
		NA		>15				
Indicador 3	Tempo médio de resposta aos pedidos de colaboração técnica	Peso:	10 dias	S	<10	2	Superado	
		A		10				
		NA		>10				
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Revisão técnico-linguística de projetos de diplomas apresentados					Não Realizado		
	Transposição de Diretivas					Realizado		
	Colaboração técnica com as instituições nacionais e comunitárias na elaboração de textos legislativos					Realizado		
	Implementação de Regulamentos e Decisões emanadas das instituições comunitárias					Realizado		
Justificação do Desvio ³	Embora o objetivo tivesse sido superado, na globalidade, o indicador 1 (Prazo médio de resposta por projeto) não foi avaliado pelo fato de no ano durante 2012 não terem sido apresentados diplomas, para efeitos de revisão técnico linguística							
OO 3	Promover a elaboração de códigos de conduta relativos ao uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos							V

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Indicador 1	Percentagem de elaboração do código de conduta de aplicação de PF	Peso:	80%	S	>80%	100%	Superado	
		100%		A	80%			
				NA	<80%			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Elaboração da versão final para revisão interna					Realizado		
OO 4	Promover o projeto de controlo do inseto vetor do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP)							V.6
Indicador 1	Data de conclusão do plano de ensaios	Peso:	3-mar	S	<3-mar	fev	Superado	
		50%		A	3-mar			
				NA	>3-mar			
Indicador 2	Data de início dos ensaios de campo	Peso:	15-mar	S	<15-mar	mar	Superado	
		50%		A	15-mar			
				NA	>15-mar			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Elaboração do plano de ensaios de campo					Realizado		
	Coordenação da implementação dos ensaios no campo em parcelas previamente selecionadas pela AFN					Realizado		
OO 5	Promover o projeto FITORREGA_Rede temática de informação e divulgação no âmbito da fitossanidade e da rega							V.7
Indicador 1	Data de início dos procedimentos administrativos relativos ao 1.º ano de projeto	Peso:	dez	S	<dez	jun	Superado	
		100 %		A	dez			
				NA	>dez			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Concluir as ações consideradas para o 1.º ano do projeto					Realizado		
OO 6	Promover o projeto Rede Hortofrutícola							V.7
Indicador 1	Data de início dos procedimentos administrativos relativos ao 1.º ano de projeto	Peso:	dez	S	<dez	jun	Superado	
		100%		A	dez			
				NA	>dez			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Concluir as ações consideradas para o 1.º ano do projeto					Realizado (Foi adquirido todo o equipamento informático considerado na candidatura)		

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
OO 7	Coordenar o Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas em produtos de origem vegetal							V
Indicador 1	Data da elaboração do Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas para 2013	Peso:	dez	S	<dez	dez	Atingido	
		50%		A	dez			
				NA	>dez			
Indicador 1	Data da publicação do relatório do Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas referente a 2011	Peso:	dez	S	<dez	dez	Atingido	
		50%		A	dez			
				NA	>dez			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Coordenar as atividades referentes ao Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas de 2012 das entidades envolvidas na Rede Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas					Realizada		
	Promover e coordenar a reunião de definição de Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas de 2013					Realizada		
	Elaborar os documentos referentes ao Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas de 2013 e relatório do Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas de 2011					Realizada		
OO 8	Assegurar a implementação das figuras previstas no Dec.-Lei n.º 173/2005, de 21 de outubro, para a "redução do risco nos circuitos comerciais e na aplicação de produtos fitofarmacêuticos", numa ótica do uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos							V
Indicador 1	Taxa de autorizações de horas concedidas (N.º de autorizações de exercício concedidas / nº pedidos entrados na DGADR até 15 novembro * 100)	Peso:	95%	S	>95%	96%	Superado	
		50%		A	95%			
				NA	<95%			
Indicador 2	Tempo médio de concessão da acreditação	Peso:	15 dias	S	<15	10	Superado	
		50%		A	15			
				NA	>15			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Licenciamento de estabelecimentos de distribuição e venda de produtos fitofarmacêuticos e de empresas de aplicação terrestre					Realizada		
	Acreditação de técnicos responsáveis nos termos do artigo 6.º do Dec.-Lei n.º 173/2005					Realizada		

ATIVIDADES RELEVANTES NÃO PLANEADAS

DESCRIÇÃO	RESULTADO ALCANÇADO
<ul style="list-style-type: none"> Conclusão da avaliação técnica e preparação de adendas finais relativas à substância benalaxil-M 	<ul style="list-style-type: none"> Ação executada no prazo previsto
<ul style="list-style-type: none"> Conclusão da avaliação técnica e preparação de relatório final relativa à substância clorfenapir 	<ul style="list-style-type: none"> Ação executada no prazo previsto
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de relatório de avaliação de dados de resíduos para efeito de revisão de Limites Máximos de Resíduos da substância dodina 	<ul style="list-style-type: none"> Ação executada no prazo previsto

Fitossanidade e Materiais de Multiplicação de Plantas

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

- ✦ Regularizar, coordenar e implementar medidas de proteção fitossanitárias;
- ✦ Evitar a introdução, dispersão e estabelecimento de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais considerados de quarentena no território nacional e comunitário;
- ✦ Assegurar a identificação laboratorial de organismos prejudiciais e coordenar a colheita de amostras de material proposto à certificação;
- ✦ Assegurar a ligação, no âmbito das suas competências, com as DRAP e outras entidades nacionais e internacionais, nomeadamente com as instituições da União Europeia;
- ✦ Implementar as atividades técnicas relativas à execução dos esquemas de controlo e certificação de sementes e de outros materiais de multiplicação de plantas;
- ✦ Assegurar a gestão do Núcleo de Ensaios e de Controlo do Escaroupim (NECE);
- ✦ Melhorar a qualificação dos técnicos e promover a atualização de conhecimentos na área dos sistemas de certificação;
- ✦ Assegurar a avaliação de novas variedades vegetais, com interesse potencial para o País, a inscrever no Catálogo Nacional de Variedades (CNV);
- ✦ Assegurar a proteção e a valorização dos recursos genéticos vegetais;
- ✦ Proceder à atribuição do direito de obtentor de variedades vegetais protegidas;
- ✦ Assegurar a ligação, no âmbito das suas competências, com as DRAP e outras entidades nacionais e internacionais, nomeadamente com as instituições da União Europeia, OCDE, OEPP, UPOV e ISTA.

CÓDIGO	ATIVIDADES	DIREÇÃO DE SERVIÇO / UNIDADE FLEXÍVEL
VI	Coordenação das áreas de Inspeção Fitossanitária e Propágulos e de Sementes, Variedades e Recursos Genéticos Vegetais	DSFMMP
VI.1	Inspeção fitossanitária e quarentena vegetal	DSFMMP/DIFP
VI.2	Inspeção a unidades de tratamento de madeira	DSFMMP/DIFP
VI.3	Sistemas de certificação e controlo de materiais de multiplicação vegetativa	DSFMMP/DIFP
VI.4	Catálogo nacional de variedades de fruteiras e videira	DSFMMP/DIFP
VI.5	Apoio administrativo	DSFMMP/DIFP/DSVRG
VI.6	Sistemas de certificação e controlo de sementes	DSFMMP/DSVRG
VI.7	Catálogo nacional de variedades, Recursos genéticos e Direitos do Obtentor	DSFMMP/DSVRG
VI.8	Organismos geneticamente modificados	DSFMMP/DSVRG

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE	
OE	Otimizar a gestão financeira								
OO 1	Promover a cobrança de taxas devidas pela certificação e licenciamentos							VI.6 / VI.3 VI.5	
Indicador 1	Data de elaboração da listagem de taxas devidas pela renovação de licenciamentos	Peso:	31-mar	S	<15-mar	01-fev	Superado		
		25%		A	[15-mar-15-abr]				
				NA	>15-abr				
Indicador 2	Data de elaboração das listagens de taxas devidas pelo controlo/certificação materiais de propagação vegetativa	Peso:	15-dez	S	<1-dez	17-out	Superado		
		25%		A	[1-31 dez]				
				NA	>31-dez				
Indicador 3	Data de elaboração da listagem de taxas devidas pela certificação de semente	Peso:	1-set	S	<15-ago	21-jun	Não Atingido		
		25%		A	[15-ago-15 set]				
				NA	>15-Set				
Indicador 4	Data de elaboração da listagem de taxas devidas pela renovação de licenciamentos	Peso:	31-mai	S	<30-abr	01-jun	Atingido		
		25%		A	[30-abr-30-jun]				
				NA	>30-Jun				
						Resultado da Ação ⁷			
Iniciativas / Ações	Elaborar listagem de taxas devidas pela renovação de licenciamentos					Realizado			
	Elaborar listagens de taxas devidas pelo controlo/certificação materiais de propagação vegetativa					Realizado			
	Elaborar listagem de taxas devidas pela certificação de semente					Realizado			
Justificação do Desvio ⁸	Indicador 3: foi feita uma primeira listagem a 18/5/2013, a última listagem ficou dependente da conclusão da recepção dos pedidos de certificação de semente apresentados pelos respetivos produtores								
OO 2	Promover a cobrança de taxas devidas pela inscrição de variedades no CNV e atribuição de direitos de obtentor							VI.7 / VI.5	
Indicador 1	Data de elaboração da listagem de taxas devidas pela manutenção de variedades no CNV	Peso:	31-mar	S	<20-mar	13-jun	Não Atingido		
		30%		A	[20-mar-10-abr]				
				NA	>10-abr				
Indicador 2	Data de elaboração da listagem de taxas devidas pelos	Peso:	20-set	S	<1-set	18-jun	Atingido		
		40%		A	[1-set – 10-out]				

¹ Não Realizado / Realizado parcialmente / Realizado

² A reformulação pode ser do objetivo, de um ou mais indicadores. O objetivo também pode ser retirado. Em todos estes casos é necessário explicitar o motivo e a data.

³ Justificar o desvio quando "negativo"

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
	ensaios de variedades do CNV			NA	>10-out			
Indicador 3	Data de elaboração da listagem de taxas devidas pelo registo variedades protegidas	Peso:	20-set	S	<1-set	07-set	Atingido	
		30%		A	[1-set – 10-out]			
				NA	>10-out			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Elaborar listagem de taxas devidas pela manutenção de variedades no CNV					Realizado		
	Elaborar listagem de taxas devidas pelos ensaios de variedades do CNV					Realizado		
	Elaborar listagem de taxas devidas pelo registo de variedades protegidas					Realizado		
Justificação do Desvio ³	Indicador 1: o atraso deveu-se a questões administrativas relacionadas com o processo de reestruturação interna							
OE	Estudar e obter novas fontes de financiamento							
OO 1	Executar análises e ensaios de sementes e tecnológicas informativas							VI.6 / VI.7 VI.5
Indicador 1	Número de análises executadas	Peso:	1000	S	>1100	983	Atingido	
		100%		A	[900-1100]			
				NA	<900			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Realizar as análises e testes solicitados a título informativo					Realizado		
OO 2	Promover a cobrança de passaportes fitossanitários nas UITM							VI.2 / VI.5
Indicador 1	Receita da emissão de passaportes fitossanitários nas UITM	Peso:	20000 €	S	>25000 €	10.540€	Não Atingido	
		100%		A	[15000 - 25000€]			
				NA	<15000 €			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Cobrar a emissão de passaportes fitossanitários nas UITM					Realizado parcialmente		
Justificação do Desvio ³	Não foi possível concretizar a cobrança de todos os PF emitidos por dificuldades de recursos humanos							
OO 3	Promover a utilização do “Dossier Solidariedade NMP”							VI / VI.1 / VI.2
Indicador 1	Taxa de execução financeira do pedido da DGADR do “Dossier Solidariedade 2011”, componente DGADR	Peso:	95%	S	>100%	128%	Superado	
		100%		A	[90%-100 %]			
				NA	<90%			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Execução financeira do pedido da DGADR do “Dossier Solidariedade 2011					Realizado		

OBJETIVOS				META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
OE	Melhorar a qualificação do Recursos Humanos / Desenvolver novas competências							
OO 1	Realizar ações de formação internas							VI.6 / VI.7/ VI.5
Indicador 1	Número de ações de formação internas	Peso:	7	S	>9	7	Atingido	
		100 %		A	[5-9]			
				NA	<5			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Definir e executar o plano de formação interna					Realizado		
OE	Incentivar a utilização das TIC							
OO 1	Gerir a aplicação informática INFINET							VI.1 / VI.2
Indicador 1	Data de elaboração do relatório das ações desenvolvidas	Peso:	31-mar	S	<31-mar	30-mar	Superado	
		100 %		A	31-mar			
				NA	>31-mar			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Elaborar o relatório das ações desenvolvidas em 2011					Realizado		
OO 2	Desenvolver a aplicação informática CERTINET no âmbito do PRODER							VI.3
Indicador 1	Data de elaboração do relatório de execução	Peso:	15-Jul	S	<1-Jul	----	----	
		100 %		A	[1-31 Jul]			
				NA	>31-Jul			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Garantir a execução do plano de ação do projeto CERTINET					Não realizado		
Justificação do Desvio ³	Não foi dado seguimento ao procedimento administrativo de concurso para adjudicação da aplicação informática							
OO 3	Dinamizar a utilização do programa informático EUROPHYT							VI.1
Indicador 1	Prazo de elaboração dos relatórios quinzenais sintéticos	Peso:	Dias 5 e 20 de cada mês	S	<1 e <16	2 e 10	Atingido	
		100%		A	[1-9 e 16-24]			
				NA	>9 e >24			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Elaborar relatórios quinzenais sintéticos das notificações de interceção, na EU, de organismos prejudiciais, madeira e materiais de embalagem em madeira e ainda de interceções relativas a problemas documentais.					Realizado		
	Disponibilizar o acesso aos relatórios através do INFINET					Realizado		
	Atualizar página na intranet de relatório cumulativo mensal de interceções a Portugal e com ligação a cada uma das notificações					Realizado		

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
OE	Assegurar a formação dos clientes, criando competências							
OO 1	Realizar ações de formação/reciclagem no âmbito da certificação, catálogos e OGM							VI.6 / VI.7 / VI.8
Indicador 1	Número de ações de formação / reciclagem	Peso:	3	S	>4	2	Atingido	
		100%		A	[2-4]			
				NA	<2			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Realizar ações de formação e de reciclagem na área da inspeção de campo e da amostragem de semente					Realizado		
	Realizar ações de formação na área do CNV					Não Realizado		
	Realizar ações de formação na área da coexistência entre culturas GM e outros modos de produção					Não realizado		
Justificação do Desvio ³	Não realizadas as ações previstas na área do CNV e da coexistência por restrições de recursos humanos							
OO 2	Realização do 2.º Congresso Nacional da Semente							VI.6 / VI.7 / VI.8
Indicador 1	Número de participantes	Peso:	110	S	>130	----	----	
		100%		A	[90-130]			
				NA	<90			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Organizar o 2.º Congresso Nacional da Semente					Não realizado		
Justificação do Desvio ³	O Projeto de financiamento submetido à Rede Rural foi cancelado por restrições financeiras pelo que não foi realizado o congresso							
OO 3	Realizar ações de formação para técnicos das UITM's responsáveis pelo tratamento térmico de madeira de coníferas para controlo NMP							VI.2
Indicador 1	Número de ações de formação	Peso:	3	S	>3	12	Superado	
		100 %		A	3			
				NA	<3			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Realizar ações de formação no âmbito do funcionamento das UITM's					Realizado		
OO 4	Realizar encontros de campo no NECE e nas DRAP							VI.3 / VI.6 VI.7 / VI.8
Indicador 1	Número de encontros de campo no NECE	Peso:	2	S	>3	1	Atingido	
		70%		A	[1-3]			
				NA	<1			
Indicador 2	Número de encontros de campo no âmbito do CNV	Peso:	1	S	>2	1	Atingido	
		30%		A	[1-2]			
				NA	<1			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Organizar encontros de campo no NECE na área dos materiais de multiplicação de plantas					Realizado		

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
	Organizar em conjunto com as DRAP encontros de campo no âmbito do CNV					Realizado		
OE	Melhorar os sistemas de gestão da informação numa ótica integrada							
OO 1	Atualizar e melhorar a informação disponível na Internet							VI
Indicador 1	Número de dias disponibilização de informação atualizada na página da internet da DGADR	Peso:	5	S	<4	4	Atingido	
		100%		A	[4-6]			
				NA	>6			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Assegurar a disponibilização de informação atualizada na página da internet da DGADR							
OO 2	Gerir a base de dados de semente biológica							
Indicador 1	Número de dias para validação e atualização <i>on-line</i> da base de dados de semente biológica	Peso:	3	S	<1	1	Atingido	
		100%		A	[1-3]			
				NA	>3			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Proceder à validação da informação e à atualização <i>on-line</i> da Base de Dados de semente biológica					Realizado		
OE	Reduzir os circuitos processuais							
OO 1	Elaborar proposta de simplificação dos processos de licenciamento das áreas de competência da DSFMMP							
Indicador 1	Data de apresentação de proposta	Peso:	1-nov	S	<15-out.	----	----	
		100%		A	[15-out - 15-nov]			
				NA	>15-nov			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Proceder ao levantamento dos procedimentos aplicados aos licenciamentos existentes e elaborar proposta de simplificação					Não realizado		
Justificação do Desvio ³	Não foi realizado por limitações de recursos humanos							
OE	Aumentar o grau de satisfação do cliente							
OO 1	Obter bons resultados nos testes de proficiência da ISTA							VI.5 / VI.7
Indicador 1	Classificação nos testes de proficiência da ISTA	Peso:	B	S	Todos A	12 A e 1 B	Atingido	
		100%		A	Todos B			
				NA	Obter um C			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Participar nos testes de proficiência da ISTA					Realizado		
OO 2	Responder a todas as reclamações e pedidos de informação							VI

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Indicador 1	Número de dias para avaliação das reclamações recebidas	Peso:	4	S	<3	2	Superado	
		50%		A	[3-5]			
				NA	>5			
Indicador 2	Número de dias para resposta a pedidos de informação	Peso:	7	S	<5	7	Atingido	
		50%		A	[5-9]			
				NA	>9			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Avaliar as reclamações recebidas, proceder ao seu registo, avaliação e desenvolver eventuais ações corretivas					Realizado		
	Responder a todos os pedidos de informação					Realizado		
OO 3	Realizar análises e ensaios de sementes, licenciar produtores e acondicionadores de semente e agricultores multiplicadores e avaliar pedidos de importação de semente							VI.8 / VI.7 V.6 / VI.5
Indicador 1	Número médio de dias para execução de análises e ensaios de sementes	Peso:	26	S	<22	19	Superado	
		35%		A	[22-30]			
				NA	>30			
Indicador 2	Número médio de dias para avaliação dos pedidos de obtenção e de renovação das licenças	Peso:	12	S	<9	7	Superado	
		35%		A	[9-15]			
				NA	>16			
Indicador 3	Número médio de dias para emissão de pareceres sobre pedidos de importação	Peso:	3	S	<2	1	Superado	
		30%		A	[2-4]			
				NA	>4			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Executar análises e ensaios de sementes					Realizado		
	Proceder à avaliação dos pedidos de obtenção e de renovação das licenças					Realizado		
	Emitir pareceres sobre pedidos de importação					Realizado		
OO 4	Renovar os licenciamentos concedidos e avaliação de novos pedidos de licenciamento de produtores e fornecedores de materiais de propagação vegetativa							VI.3/VI.5
Indicador 1	Data de comunicação às DRAP's da lista de entidades que renovaram as licenças	Peso:	15-mar	S	<2-mar	21-fev	Superado	
		50%		A	[2-31 mar]			
				NA	>31-mar			

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Indicador 2	Número de dias para avaliar os pedidos de novos licenciamentos/registos de operadores económicos	Peso:	9	S	<9	9	Atingido	
		50%		A	9			
				NA	>9			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Comunicar às DRAP's a lista de entidades que renovaram as licenças (envio de vinhetas)					Realizado		
	Avaliar os pedidos de novos licenciamentos/registo de operadores económicos					Realizado		
OE	Melhorar a Competitividade e sustentabilidade do Setor Agrícola e dos Territórios Rurais							
OO 1	Elaborar propostas de diplomas legislativos relativos à inspeção fitossanitária e à produção, controlo, certificação e comercialização de sementes e de materiais de propagação vegetativa							VI
Indicador 1	Número de dias para elaboração de propostas de transposição de legislação comunitária	Peso:	50	S	<40	57	Atingido	
		100%		A	[41-59]			
				NA	>60			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Proceder à elaboração de propostas de transposição de legislação comunitária					Realizado		
OO2	Elaborar propostas de alteração da legislação dos materiais de multiplicação de fruteiras e de videira							VI.3/VI.5
Indicador 1	Prazo de apresentação de revisão do DL 329/2007	Peso:	15-out	S	<1-out	----	----	
		50%		A	[1-out - 1-nov]			
				NA	>2-nov			
Indicador 2	Prazo de apresentação de proposta de revisão do DL 194/2006	Peso:	15-set	S	<1-set	16-ago	Superado	
		50%		A	[1-set - 1out]			
				NA	>1-out			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Criação de coordenação de grupo de trabalhos					Não realizado		
	Elaboração das propostas de alteração					Realizado		
Justificação do Desvio ³	Indicador 1: Não foi possível apresentar revisão do DL329/2007 dado não terem sido finalizadas as diretivas comunitárias Indicador 2: o projecto de diploma foi entregue pela DSFMMP no gabinete jurídico							
OO3	Proceder ao controlo e certificação de semente, promover a conservação dos recursos genéticos e coordenar o controlo do cultivo de VGM							VI.6 / VI.7 VI.8
Indicador 1	Número médio de dias para avaliar os resultados das inspeções de campos	Peso:	7	S	<4	10	Atingido	
		25%		A	[4-10]			
				NA	>10			

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Indicador 2	Número médio de dias para coordenar a amostragem de semente e emitir etiquetas de certificação	Peso:	4	S	<2	1	Superado	
		25%		A	[2-6]			
				NA	>6			
Indicador 3	Número de análises de sementes para certificação	Peso:	1500	S	>1800	2620	Superado	
		20%		A	[1200-1800]			
				NA	<1200			
Indicador 4	Número ensaios de campo realizados	Peso:	6	S	>7	5	Atingido	
		20%		A	[5-7]			
				NA	<5			
Indicador 5	Percentagem total de controlo do cultivo de VGM	Peso:	45%	S	>50%	44%	Atingido	
		10%		A	[40%-50 %]			
				NA	<40%			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Avaliar resultados das inspeções de campos e emitir parecer					Realizado		
	Coordenar a amostragem de semente e emitir etiquetas de certificação					Realizado		
	Realizar ensaios e análises de sementes para certificação					Realizado		
	Realizar ensaios de campo e de laboratório de controlo de qualidade de lotes de semente					Realizado		
	Coordenar as ações de controlo do cultivo de VGM					Realizado		
OO4	Elaborar o Catálogo Nacional de Variedades, o boletim de registo de variedades protegidas e realizar exames de DHE para o ICVV							VI.7 / VI.8
Indicador 1	Número de ensaios - VAU	Peso:	60	S	>70	61	Atingido	
		20%		A	[60-70]			
				NA	<60			
Indicador 2	Número de ensaios - DHE	Peso:	14	S	>18	19	Superado	
		20%		A	[10-18]			
				NA	<10			
Indicador 3	Data de avaliação de resultados	Peso:	29-jan	S	<27-jan	27-jan	Atingido	
		20%		A	[27-31 jan]			
				NA	>31-jan			
Indicador 4	Data de edição do CNV	Peso:	30-mar	S	<26-fev	19-abr	Atingido	
		20%		A	[26-fev - 30-abr]			
				NA	>30-Abr			

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Indicador 5	Data de elaboração dos relatórios dos exames de DHE	Peso:	15-out	S	<15-set	07-set	Superado	
		20%		A	[15-set-10-nov]			
				NA	>10-nov			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Coordenar as redes nacionais de ensaio					Realizado		
	Executar ensaios de VAU e de DHE					Realizado		
	Proceder à avaliação de resultados, elaborar as fichas varietais e realizar o CNPPV					Realizado		
	Elaborar e editar o CNV					Realizado		
	Elaborar relatórios dos exames de DHE para o ICVV					Realizado		
OO 5	Proceder ao controlo e certificação de batata-semente, citrinos, hortícolas, morangueiro e videira							VI.3 / VI.5
Indicador 1	Número de dias para análise dos processos de inscrição de plantas-mãe e viveiros	Peso:	25	S	<21	25	Atingido	
		15%		A	[21-29]			
				NA	>29			
Indicador 2	Número de dias para análise dos resultados das inspeções	Peso:	25	S	<21	28	Atingido	
		15%		A	[21-29]			
				NA	>29			
Indicador 3	Prazo para autorização da emissão de etiquetas - videira	Peso:	23-out	S	<15-out	24-out	Atingido	
		15%		A	[15-31 out]			
				NA	>31-out			
Indicador 4	Número de dias para emissão de etiquetas de certificação - batata-semente	Peso:	4	S	<2	----	----	
		10%		A	[2-4]			
				NA	>4			
Indicador 5	Número de dias para emissão de etiquetas de morangueiro Número de dias para análise dos processos de inscrição de plantas-mãe e viveiros	Peso:	4	S	<2	4	Atingido	
		15%		A	[2-4]			
				NA	>4			
Indicador 6	Prazo de elaboração do relatório de ensaios de campo de controlo à posteriori de videira	Peso:	10-out	S	<1-out	09-out	Atingido	
		15%		A	[1-30] out			
				NA	>30-out			

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Indicador 7	Prazo de elaboração do relatório de ensaios de campo de controlo à <i>posteriori</i> de morangueiro	Peso:	20-jun	S	<5 jun	----	----	
				A	[5-30] jun			
				NA	>1-jul			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Analisar processos de inscrição de plantas-mãe e viveiros					Realizado		
	Analisar os resultados das inspeções					Realizado		
	Autorizar a emissão de etiquetas - videira					Realizado		
	Emitir etiquetas de certificação - batata-semente					Não Realizado		
	Emitir etiquetas de certificação morangueiro					Realizado		
	Elaborar relatório anual dos ensaios de campo de controlo à <i>posteriori</i> de videira					Realizado		
	Elaborar relatório anual dos ensaios de campo de controlo à <i>posteriori</i> de morangueiro					Não realizado		
Justificação do Desvio ³	Indicador 4: não houve certificação nacional de batata semente Indicador 7: Embora tenha sido executado o ensaio o respetivo relatório não foi elaborado							
OO 6	Definir e coordenar os programas de prospeção de organismos prejudiciais							VI.3 / VI.5
Indicador 1	Prazo para definição do programa nacional de prospeção de organismos prejudiciais	Peso:	28-fev	S	<28-fev	28- mai	Não Atingido	
		50%		A	28-fev			
				NA	>28-fev			
Indicador 2	Prazo de elaboração do relatório final dos trabalhos desenvolvidos em 2011	Peso:	23-mar	S	15-mar	24-mai	Não Atingido	
		50%		A	[15-31 mar]			
				NA	>31-mar			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Definir o programa nacional de prospeção de organismos prejudiciais					Realizado		
	Elaborar o relatório final dos trabalhos desenvolvidos em 2011					Realizado		
Justificação do Desvio ³	Indicador 1: Atraso devido a não ter sido possível concretizar o plano de análises laboratoriais Indicador 2: Atraso devido a limitações de recursos humanos							
OO7	Coordenar as atividades de registo e controlo das Unidades Industriais de Tratamento da Madeira (UITM) e das empresas de casca de madeiras de coníferas							VI.1/
Indicador 1	Auditorias realizadas às UITM	Peso:	85%	S	100%	90%	Atingido	
		30%		A	[70-99%]			
				NA	<70%			
Indicador 2	Prazo médio de resposta às questões relacionadas com a coordenação e execução das ações de controlo	Peso:	4 dias	S	<2	4	Atingido	
		40%		A	[2-6]			
				NA	>6			

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Indicador 3	Apresentação de relatório final relativo aos estudos para a validação do método de tratamento térmico da casca de coníferas, à Comissão Europeia	Peso:	30-nov	S	<24-nov	16-jul	Superado	
		30%		A	[24-nov – 5-dez]			
		NA		>6-dez				
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Realizar as auditorias às UITM					Realizado		
	Planear e coordenar as ações de inspeção às UITM's e proceder à implementação das ações corretivas necessárias					Realizado		
	Apresentar o relatório final					Realizado		

ATIVIDADES RELEVANTES NÃO PLANEADAS

DESCRIÇÃO	RESULTADO ALCANÇADO
• Catálogo Nacional de Variedades de Videira	• Catálogo publicado em fevereiro de 2012
• Plano de ação nacional para o controlo do Fogo Bacteriano	• Plano homologado em abril de 2012
• Manual de procedimentos - Certificação de material de propagação de videira	• Procedimentos aprovados e divulgados em maio de 2012
• Medidas emergência fitossanitárias- Epitrix e elaboração de folheto informativo	• Divulgação em junho 2012
• Plano de Ação Nacional de Controlo da PSA do Kiwi	• Plano homologado em julho de 2012
• Requisitos técnicos de tratamento térmico pelo vapor para casca de coníferas	• Requisitos divulgados em novembro de 2012
• Plano de Ação Nacional de Controlo da Flavescência Dourada	• Plano homologado em janeiro de 2013

Coordenação da Rede Rural Nacional e Unidade Central da Estrutura Técnica de Animação

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

- ♦ Articular com a RRE, com as Redes Rurais dos outros Estados Membros e outros parceiros internacionais;
- ♦ Coordenar e acompanhar tecnicamente as atividades da Rede Rural Nacional, de acordo com o Plano de Ação e o Plano de Atividades aprovados;
- ♦ Operacionalizar a Estratégia de Informação e Comunicação da RRN;
- ♦ Criar condições para a participação organizada dos membros da RRN nas suas atividades;
- ♦ Articular com os membros da rede rural e com outras redes que operem sobre o território nacional;
- ♦ Articular com os organismos da administração central e regional responsáveis pela implementação e monitorização dos Programas de Desenvolvimento Rural e do QREN.


CÓDIGO	ATIVIDADES	CRRN e UC-ETA
II.1	Presidir ao Conselho de Coordenação do Programa para a Rede Rural Nacional e dirigir a respetiva estrutura técnica de animação.	COORDENADOR
II.2	Garantir a criação de condições para o funcionamento da Rede Rural Nacional.	UC-ETA

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
OE	Melhorar a qualificação do Recursos Humanos / Desenvolver novas competências							
OO 1	Promover a Aquisição de novas competências							II.1 / II.2
Indicador 1	Taxa de colaboradores da UC-ETA que participaram em ações de formação	Peso:	10%	S	>14%	80%	Superado	
		50%		A	[6%-14%]			
				NA	<6%			
Indicador 2	Taxa de colaboradores da UC-ETA que participaram em parcerias	Peso:	10%	S	>14%	30%	Superado	
		50%		A	[6%-14%]			
				NA	<6%			

¹ Não Realizado / Realizado parcialmente

² A reformulação pode ser do objetivo, de um ou mais indicadores. O objetivo também pode ser retirado. Em todos estes casos é necessário explicitar o motivo e a data.

³ Justificar o desvio quando "negativo"

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE	
						Resultado da Ação ⁹			
Iniciativas / Ações	Participação dos recursos humanos da UC-ETA em ações de formação					Realizado 8 técnicos participaram em ações / eventos que contribuíram para a sua formação			
	Participação dos recursos humanos da UC-ETA em parcerias no âmbito de projetos aprovados pelo ProRede					Realizado 3 técnicos integram parcerias (AE e APS – inovar; APS – Territórios rurais em rede: APS e VO – Micologia)			
OE		Aumentar o grau de satisfação do cliente							
OO 2		Disponibilizar informação aos agentes de Desenvolvimento Rural							II.1 / II.2
Indicador 1	Número de consultas efetuadas pelos clientes	Peso:	2500	S	>3000	13983, sendo 67% novas visitas	Superado		
		75%		A	[2000-3000]				
				NA	<2000				
Indicador 2	Data de apresentação da estrutura final do site (fim da programação).	Peso:	31-jul	S	< 15-nov	02-nov	Superado		
		25%		A	[15-nov-15-dez]				
				NA	> 15-dez				
						Resultado da Ação ¹			
Iniciativas / Ações	Manter atualizado o site da rede rural nacional					Realizado			
	Contratar empresa para desenvolver o novo site da RRN					Realizado			
Indicador 1 Reformulado ²		Motivo	Numa óptica de integração decidiu-se optar por uma arquitetura de site de forma a contemplar mais funcionalidades interligadas e complementares pelo que o indicador 2 foi reformulado para “Data de apresentação da estrutura final do site (fim da programação)”:				Data	julho	
OE		Melhorar a Competitividade e sustentabilidade do Setor Agrícola e dos Territórios Rurais							
OO 1		Dinamizar as atividades da RRN							II.1 / II.2
Indicador 1	Número de reuniões dos órgãos da RRN	Peso:	2	S	>2	2 *	Atingido		
		25%		A	2				
				NA	<2				
Indicador 2	Número de reuniões do Conselho de Coordenação, do Subcomité LEADER e da REDR	Peso:	2	S	>2	5	Superado		
		25%		A	2				
				NA	<2				

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Indicador 3	Número de encontros ou eventos	Peso:	2	S	>2	9	Superado	
		25%		A	2			
				NA	<2			
Indicador 4	Número de reuniões técnicas realizadas	Peso:	3	S	>3	7	Superado	
		25%		A	3			
				NA	<3			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Organizar e dinamizar o funcionamento dos órgãos e estruturas da RRN					Realizado		
	Participar nas atividades da Rede Europeia					Realizado		
	Participar nos encontros ou eventos promovidos pela REDR, por outras RRN ou organizações membros do CC da REDR					Realizado		
OO 2	Promover o acesso e a disseminação de informação							II.1 / II.2
Indicador 1	Número de notícias (informação disponibilizada)	Peso:	110	S	>120	293	Superado	
		100%		A	[100–120]			
				NA	<100			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Divulgar informação sistematizada e atualizada no site da RRN					Realizado		
Justificação do Desvio ³	221 Notícias e 72 produtos de iniciativas do PRRN							
OO 3	Promover o conhecimento e a sua difusão							II.1 / II.2
Indicador 1	Data de disponibilização do centro de recursos	Peso:	30-out	S	<15-out	---	-----	
		50%		A	[15-out-15-nov]			
				NA	>15-nov			
Indicador 2	Percentagem de experiências de sucesso em meio rural divulgadas / identificadas	Peso:	65%	S	>75%	68,5%	Atingido	
		50%		A	[65%-75%}			
				NA	<65%			
						Resultado da Ação ¹		
Iniciativas / Ações	Carregar informação na base de dados (necessário apoio da DPDI para a criação de base de dados)					Realizado parcialmente*		
	Divulgar experiências de sucesso em meio rural					Realizado		

OBJETIVOS	META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Justificação do desvio ³	<p>Indicador 1 *</p> <p>1. Preparada a estrutura do Centro de Recursos on-line, incluindo as listas de organização e classificação da informação, os fluxos e permissões para utilização, modos de pesquisa. Aguarda-se disponibilização do novo site da RRN.</p> <p>2. Sistematização da informação</p> <p>. Colaboração com os serviços de informática da DGADR na discussão e adaptação da proposta de Base de Dados da RRN para sistematização e divulgação de projetos relevantes e inovadores no âmbito do desenvolvimento rural</p> <p>3. Base de Dados da REDR relativa a Projetos PDR (Projeto PIKSE)</p> <p>. Prosseguido o tratamento e a divulgação de informação, tendo em vista o envio para a Base de Dados PDR da REDR, a sua disponibilização (on-line) na Base de Dados PDR da REDR e na Base de Dados da RRN [http://enrd.ec.europa.eu/policy-inaction/rdp_view/en/view_projects_en.cfm]. Em dezembro de 2012, Portugal era o 2.º Estado-Membro com maior número de projetos on-line na Base de Dados da REDR (36).</p> <p>. Prosseguido o trabalho de articulação com os Pontos Focais Regionais da ETA, outras entidades e promotores, para a identificação e recolha de informação. No âmbito de diversas iniciativas em que participaram elementos da ETA, foi recolhida bastante informação sobre experiências relevantes, embora ainda não tratada para efeitos de envio para Bases de Dados.</p> <p>. Adaptada a ficha de projeto relevante em articulação com a ficha de projeto de acompanhamento de projetos da RRN, tendo em vista a visualização e impressão on-line. Elaborados testes de adequação às Bases de Dados em desenvolvimento (Projetos Relevantes e Projetos da RRN)</p> <p>A disponibilização do Centro de recursos com todas as funcionalidades inclusivamente a disponibilização dos projetos relevantes e projetos da RRN transitou para 2013</p>				

ATIVIDADES RELEVANTES NÃO PLANEADAS

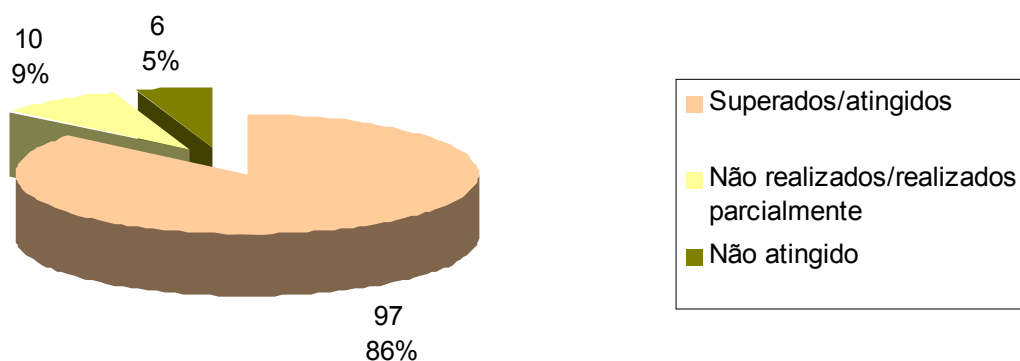
DESCRIÇÃO	RESULTADO ALCANÇADO
<ul style="list-style-type: none"> Realização de seminários temáticos 	<ul style="list-style-type: none"> Seminário Desafios para o Turismo em Meio Rural, realizado em Pinhal Novo, a 7 de novembro de 2012 Seminário LEADER e Desenvolvimento Promovido pelas Comunidades Locais na Programação 2014-2020, realizado em Lisboa, a 29 de novembro de 2012
<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento das iniciativas do PRRN 	<ul style="list-style-type: none"> Definido o modelo de acompanhamento das iniciativas do PRRN Participação em iniciativas (14) no âmbito de operações apoiadas pelo PRRN, tendo em vista o acompanhamento e a recolha de informação para divulgação. Sistematizados os projetos em execução no âmbito do PRRN, com classificação da área temática e tipologia de membro
<ul style="list-style-type: none"> Participação em eventos nacionais 	<ul style="list-style-type: none"> Participação na FIA – Feira Internacional de Artesanato de Lisboa (em colaboração com Federação Minha Terra e GAL), tendo em vista a promoção da imagem dos territórios rurais (30 junho - 8 julho) Apresentação da RRN no II Encontro de Agricultura Social, subordinado ao tema “Agricultura Social - Redes de Sustentabilidade”, organizado pela Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (novembro) Organização da participação dos GAL na Feira Nacional de Agricultura sob o Tema “Ano Europeu do Envelhecimento Activo e de Solidariedade Entre Gerações 2012”
<ul style="list-style-type: none"> Editar Folha Informativa 	<ul style="list-style-type: none"> Editadas 12 folhas informativas
<ul style="list-style-type: none"> Integrar Grupos de Trabalho / Focus Group da REDR 	<ul style="list-style-type: none"> Cocoreenação do Focus Group 4 (FG 4) do Subcomité LEADER da REDR “Melhores Estratégias de Desenvolvimento Rural

Avaliação dos Objetivos

Ao efetuar-se a análise dos objetivos propostos pelas Direções de Serviços conclui-se que cerca de 86% dos objetivos foram realizados (atingido/superado). Os objetivos aqui considerados são os operacionais que concorrem para os objetivos estratégicos enquadrados nas atividades que suportam a Missão e atribuições da DGADR:

Foram considerados objetivos Não Realizados ou Parcialmente Realizados os que por algum motivo não foram alvo de concretização ou concretização plena, tendo sido apresentadas as respetivas justificações.

O gráfico seguinte mostra a avaliação global dos objetivos:



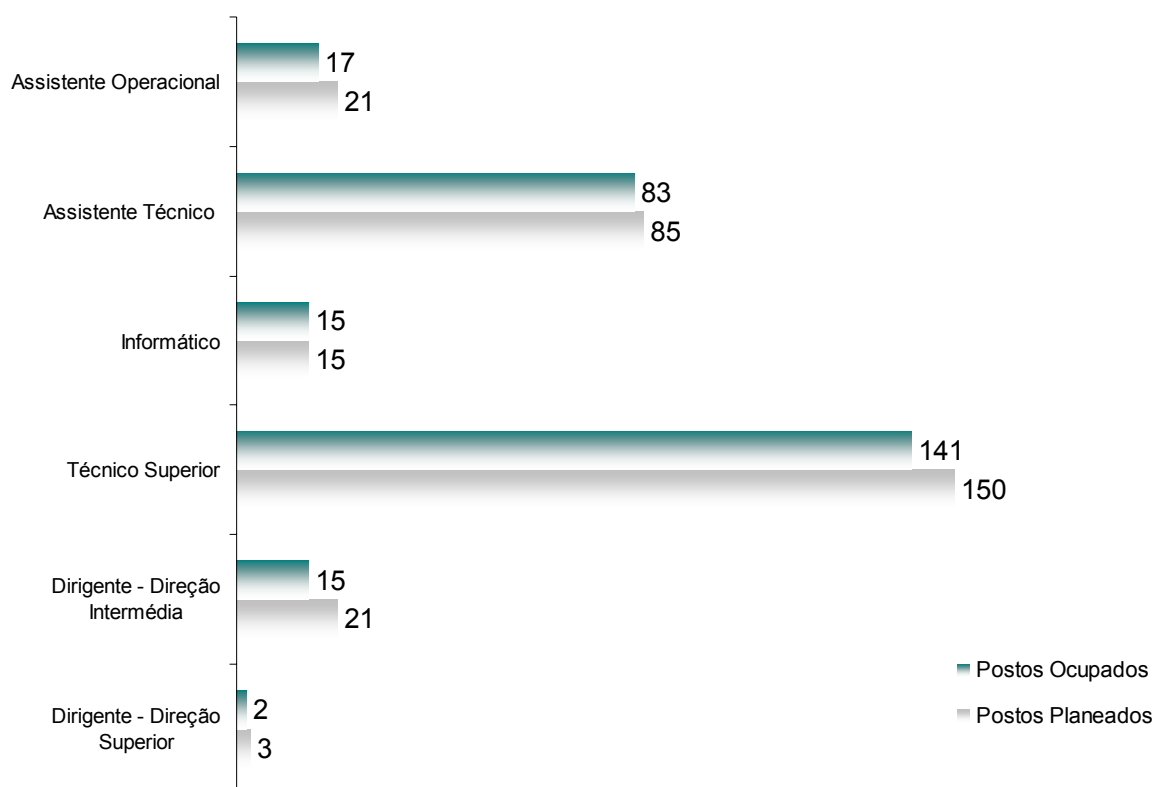
Objetivos Operacionais das UO	Atividades relevantes não planeadas
113	38

9. Afetação Real prevista dos Recursos

Recursos Humanos

Nas metas propostas ao nível dos Recursos Humanos pode-se observar a diferença entre o planeado e o executado. A diminuição dos efetivos deveu-se basicamente à saída por aposentação e mobilidade.

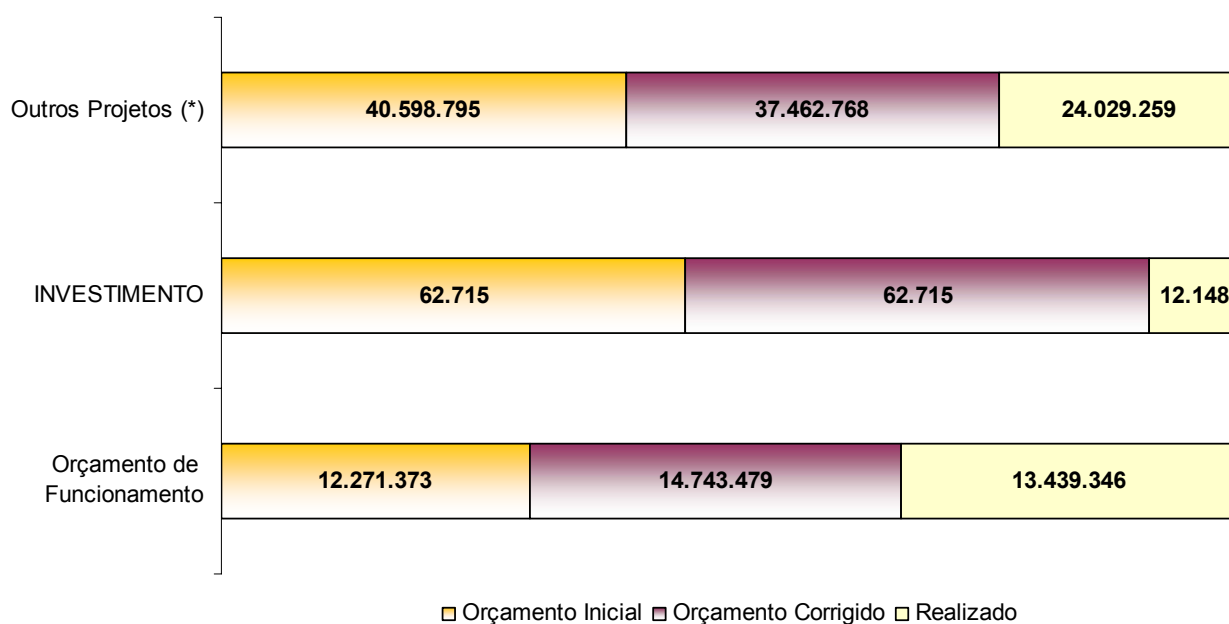
POSTOS DE TRABALHO PLANEADOS (2012)		POSTOS DE TRABALHO OCUPADOS (31/12/2012)	
Dirigente - Direção superior	3	Dirigente - Direção superior	2
Dirigente - Direção intermédia	21	Dirigente - Direção intermédia	15
Técnico superior	150	Técnico superior	141
Informático	15	Informático	15
Assistente técnico	85	Assistente técnico	83
Assistente operacional	21	Assistente operacional	17
Total	295	Total	273



Recursos Financeiros

Designação	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Realizado
Orçamento de Funcionamento	12.271.373	14.743.479	13.439.346
Despesas com pessoal (01)	7.075.792	7.010.563	6.910.836
Aquisição de bens e serviços (02)	4.047.656	3.774.887	3.040.949
Juros e outros encargos (03)	0	303.900	303.815
Transferências correntes (04)	0	390.801	334.534
Outras despesas correntes (06)	599.149	1.559.838	1.262.949
Despesas de Capital (07)	548.776	1.703.490	1.586.263
Despesas Restantes	40.661.510	37.525.483	24.041.407
INVESTIMENTO	62.715	62.715	12.148
Outros (*)	40.598.795	37.462.768	24.029.259
Total	52.932.883	52.268.962	37.480.753

(*) Projetos integrados no orçamento de funcionamento



(*) Projetos integrados no orçamento de funcionamento

RECURSOS FINANCEIROS A 31 DE DEZEMBRO DE 2012

	Financiamento Nacional	FEADER	Outras Fontes	TOTAL
Orçamento de Funcionamento	13.436.176		3.170	13.439.346
Receitas Gerais n/afetas proj cofin	6.748.860			6.748.860
Receita com Transição de Saldos	6.687.316			6.687.316
Reembolsos Viagens UE			3.170	3.170
Projetos	7.351.297	16.663.078	14.884	24.029.259
Orçamento INVESTIMENTO			12.148	12.148
P013 M042 SUDOE - BESANAS			12.148	12.148
TOTAL	20.787.473	16.663.078	30.202	37.480.753

DISPÊNDIO EM 2012 POR DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO PIDDAC

Programa	Medida	Projeto	Serviço	Dotação total corrigida**	Total executado	Taxa de execução *
013 – Agricultura e Pescas	042 – Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – Agricultura e Pecuária	7030 - Interreg Sudoe: Viajando por Besanas	DSATAR / EPDTR	62.715	12.148	19%
Total				62.715	12.148	19%

* (total executado / dotação total corrigida)-Considerando a verba recebida temos uma execução de 100%

** 12.148€ verba recebida

DISPÊNDIO EM 2012 POR DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO PROJETOS

Programa	Medida	Projeto	Serviço	Dotação total corrigida**	Total executado	Taxa de execução *
013 – Agricultura e Pescas	042 – Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – Agricultura e Pecuária	FACT's	DSTAR	29.818	14.087	47%
		POPH	DSTAR	19.034	797	0,4%
		PRODER	DSR	35.819.477	23.734.813	66%
		Rede Rural Nacional	DSPAA	1.594.439	279.561	18%
Total				37.462.768	24.029.258	64%

* (total executado / dotação total corrigida)

** Rede Rural não inclui 2.601.680 € do IFAP (Verbas afetas a particulares) – Não tendo sido feita a alteração orçamental para corrigir esta situação, uma vez que o IFAP não necessitava desta dotação.

Recursos Materiais

COMUNICAÇÕES		
Designação	Planeados	Existentes
Modem	8	4
Switch	16	10
UPS	3	1
Centrais telefónicas	3	1
Faxes	2	1
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO		
Designação	Planeados	Existentes
Computadores PC	280	208
Computadores portáteis	20	12
Impressoras laser policromáticas	26	9
Impressoras laser monocromáticas	9	4
Fotocopiadoras	11	4
Servidores	11	11
Digitalizadores	3	3
Impressoras multifunções	12	12
Data Shows	3	3
Storage	----	2
Servidores virtuais	----	5

SUPORTES LÓGICOS APLICACIONAIS		
Designação	Sistema Operativo	Software
Contabilidade SIC	Windows	Oracle (Residente na SG MAMAOT)
Registo de assiduidade	Windows	SQL em Windows
SRH	Windows	Oracle (Residente na SG MAMAOT)
Homebanking	Windows	Residente no IGCP
Faturação	Windows	Oracle em AIX
Contabilidade SIC	Windows	Oracle (Residente na SG MAMAOT)
Registo de assiduidade	Windows	SQL em Windows
SRH	Windows	Oracle (Residente na SG MAMAOT)
Homebanking	Windows	Residente no IGCP
Faturação	Windows	Oracle em AIX
Gestão de dívidas a cobrar	Windows	Oracle em AIX
Gestão QCA	Windows	Oracle em AIX
Acompanhamento QCA	Windows	Oracle em AIX
Registo de ajustes diretos	(ambiente web)	SQL em Windows
Gestão de contratos	Windows	Oracle em AIX
Gestão de protocolos	(ambiente web)	SQL em Windows
Docbase – Gestão de biblioteca	Windows	
Gestão de candidaturas ao cartão de artesanato	Windows	Oracle em AIX
Acompanhamento de Empreitadas	Windows	Oracle em AIX
Gestão e acompanhamento do Benefício Fiscal ao Gasóleo	Windows	Oracle em AIX
Fiscalização da execução do Benefício Fiscal ao Gasóleo	(ambiente web)	Oracle em AIX
Benefício Fiscal ao Gasóleo – Petrogal	Windows	Residente na Petrogal
Portal de Serviços da SIBS	(ambiente web)	Residente na SIBS

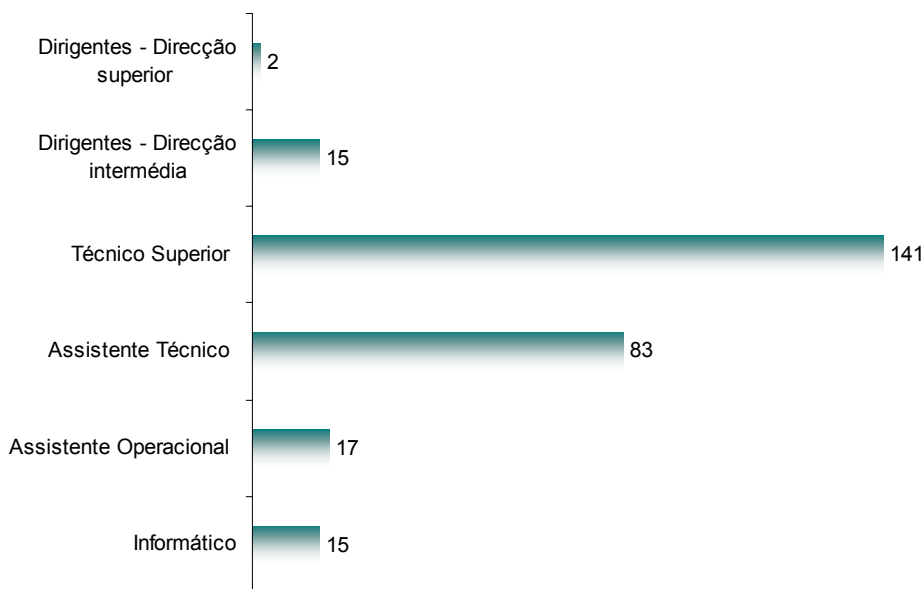
SUPORTES LÓGICOS APLICACIONAIS		
Designação	Sistema Operativo	Software
SIAG – Património	Windows	4D
Spiceworks– Gestão do parque informático	Windows	
Registo de Juntas de Agricultores	Windows	Oracle em AIX
DATAVAR – Certificação de variedades hortícolas	(ambiente web)	Oracle em Windows
Acreditação de técnicos em modo de proteção integrada, produção integrada e modo de produção biológico	(ambiente web)	MS Access
Base de dados de semente biológica disponível em Portugal	(ambiente web)	MS Access
Monitorização de consumo de papel em impressoras de rede	(ambiente web)	Oracle - Aix
Bolsa de iniciativas da RRN	(ambiente web)	MS Access
SIR	(ambiente web)	SQL Server

IV – Balanço Social

Recursos Humanos

DISTRIBUIÇÃO DE EFETIVOS

A 31 de dezembro de 2012, exerciam funções na DGADR um total de 273 efetivos reais que se encontram distribuídos pelas seguintes grupos profissionais:

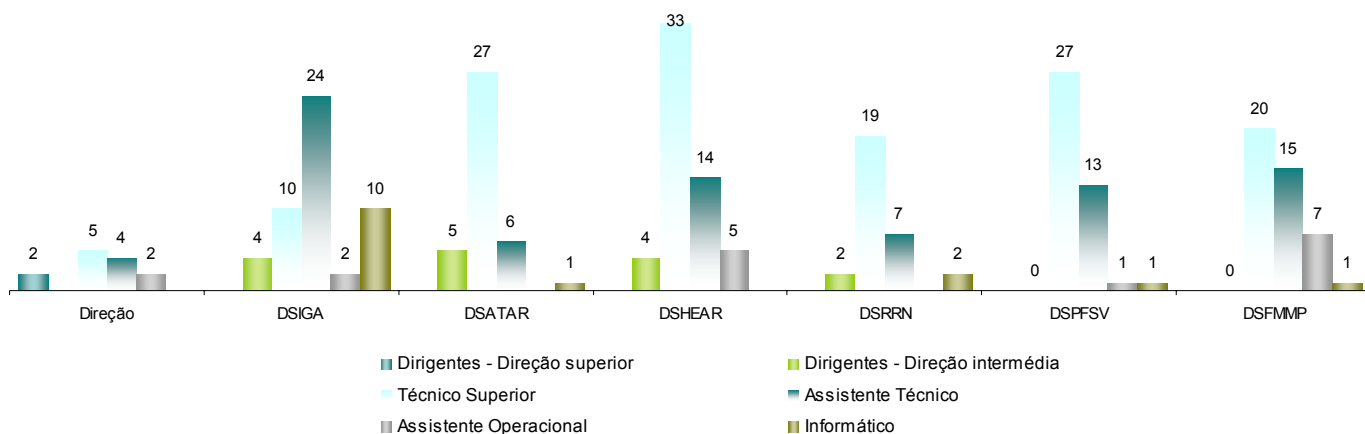


O grupo profissional com maior concentração de pessoal é o técnico superior, que abrange 51,6% dos trabalhadores, seguindo-se 30,4% da carreira assistente técnico.

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR UNIDADE ORGÂNICA

Os 273 efetivos distribuem-se da seguinte maneira pelas diversas unidades orgânicas:

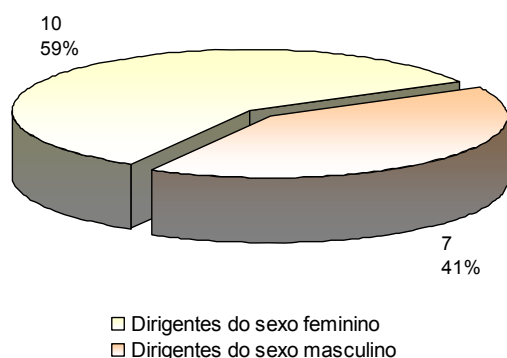
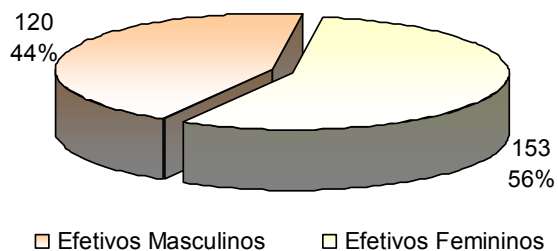
	Direção	DSIGA	DSATAR	DSHEAR	DSRRN	DSPFSV	DSFMMP	TOTAL
Dirigente Superior	2							2
Dirigente Intermédio		4	5	4	2			15
Técnico Superior	5	10	27	33	19	27	20	141
Assistente Técnico	4	24	6	14	7	13	15	83
Assistente Operacional	2	2		5		1	7	17
Informático		10	1		2	1	1	15
TOTAL	13	50	39	56	30	42	43	273



Quanto à relação jurídica, a totalidade dos efetivos exerceu as suas funções em contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, com exceção dos dirigentes que exerceram as suas funções em Comissão de Serviço, no âmbito da LVCR.

DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR SEXO

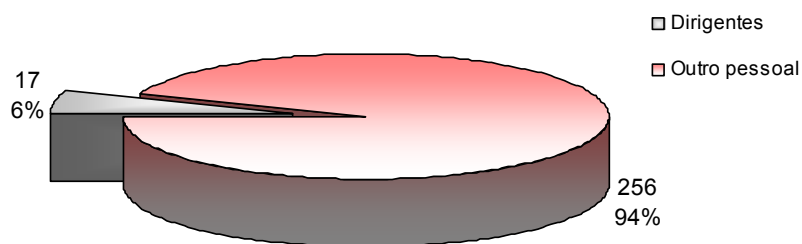
Na totalidade dos efetivos, a representatividade das mulheres é superior, apresentando uma taxa de feminização de 56%.



DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DIRIGENTE

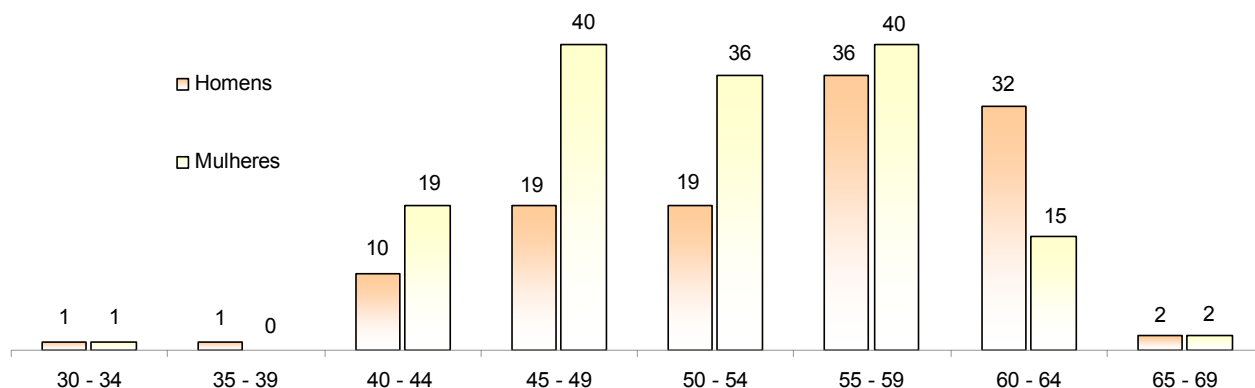
O grupo de dirigentes femininos apresenta um número mais elevado relativamente ao grupo de dirigentes masculinos.

Na proporção existente entre o pessoal dirigente e o restante pessoal verifica-se o seguinte:



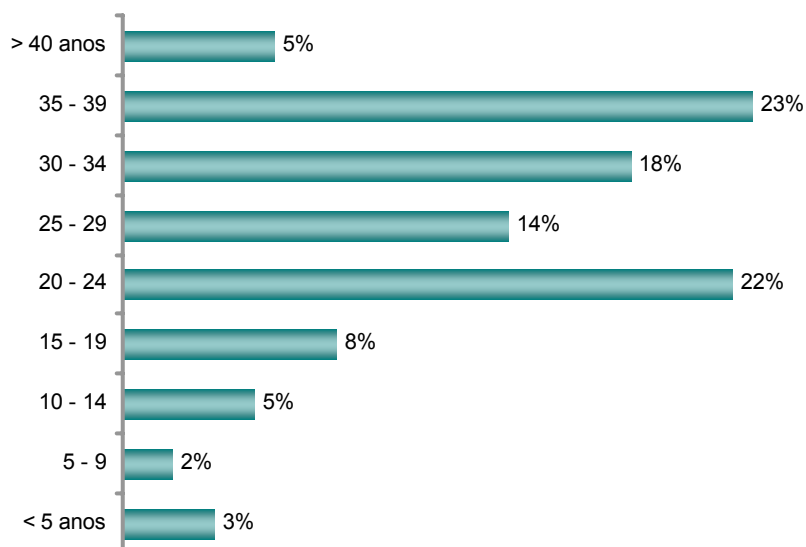
ESTRUTURA ETÁRIA DOS EFETIVOS

Como se pode observar no quadro que se segue, a maior concentração de trabalhadores encontra-se no grupo etário dos 55-59 anos (76 efetivos). Também neste grupo, o que se verifica é que o número de mulheres é superior.



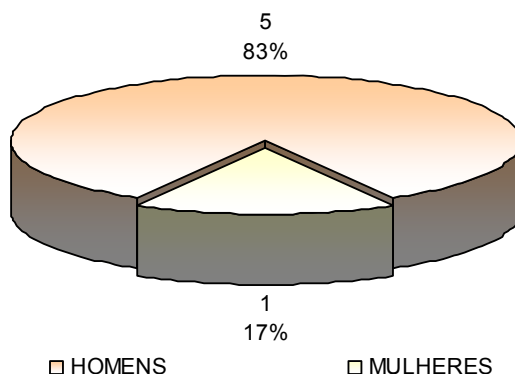
ESTRUTURA DA ANTIGUIDADE NA FUNÇÃO PÚBLICA

No tocante à estrutura da antiguidade na função pública do pessoal da DGADR em 2012, regista-se uma predominância na faixa compreendida entre os 35 e 39 anos com 62 funcionários (23% dos efetivos).



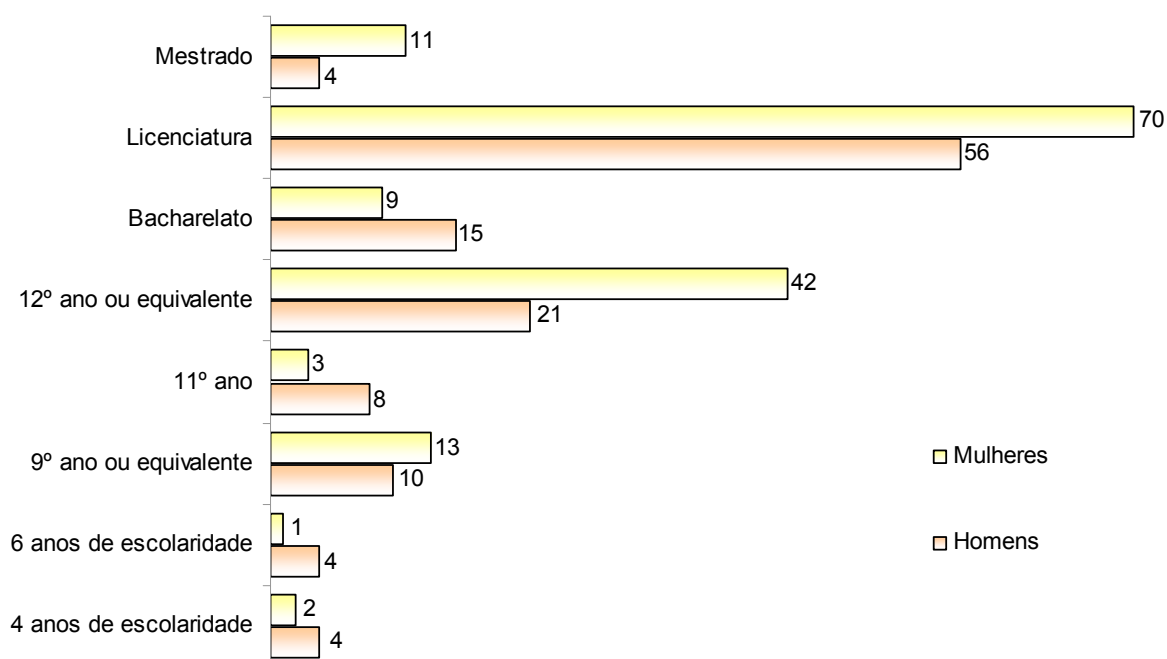
TRABALHADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

A taxa de efetivos portadores de deficiência é de 2% e encontra-se distribuída da seguinte forma:



ESTRUTURA HABILITACIONAL

A licenciatura é o grau predominante com 46 % dos efetivos, sendo o índice de formação superior (bacharelato, licenciatura e mestrado) de 60%.

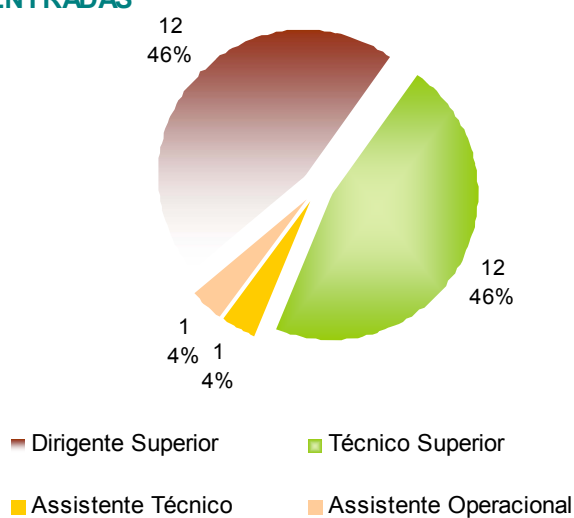


Comportamento Organizacional

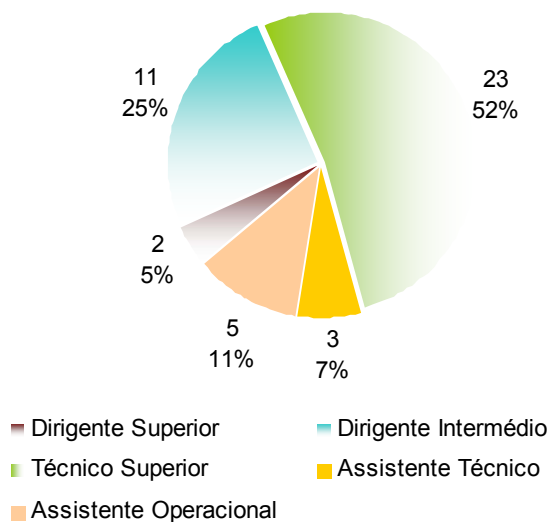
Mobilidade – Entradas e Saídas

As admissões e/ou regressos registarem-se maioritariamente na carreira de técnico superior (46%). Quanto às saídas manteve-se a mesma tendência com 52% nos técnicos superiores. O motivo que deu origem a grande parte das saídas foi a aposentação

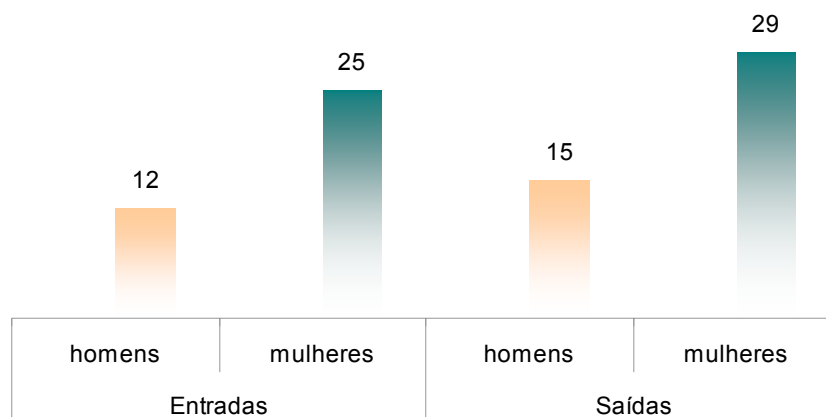
ENTRADAS



SAÍDAS



No quadro seguinte encontram-se as entradas e saídas por género:

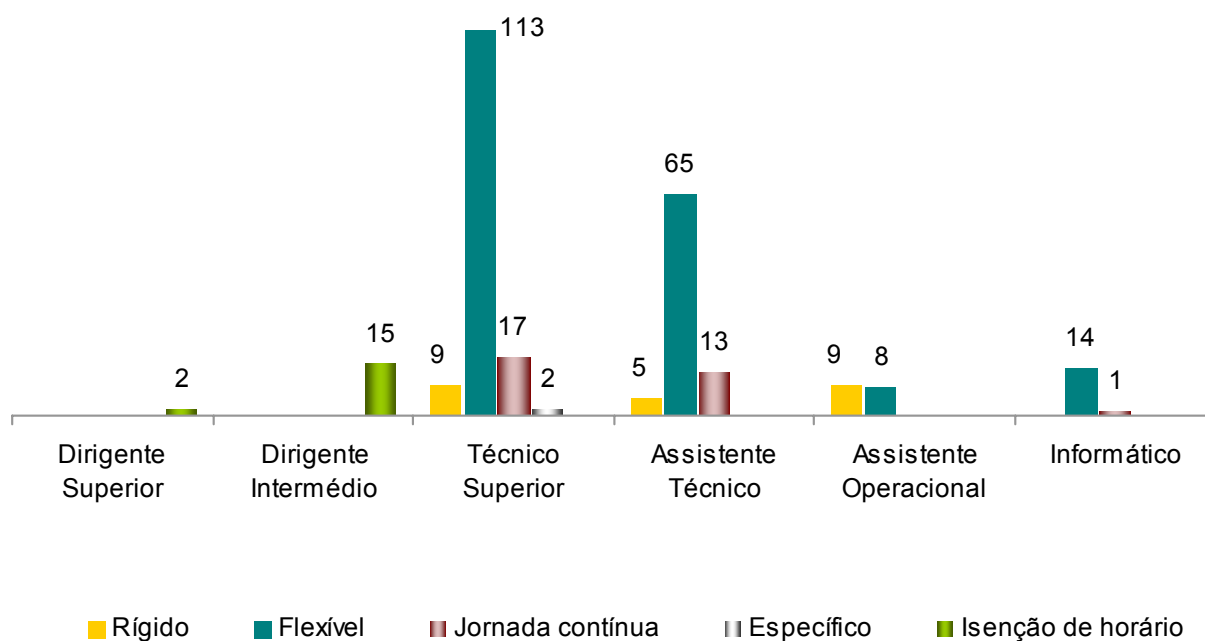
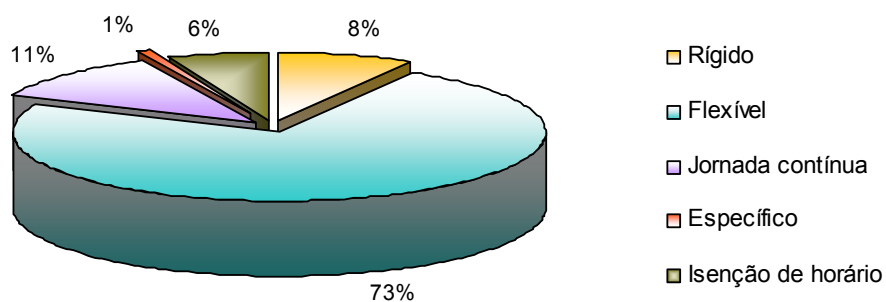


PROMOÇÕES, ALTERAÇÕES DO POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO E RECLASSIFICAÇÕES

No ano de 2012 não se verificaram alterações no que concerne às mudanças de situação profissional

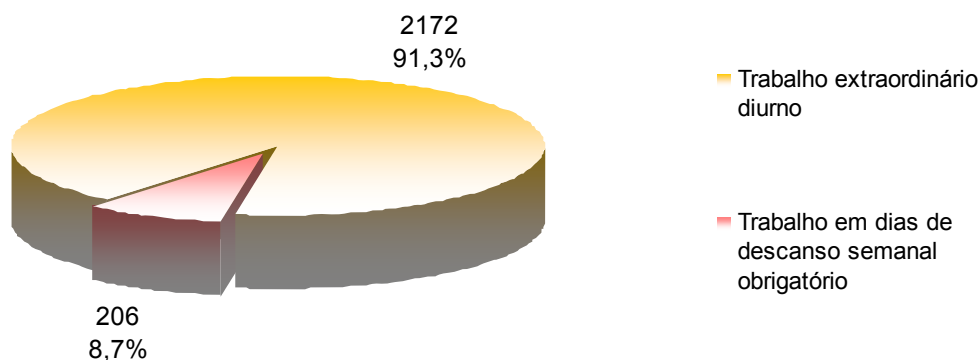
MODALIDADE DE HORÁRIO

O horário de trabalho regra da DGADR é o horário flexível, sendo praticado por 73% dos efetivos, seguindo-se a jornada contínua com 11%.



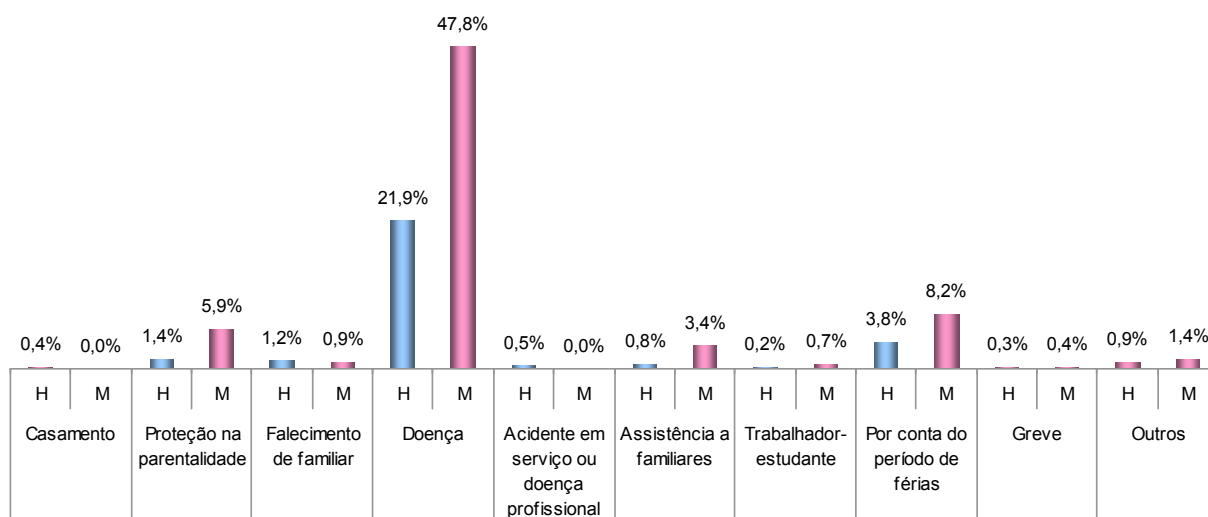
TRABALHO EXTRAORDINÁRIO NOTURNO E EM DIAS DE DESCANSO SEMANAL, COMPLEMENTAR E FERIADOS

Foram prestadas 2378 horas de trabalho suplementar, distribuídas da seguinte forma:

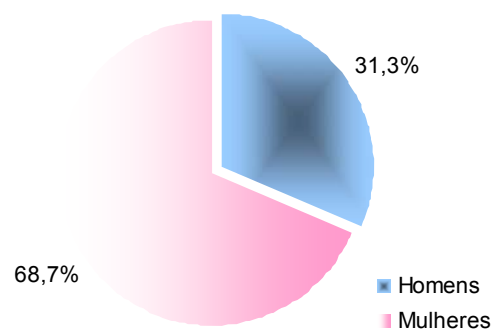


AUSÊNCIA AO TRABALHO

O motivo de ausência ao trabalho com maior percentagem é a doença com 69,7%. Deste grupo 47,8% dos ausentes foram mulheres, como se pode constatar no gráfico que se segue.

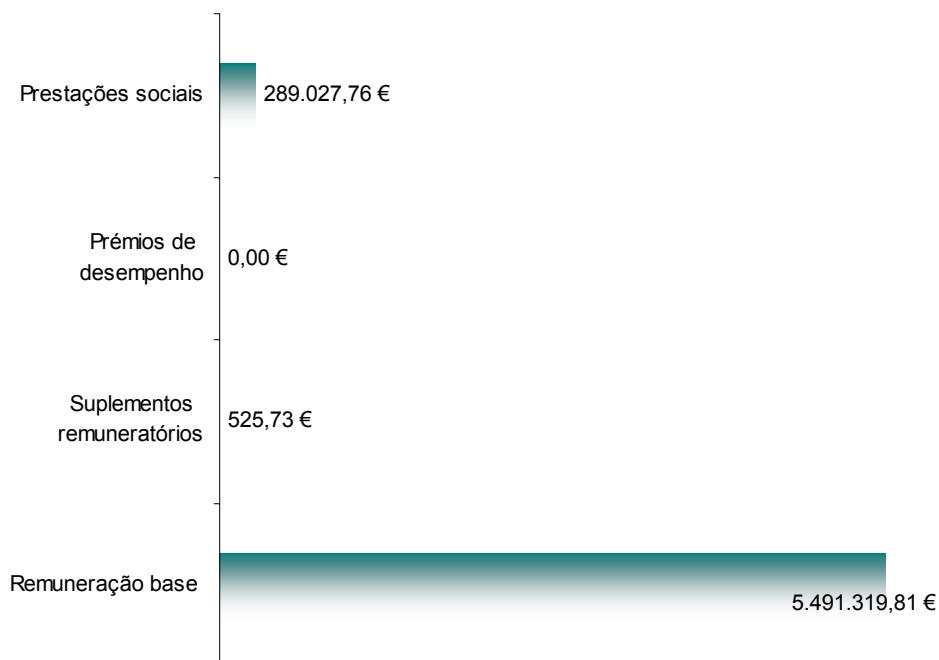


Também se pode constatar que na globalidade da ausência ao trabalho, o sexo feminino foi quem mais esteve ausente.

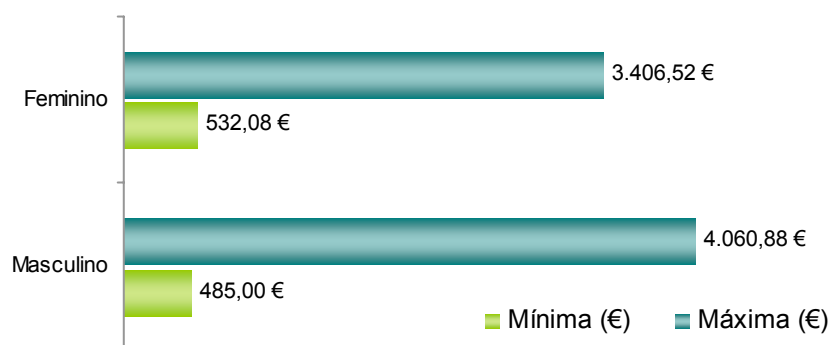


ENCARGOS COM O PESSOAL

O encargo global com o pessoal ascendeu a **7.845.202,93** euros, distribuídos da seguinte forma:

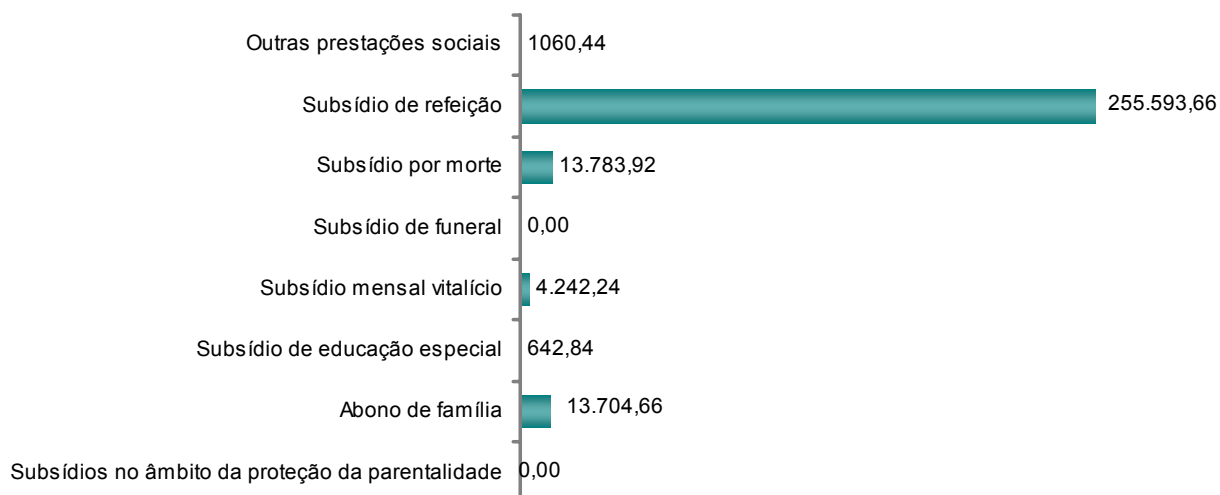


O leque salarial (relação entre a maior e a menor remuneração ilíquida) é de 5,9. A diferença entre a maior e menor remuneração base ilíquida, por género, apresenta-se a seguir:



PRESTAÇÕES SOCIAIS

Os encargos com as prestações sociais distribuem-se da seguinte forma:

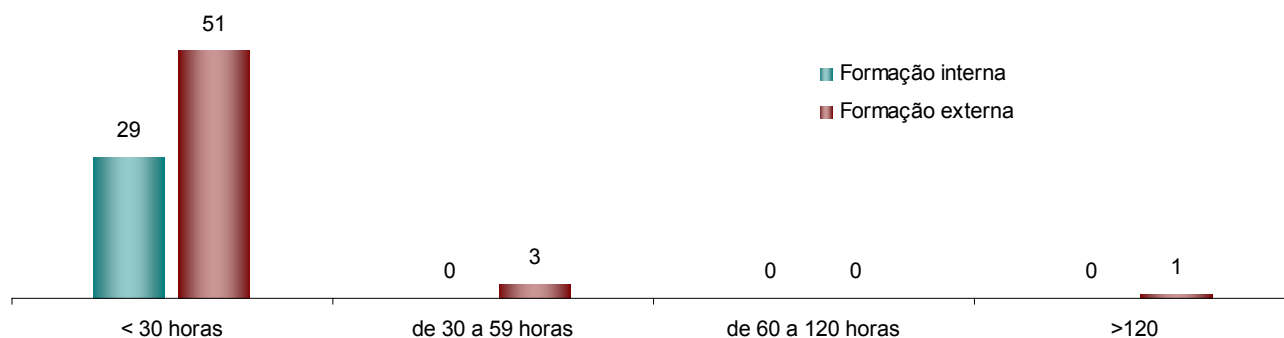


HIGIENE E SEGURANÇA

Nesta área há a registar 1 acidente no local de trabalho porém os dias de trabalho perdidos foram consequência de acidentes ocorridos em anos anteriores.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

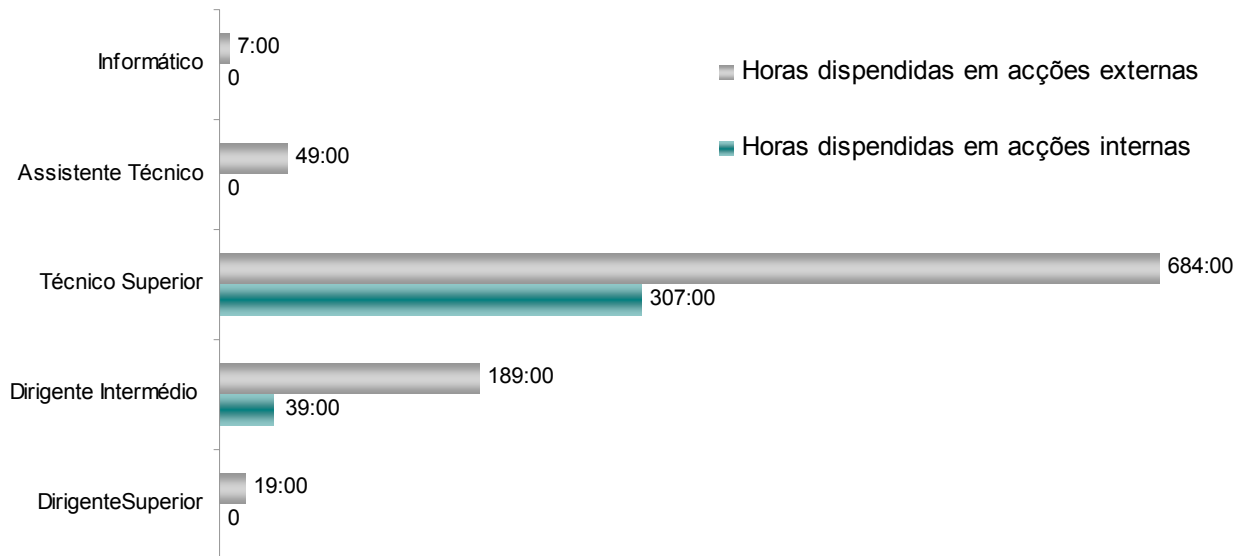
Durante o ano em análise, foram consideradas 84 ações de formação.



O investimento na formação foi de 3.849,00€ no ano em análise, assim distribuído:

Despesa com ações internas	0.00€
Despesa com ações externas	3.849,00€

O grupo de pessoal que realizou mais horas de formação foi o de técnico superior:



RELAÇÕES PROFISSIONAIS

Trabalhadores sindicalizados, com desconto no vencimento	34
--	----

QUADRO DE ÍNDICES

Tecnicidade	88%
Enquadramento	7%
Enquadramento feminino	4%
Feminização	56%
Formação superior	60%
Formação superior - mulheres	60%
Formação superior - homens	61%
Participação Global em Formação	21%

Conclusão

O Balanço Social é um instrumento de planeamento e gestão na área de recursos humanos ao qual esta Direção-Geral dá especial relevância, uma vez que lhe permite obter todos os dados que possibilitam o desenvolvimento de uma política que fomente a eficácia, a economia e a eficiência dos recursos que lhe estão afetos.

A situação reportada evidencia o número de trabalhadores em exercício de funções tem vindo a decrescer ao longo dos últimos anos, como se pode verificar:

- 346 efetivos em 31/12/2008
- 314 efetivos em 31/12/2009
- 302 efetivos em 31/12/2010
- 282 efetivos em 31/12/2011
- 273 efetivos em 31/12/2012

Continua a predominar o pessoal técnico superior, um nível etário elevado e um elevado nível de escolaridade.

V - AVALIAÇÃO FINAL

Ano 2012
Menção de Desempenho Bom
 Homologação em 2013-05-21
Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território**Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural****MISSÃO: Promover a Valorização, a Competitividade e a Sustentabilidade da Agricultura e dos Territórios Rurais****VISÃO: Ser a autoridade de excelência nas áreas Fitossanitária e do Regadio e uma referência no Desenvolvimento Rural (BSC)****Objetivos Estratégicos**

DESIGNAÇÃO

OE 1: Melhorar a competitividade e sustentabilidade do sector agrícola e dos territórios rurais;

OE 2: Aumentar o grau de satisfação dos clientes;

OE 3: Optimizar a gestão dos recursos humanos e materiais.

Objetivos Operacionais**Eficácia****45%****O1: Definir Modelo de operacionalização da Bolsa de Terras****Peso: 25%**

	INDICADORES	2010	2011(E)	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
1	Data de apresentação de proposta de legislação	n.a.	n.a.	106	15	75	100%		72	127%	Superou

O2: Propor Novo Regime Jurídico das obras de Aproveitamento Hidroagrícola**Peso: 25%**

	INDICADORES	2010	2011(E)	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
2	Data de apresentação de proposta de diploma legal	n.a.	n.a.	350	15	320	100%		18	377%	Superou

O3: Aumentar a área de regadio coletiva pública**Peso: 25%**

	INDICADORES	2010	2011(E)	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
3	Nova área (em hectares) em obra	n.a.	n.a.	1133	0	2247	100%		1133	100%	Atingiu

O4: Definir o regime da pequena produção de base local**Peso: 15%**

	INDICADORES	2010	2011(E)	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
4	Data de apresentação de diagnóstico da situação atual	n.a.	n.a.	259	15	228	50%		256	100%	Atingiu
5	Data de apresentação de proposta de alteração da regulamentação de enquadramento	n.a.	n.a.	350	15	320	50%		362	100%	Atingiu

O5: Dar cumprimento à Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2010, no que respeita à modernização dos serviços por via da qualificação dos recursos humanos**Peso: 10%**

	INDICADORES	2010	2011	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
6	Taxa de colaboradores com formação no ano de 2012	n.a.	20%	25%	5%	40%	100%		21%	100%	Atingiu

Eficiência**25,0%****O6: Elaborar Relatório final dos estudos para validação do tratamento térmico de casca de coníferas****Peso: 50%**

	INDICADORES	2010	2011(E)	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
7	Data de apresentação do relatório final	n.a.	n.a.	350	15	320	100%		198	227%	Superou

O7: Reduzir Prazo médio de Recebimentos**Peso: 50%**

	INDICADORES	2010	2011(E)	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
8	N.º de dias de redução do prazo médio	n.a.	n.a.	3	0	6	100%		32	342%	Superou

Qualidade**30,0%****O8: Intervir na segurança das barragens****Peso: 40%**

INDICADORES	2010	2011(E)	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
9 N.º de intervenções	n.a.	n.a.	2	1	5	50%		13	192%	Superou
10 N.º de Planos de Segurança	n.a.	n.a.	2	1	5	50%		7	142%	Superou

O9: Elaborar propostas de alteração da legislação dos materiais de multiplicação de fruteiras e de videira**Peso: 30%**

INDICADORES	2010	2011(E)	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
11 Data de Apresentação de proposta de revisão do DL n.º 329/2007 (Materiais de multiplicação de fruteiras)	n.a.	n.a.	320	15	259	50%		---	---	---
12 Data de Apresentação de proposta de revisão do DL n.º 194/2006 (Materiais de multiplicação de videira)	n.a.	n.a.	259	15	197	50%		229	112%	Superou

10: Promover a utilização sustentável de produtos fitofarmacêuticos**Peso: 30%**

INDICADORES	2010	2011(E)	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
13 Data de apresentação do Plano de Ação Nacional para o uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos	n.a.	n.a.	331	10	300	100%		325	100%	Atingiu

310

OBJECTIVOS: 01 - 02 - 06 - 07 - 08

NOTA EXPLICATIVA**JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS**

Nota: Indicador 1: No âmbito do Objetivo 1 do QUAR (Definir Modelo de operacionalização da Bolsa de Terras) a DGADR propôs-se apresentar uma proposta de legislação num prazo estimado com base no decurso normal da calendarização das suas atividades. Porém motivado pela premência, definida pela tutela, na elaboração desta legislação, a execução foi antecipada, assim como a concepção do portal informático de gestão nacional.

Nota: Indicador 2: No âmbito do Objetivo 2 do QUAR (Propor Novo Regime Jurídico das obras de Aproveitamento Hidroagrícola), nos finais de 2011 com a aposentação do Diretor -Geral houve a passagem do dossier de transição para a nova tutela e o novo Diretor-Geral contendo proposta. Logo no início de 2012 houve necessidade de revisão urgente dessa proposta para que fosse apresentada ao Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural para validação e circulação pelas entidades envolvidas. Nesse sentido houve necessidade urgente de estabilização desse documento de debate e a DGADR propôs apresentar uma proposta de legislação num prazo estimado com base no decurso normal da calendarização das suas atividades. Porém motivado pela premência, definida pela tutela, na elaboração desta legislação, a execução foi antecipada. Em 18 de janeiro de 2012 em reunião no Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural este documento foi apresentado à tutela iniciando-se o debate com os parceiros pelo gabinete, nomeadamente FENAREG e Associações de Beneficiários, que decorreu ao longo do ano.

Nota: Indicador 7: No âmbito do Objetivo 6 do QUAR (Elaborar Relatório final dos estudos para validação do tratamento térmico de casca de coníferas). Dada a premência de se submeter o novo método de tratamento de casca à aprovação da Comissão Europeia foi antecipada a data de apresentação do relatório. **Objetivo no âmbito de atribuições que transitaram, ainda em 2012, para a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, com a publicação dos respetivos diplomas orgânicos.**

Nota: Indicador 8: No âmbito do Objetivo 7 do QUAR (Reduzir Prazo médio de Recebimentos) definiu-se a meta com base nos resultados obtidos nos anos anteriores em que se pretendia melhorar esse prazo, não se prevendo porém atingir uma redução tão elevada. Os mecanismos implementados para a redução do prazo médio de recebimentos foram os seguintes: Centralização da emissão de faturação na sede o que permitiu um maior e melhor controlo das vendas e dos clientes; monitorização mensal da emissão de faturação de dívidas de clientes e do prazo médio de recebimentos; atuação contínua, passada e presente, sobre o prazo médio de cobrança com impactos positivos presentes e futuros nos recebimentos; sistematização e emissão de ofícios de insistência junto das entidades devedoras; envio às Unidades Orgânicas (área técnica) da listagem de devedores para agirem junto do cliente; solicitação dos débitos vencidos sempre que se emite nova fatura ao cliente devedor; e recuperação de dívidas de cobrança duvidosa por via de insistências e de processos de execução fiscal que permitiram uma excelente e eficiente redução.

Nota: Indicadores 9 e 10: No âmbito do Objetivo 8 do QUAR (Intervir na segurança das barragens). Devido ao impedimento, que resultou da insuficiente dotação orçamental, para a realização de investimentos que iriam requerer a colaboração de uma considerável equipa de técnicos, conduziu à orientação do trabalho desses técnicos para as intervenções na segurança de barragens permitindo superar de forma excepcional este objetivo operacional.

Nota: Indicador 11: No âmbito do Objetivo 9 do QUAR (Elaborar propostas de alteração da legislação dos materiais de multiplicação de fruteiras e videira). Não foi executado dado não terem sido finalizadas as diretivas comunitárias.

Nota: Indicador 12: No âmbito do Objetivo 9 do QUAR (Elaborar propostas de alteração da legislação dos materiais de multiplicação de fruteiras e videira). O projeto de diploma foi entregue no gabinete jurídico a 16 de agosto estando em apreciação, validação e consolidação aguardando solicitação para ser apresentado ao gabinete da tutela (quando considerado pela tutela oportuno). Apesar de não ter sido apresentado à tutela, por não ter havido solicitação, considerou-se o objetivo superado. **Objetivo no âmbito de atribuições que transitaram, ainda em 2012, para a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, com a publicação dos respetivos diplomas orgânicos.**

Nota: Indicador 13: No âmbito do Objetivo 10 do QUAR (Promover a utilização sustentável de produtos fitofarmacêuticos). No âmbito do Objetivo 10 do QUAR (Promover a utilização sustentável de produtos fitofarmacêuticos), o despacho que criou o grupo de trabalho para a elaboração do Plano de Ação Nacional (PAN) para o uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos apenas foi publicado em 25 de Outubro (despacho n.º 13879/2012, de 25 de Outubro). Foi elaborado um documento base de trabalho para o Plano de Ação Nacional a 5 de Novembro, tendo sido analisado na 1.ª reunião do grupo de trabalho a 12 de Novembro de 2012. Nessa primeira reunião foi ainda definido um cronograma das atividades, entre as quais a apresentação de um Relatório Preliminar até 20 de novembro de 2012 para dar cumprimento à alínea a) do n.º 5 do despacho: "O grupo de trabalho tem como missão: procederá até 20 de Novembro de 2012 à elaboração de um relatório preliminar, com o levantamento das linhas gerais dos objetivos e das medidas a integrar o Plano de Ação Nacional para o Uso Sustentável dos Produtos Fitofarmacêuticos".



O Relatório preliminar foi enviado a 20 de Novembro para o gabinete de Sua Excelência a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território pelo que se considera o objetivo cumprido e atingido. **Objetivo no âmbito de atribuições que transitaram, ainda em 2012, para a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, com a publicação dos respetivos diplomas orgânicos.**

AVALIAÇÃO FINAL**Eficácia**

79,2%

Eficiência

71,0%

Qualidade

34,0%

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direção Superior	20	60	48	-20,0%
Dirigentes - Direção intermédia e chefes de equipa	16	336	252,46	-24,9%
Técnico Superior - (inclui especialistas de informática)	12	1884	1695	-10,0%
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)	9	18	9	-50,0%
Assistente Técnico - (inclui técnicos de informática)	8	752	679,23	-9,7%
Assistente operacional	5	95	79	-16,8%
Total	70	3145	2762,69	-12,2%



Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS (corrigido)	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de funcionamento	14.743.479	13.439.346	-8,8%
Despesas c/Pessoal	7.010.563	6.910.836	-1,4%
Aquisições de Bens e Serviços	3.774.887	3.040.949	-19,4%
Juros e outros encargos	303.900	303.815	0,0%
Transferências correntes	390.801	334.534	-14,4%
Outras despesas correntes	1.559.838	1.262.949	-19,0%
Despesas de capital	1.703.490	1.586.263	-6,9%
Investimento	62.715	12.148	-80,6%
Outros valores	37.462.768	24.029.259	-35,9%
TOTAL (OF+Investimento+Outros)	52.268.962	37.480.752	-28,3%

Indicadores _ Fonte de Verificação

EFICÁCIA

- 1 Data de Apresentação à Tutela
- 2 Data de Apresentação à Tutela
- 3 Autos de medição
- 4 Data de Apresentação à Tutela
- 5 Data de Apresentação à Tutela
- 6 Balanço social

EFICIÊNCIA

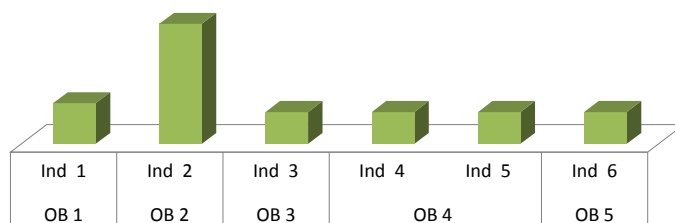
- 7 Data de elaboração do relatório final
- 8 Sistem de Gestão de Recursos Financeiros Partilhada (GeRFIP)

QUALIDADE

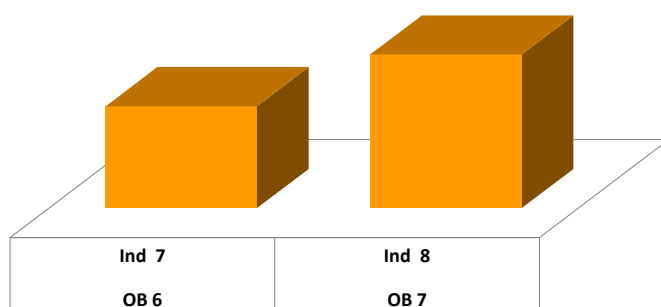
- 9 Concursos de empreitadas lançados
- 10 Contratos de prestação de serviços
- 11 Data de apresentação à Tutela
- 12 Data de apresentação à Tutela
- 13 Data de apresentação à Comissão Europeia

Taxa de Realização dos Indicadores - Representação Gráfica

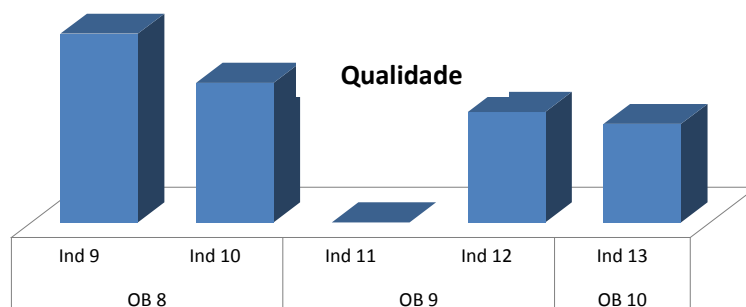
Eficácia



Eficiência



Qualidade



EFICÁCIA	EFICIÊNCIA	QUALIDADE
45%	25%	30%
79,2%	71,0%	34,0%

AVALIAÇÃO FINAL DO SERVIÇO		
BOM	SATISFATÓRIO	INSUFICIENTE
184,3%		

Apreciação Qualitativa e Quantitativa dos Resultados Alcançados e Menção Honrosa

Para ciclo de gestão de 2012, o QUAR foi composto por três Objetivos Estratégicos para os quais convergiram dez Objetivos operacionais anuais das Unidades Orgânicas, repartidos pelas dimensões Eficácia, Eficiência e Qualidade e para apurar o grau de cumprimento destes objetivos foram definidos treze indicadores.

A nível dos Recursos Humanos, e tendo sido considerado que as Unidades Equivalentes de Recursos Humanos Planeados em 2012 assumem o valor global de 228 dias, foi executado 88% do que o inicialmente previsto, ou seja, foi de menos (-) 382,31 Unidades (correspondendo à diferença entre as Unidades Equivalentes de Recursos Humanos Executados - UERHE e as Unidades Equivalentes de Recursos Humanos Planeados - UERHP), sendo a maior lacuna da pontuação executada face à planeada ao nível de coordenadores técnicos.

O desvio ao nível dos Recursos Financeiros e relativamente ao Orçamento de Funcionamento, é de menos (-) 1.304.133€ (-8,8%) considerando o valor executado face ao estimado. Relativamente ao Orçamento de investimento PIDDAC, o desvio é de menos (-) 50.567 € (-80,6%). Em relação a outros projetos o desvio é de menos (-) 13.433.509 (-35,9%).

Tendo em consideração todos os fatores ao longo do relatório apresentados, nomeadamente a realização dos objetivos do QUAR acrescido do facto de os objetivos operacionais e de suporte das Direções de Serviços terem tido um grau de realização (atingidos e superados) de 86% e acrescido do forte envolvimento e ou coordenação em grupos de trabalho, nomeadamente:

- Grupo de Trabalho Gestão e Reestruturação Rural – GERAR
 - ✓ Objetivo: desenvolver as ações preparatórias que se revelem necessárias à adoção das medidas, de natureza legislativa, administrativa ou outra, que concretizem os princípios e objetivos da estratégia GERAR
- Grupo de Trabalho para a Valorização da Produção Agrícola Local – GEVPAL
 - ✓ Objetivo: Definição de uma estratégia nacional de valorização dos produtos locais, que integre de uma forma concertada as medidas de política de apoio à produção, transformação e comercialização destes produtos, em Portugal
- Grupo de Trabalho para a simplificação do Regime do Exercício da Atividade Pecuária – GT SIMREAP
 - ✓ Objetivo: Simplificação do processo de licenciamento e a harmonização dos critérios de aplicação do Regime de Exercício da Atividade Pecuária

➤ Bolsa de Terras

✓ Objetivo

- Permitir a utilização dos prédios rústicos com aptidão agrícola, florestal ou silvo pastoril pertencentes ao Estado ou às autarquias locais, e ainda dos baldios;
- Facilitar o encontro entre a oferta e a procura para fins de exploração agrícola, florestal e silvo pastoril;
- Potenciar as condições para o início de atividade de novos agricultores, nomeadamente dos mais jovens, promovendo o rejuvenescimento do tecido produtivo;
- Contribuir para o aumento da dimensão das explorações e do aumento da competitividade, conferindo àquelas escalas mais consentâneas com a redução dos custos de produção;
- Aumentar o volume e o valor da produção agroalimentar, florestal e silvo pastoril nacional, contribuindo para a sustentabilidade da diminuição das importações e do aumento das exportações

Propõem-se o seguinte:

Menção Proposta pelo Dirigente Máximo do serviço como Resultado da Autoavaliação

Pela análise dos resultados obtidos em cada um dos objetivos e considerando a ponderação das dimensões, nomeadamente **EFICÁCIA (45%)**, **EFICIÊNCIA (25%)** e **QUALIDADE (30%)** resulta um valor de 72,9% no parâmetro **EFICÁCIA 71,0%** no parâmetro **EFICIÊNCIA** e **34,0%** no parâmetro **QUALIDADE**.

Considerando estes valores, que correspondem à superação de todos os objetivos mais relevantes, alcançou-se um valor final de **184,3%**.

O Dirigente máximo do Serviço face ao desempenho apresentado pelo Serviço propõe a menção de **DESEMPENHO BOM**.

Conclusões Prospetivas e Plano de Melhorias

A DGADR é um organismo que com a publicação dos diplomas **Decreto Regulamentar nº 32/2012**, D.R n.º 57, Série I, de 20 de março que aprovou a orgânica da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Agricultura e Desenvolvimento Rural, **Portaria nº 303/2012**, D.R n.º 193, Série I, de 4 de outubro que fixou a estrutura nuclear da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e o **Despacho nº 13434/2012**, D.R n.º 199, Série II, de 15 de outubro que criou as unidades flexíveis da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, apresenta um conjunto de atribuições já presentes na orgânica anterior e outras que transitaram de organismos tendo neste processo de reestruturação transitado também algumas atribuições para a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária.

Neste contexto, ao organismo ficaram afetos menos recursos humanos, centralizando esses recursos, que estavam dispersos por edifícios distintos, apenas num edifício.

Essa concentração de recursos num só edifício implicou não só as questões de logística também alterações na infraestrutura informática, inclusivamente o processo de transição para a DGAV, a qual ficou com os edifícios anteriormente ocupados pela DGADR.

Neste momento encontra-se em processo de consolidação e estabilização da infraestrutura e rede de comunicações

Numa linha de orientação já anteriormente adotada em anos anteriores e numa otica de melhoria contínua apresentou-se ao PIDDAC:

✓ Projeto **Informatização da tramitação processual do regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RAN)**

Realizar informaticamente, com recurso a sistema informático próprio, a tramitação processual do regime jurídico da RAN nos termos da obrigatoriedade estabelecida no Artigo 36º do Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31 de março publicado no DR, 1ª Série, nº 63.

*projeto aprovado em 2010 mas suspenso em abril de 2011 pela impossibilidade de assumir novos compromissos decorrente do Despacho n.º 154/2011.

A análise dos questionários permitiu também identificar algumas áreas que necessitam de maior atenção, nomeadamente:

- Maior disponibilização de informação *online*

- Incrementar o envolvimento dos trabalhadores na organização tendo si apresentadas sugestões de melhoria em que deveria ser criado um grupo interno (talvez voluntários) que se destinasse a trazer a inovação e modernização para a DGADR, nas múltiplas vertentes (burocráticas-administrativas e técnicas) incentivando
- Necessidade de proporcionar a participação em acções de formação externas como prémio de desempenho

A identificação destas áreas foi relevante porque constituem também uma orientação importante para a definição da política de formação operacionalizável através do Plano de Formação

VI - ANEXOS

QUADROS DO BALANÇO SOCIAL

1. RECURSOS HUMANOS

CONTAGEM DOS TRABALHADORES POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO A MODALIDADE DE VINCULAÇÃO E GÉNERO

Recursos Humanos	SEXO	DIRIGENTE SUPERIOR	DIRIGENTE INTERMÉDIO	TECNICO SUPERIOR	ASSISTENTE TÉCNICO	ASSISTENTE OPERACIONAL	INFORMÁTICO	OUTRO PESSOAL b)	TOTAL
Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	H	0	0	63	32	9	9	0	113
	M	0	0	78	51	8	6	0	143
	T	0	0	141	83	17	15	0	256
Comissão de Serviço no âmbito da Legislação sobre Vínculos, Carreiras e Retribuições (LVCR)	H	1	6	0	0	0	0	0	7
	M	1	9	0	0	0	0	0	10
	T	2	15	0	0	0	0	0	17
TOTAL		2	15	141	83	17	15	0	273

Prestações de Serviços	M	F	Total
Tarefas	0	0	0
Avenças	0	0	0
Total	0	0	0

ÍNDICE DE TECNICIDADE	Técnico Superior + Informático + Assistente técnico	88%
	Total de efetivos	
ÍNDICE DE ENQUADRAMENTO	Pessoal dirigente	6,2%
	Total de efetivos	
ÍNDICE DE ENQUADRAMENTO FEMININO	Pessoal dirigente feminino	4%
	Total de efetivos	
ÍNDICE DE FEMINIZAÇÃO	Efetivos do sexo feminino	56%
	Total de efetivos	

CONTAGEM DOS TRABALHADORES POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O ESCALÃO ETÁRIO E GÉNERO

ESTRUTURA ETÁRIA POR GRUPO/CARGO/ CARREIRA	SEXO	<20 anos	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	40 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 59	60 - 64	65 - 69	TOTAL
Dirigente Superior	H							1					1
	M							1					1
	T	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Dirigente Intermédio	H						1	1	1	1	2		6
	M						2	4	3				9
	T	0	0	0	0	0	3	5	4	1	2	0	15
Técnico Superior	H				1		5	9	6	19	23		63
	M				1		11	19	21	16	10		78
	T	0	0	0	2	0	16	28	27	35	33		141
Assistente Técnico	H					1	2	6	7	10	6		32
	M						4	12	9	20	4	2	51
	T	0	0	0	0	1	6	18	16	30	10	2	83
Assistente Operacional	H						2	2	1	4			9
	M							3	2	1		2	8
	T	0	0	0	0	0	2	5	3	5	0	2	17
Informático	H								4	2	1		7
	M						2	1	1	3	1		8
	T	0	0	0	0	0	2	1	5	5	2	0	15
TOTAL		0	0	0	2	1	29	59	55	76	47	4	273

ESTRUTURA ETÁRIA	< 20 anos	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	40 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 59	60 - 64	65 - 69	TOTAL
Homens	0	0	0	1	1	10	19	19	36	32	2	120
Mulheres	0	0	0	1	0	19	40	36	40	15	2	153
TOTAL	0	0	0	2	1	29	59	55	76	47	4	273

CONTAGEM DOS TRABALHADORES POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O NÍVEL DE ANTIGUIDADE E GÉNERO

ESTRUTURA ANTIGUIDADES	HOMENS	MULHERES	TOTAL
<5 anos	6	3	9
5 - 9	3	2	5
10 - 14	4	9	13
15 - 19	8	13	21
20 - 24	18	42	60
25 - 29	13	25	38
30 - 34	26	24	50
35 - 39	33	29	62
>40 anos	9	6	15
TOTAL	120	153	273

ESTRUTURA DO NÍVEL DE ANTIGUIDADE	SEXO	<5 anos	5-9	10-14	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	>40 anos	TOTAL
Dirigente Superior	H					1					1
	M	1									1
	T	1	0	0	0	1	0	0	1	0	2
Dirigente Intermédio	H	1			1	1	1	0	2		6
	M	1		1	3	2	2	0			9
	T	2	0	1	4	3	3	0	2	0	15
Técnico Superior	H	4	3	1	3	10	5	16	16	5	63
	M	1	2	3	7	26	11	12	14	2	78
	T	5	5	4	10	36	16	28	30	7	141
Assistente Técnico	H	1		3	3	1	5	5	13	1	32
	M			4	2	12	9	7	13	4	51
	T	1	0	7	5	13	14	12	26	5	83
Assistente Operacional	H					3	2	2	2		9
	M			1	1	2	2	2			8
	T	0	0	1	1	5	4	4	2	0	17
Informático	H				1	2	0	3	0	3	9
	M						1	3	2		6
	T	0	0	0	1	2	1	6	2	3	15
TOTAL		9	5	13	21	60	38	50	62	15	273

CONTAGEM DOS TRABALHADORES POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE E GÉNERO

ESTRUTURA POR HABILITAÇÕES ACADÉMICAS	SEXO	<4 anos de escolaridade	4 anos de escolaridade	6 anos de escolaridade	9º ano ou equivalente	11º ano	12º ano ou equivalente	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	TOTAL
Dirigente Superior	H								1			1
	M									1		1
	T	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2
Dirigente Intermédio	H								6			6
	M								6	3		9
	T	0	0	0	0	0	0	0	12	3	0	15
Técnico Superior	H							15	44	4		63
	M							8	63	7		78
	T	0	0	0	0	0	0	23	107	11	0	141
Assistente Técnico	H			1	7	7	17					32
	M		1	1	8	2	37	1	1			51
	T	0	1	2	15	9	54	1	1	0	0	83
Assistente Operacional	H		3	2	2		2					9
	M		2		5		1					8
	T	0	5	2	7	0	3	0	0	0	0	17
Informático	H			1	1	1	2		4			9
	M					1	4		1			6
	T	0	0	1	1	2	6	0	5	0	0	15
TOTAL		0	6	5	23	11	63	24	126	15	0	273

ÍNDICE DE FORMAÇÃO SUPERIOR	$\frac{\text{Doutoramento+Mestrado+Licenciatura+Bacharelato}}{\text{Total de efetivos}}$	60%
ÍNDICE DE FORMAÇÃO SUPERIOR MULHERES	$\frac{\text{Doutoramento+Mestrado+Licenciatura+Bacharelato}}{\text{Total de efetivos / Mulheres}}$	60%
ÍNDICE DE FORMAÇÃO SUPERIOR HOMENS	$\frac{\text{Doutoramento+Mestrado+Licenciatura+Bacharelato}}{\text{Total de efetivos / Homens}}$	61%

CONTAGEM DOS TRABALHADORES ESTRANGEIROS

TRABALHADORES ESTRANGEIROS	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Nº de trabalhadores	0	0	0

CONTAGEM DOS TRABALHADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

TRABALHADORES COM DEFICIÊNCIA	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Nº de trabalhadores	5	1	6

CONTAGEM DOS POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS E NÃO OCUPADOS DURANTE O ANO, POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO A DIFICULDADE DE RECRUTAMENTO

VAGAS NÃO OCUPADAS	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente operacional	Informático	Outro pessoal	TOTAL
Não abertura de procedimento concursal	1	15						16
Procedimento concursal em desenvolvimento	1							1
Falta de autorização da entidade competente								0
TOTAL	2	15	0	0	0	0	0	17

CONTAGEM DAS MUDANÇAS DE SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES, POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O MOTIVO E GÉNERO

MUDANÇA DE SITUAÇÃO	SEXO	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente operacional	Informático	TOTAL
Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório	H							0
	M							0
	T	0	0	0	0	0	0	0
Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestonária	H							0
	M							0
	T	0	0	0	0	0	0	0
Procedimento concursal	H							0
	M							0
	T	0	0	0	0	0	0	0
Consolidação da mobilidade na categoria	H				1	3		4
	M			3				3
	T	0	0	0	0	0	0	7
TOTAL		0	0	3	1	3	0	7

CONTAGEM DOS TRABALHADORES POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO A MODALIDADE DE HORÁRIO DE TRABALHO E GÉNERO

PERÍODO NORMAL DE TRABALHO	SEXO	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente operacional	Informático	TOTAL
Rígido	H			7	4	5		16
	M			2	1	4		7
	T	0	0	9	5	9	0	23
Flexível	H			54	23	4	8	89
	M			59	42	4	6	111
	T	0	0	113	65	8	14	200
Jornada contínua	H			2	5		1	8
	M			15	8			23
	T	0	0	17	13	0	1	31
Específico	H							0
	M			2				2
	T	0	0	2	0	0	0	2
Isenção de horário	H	1	6					7
	M	1	9					10
	T	2	15					17
TOTAL		2	15	141	83	17	15	273

CONTAGEM DOS TRABALHADORES EM GREVE, POR ESCALÃO DE PNT E TEMPO DE PARALIZAÇÃO

GREVES	Período normal de trabalho			Total
	35 horas	42 horas	Outros	
Nº de Trabalhadores em greve	27	0	0	27
Duração da Paralisação	14:00	0	0	14:00

2. REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

ESTRUTURA REMUNERATÓRIA, POR GÉNERO

ESCALÃO DE REMUNERAÇÕES	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Até 500 €	2		2
501 - 1000 €	19	34	53
1001 - 1250 €	25	29	54
1251 - 1500 €	8	10	18
1501 - 1750 €	18	18	36
1751 - 2000 €	14	19	33
2001 - 2250 €	2	4	6
2251 - 2500 €	12	17	29
2501 - 2750 €	9	13	22
2751 - 3000 €	7	6	13
3001 - 3250 €	3	2	5
3251 - 3500 €	0	1	1
3501-3750	0	0	0
3751-4000	0	0	0
4001-4500	1	0	1
TOTAL	120	153	273

REMUNERAÇÃO *	MASCULINO	FEMININO
Mínima (€)	485,00 €	532,08 €
Máxima (€)	4.060,88 €	3.406,28 €

LEQUE SALARIAL ILÍQUIDO

Maior remuneração base ilíquida

Menor remuneração base ilíquida

8,4

3. HIGIENE E SEGURANÇA

NÚMERO DE ACIDENTES DE TRABALHO E DE DIAS DE TRABALHO PERDIDOS COM BAIXA, POR GÉNERO

ACIDENTES DE TRABALHO	SEXO	NO LOCAL DE TRABALHO				IN ITINERE			
		TOTAL	<30 DIAS DE BAIXA	≥30 DIAS DE BAIXA	MORTAIS	TOTAL	<30 DIAS DE BAIXA	≥30 DIAS DE BAIXA	MORTAIS
N.º total de acidentes	T	0				0			
N.º de acidentes com baixa	H	1	1	0	0		0	0	0
	M	0	0	0	0		0	0	0
N.º de dias perdidos com baixa	H	19	19	0	0		0	0	0
	M	0	0	0	0		0	0	0
N.º de dias perdidos com baixa do ano anterior	H	0	0	0	0		0	0	0
	M	0	0	0	0		0	0	0

NÚMERO DE CASOS DE INCAPACIDADE DECLARADOS DURANTE O ANO, RELATIVAMENTE AOS TRABALHADORES VÍTIMAS DE ACIDENTE DE TRABALHO

CASOS DE INCAPACIDADE	N.º DE CASOS
Casos de incapacidade permanente:	0
Casos de incapacidade temporária e absoluta	0
Casos de incapacidade temporária e parcial	0
TOTAL	0

4. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CONTAGEM RELATIVA A PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO DURANTE O ANO, POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O TIPO DE AÇÃO

GRUPO/CARGO/CARREIRA / N.º DE PARTICIPAÇÕES E DE PARTICIPANTES	AÇÕES INTERNAS	AÇÕES EXTERNAS	TOTAL	
	N.º de participações	N.º de participações	N.º de participações (por ações)	N.º de participantes
Dirigente Superior		2	2	1
Dirigente Intermédio	4	17	21	10
Técnico Superior	25	32	57	42
Assistente Técnico		3	3	2
Assistente Operacional				
Informático		1	1	1
TOTAL	29	55	84	56

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO EM FORMAÇÃO

N.º de participantes em ações de formação

Total de efetivos

21%

CONTAGEM DAS HORAS DISPENDIDAS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO DURANTE O ANO, POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O TIPO DE AÇÃO

HORAS DISPENDIDAS	EM AÇÕES INTERNAS	EM AÇÕES EXTERNAS	TOTAL DE HORAS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO
Dirigente Superior	0:00	19:00	19:00
Dirigente Intermédio	39:00	189:00	228:00
Técnico Superior	307:00	684:00	991:00
Assistente Técnico	0:00	49:00	49:00
Assistente Operacional	0:00	0	0:00
Informático	0:00	7:00	7:00
TOTAL	346:00	948:00	1294:00

DESPESAS ANUAIS COM FORMAÇÃO

TIPO DE AÇÃO	VALOR (Euros)
Despesa com ações internas	0
Despesa com ações externas	3.849,00
TOTAL	3.849,00

RELAÇÕES PROFISSIONAIS

RELAÇÕES PROFISSIONAIS	N.º
Trabalhadores sindicalizados	34
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	0
Total de votantes para comissões de trabalhadores	0

ABREVIATURAS

AC	Autoridade de Certificação
AG	Autoridade de Gestão
AGRIS	Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Operacionais Regionais
AGRO	Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural
AH	Aproveitamento Hidroagrícola
AIA	Avaliação de Impacte Ambiental
ANCP	Agência Nacional de Compras Públicas
ANQ	Agência Nacional para a Qualificação
ANR	Autoridade Nacional de Regadio
APRH	Associação Portuguesa de Recursos Hídricos
ARH	Administrações das Regiões Hidrográficas
BT	Banco de Terras
CA	Comissões de Acompanhamento
CAP	Confederação dos Agricultores de Portugal
CC	Comité de Coordenação
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCMA	Conselho Consultivo de Mecanização Agrícola
CCP	Código dos Contratos Públicos
CNEMA	Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas
CNPPV	Conselho Nacional de Proteção da Produção Vegetal
CNQ	Catálogo Nacional de Qualificações
CNRA	Conselho Nacional da Reserva Agrícola
CNREN	Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional
CNV	Catálogo Nacional de Variedades
CNZH	Comissão Nacional para as Zonas Húmidas
CONFAGRI	Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Portugal CRL
CPEA	Comissão de Planeamento de Emergência da Agricultura
CPVO	Instituto Comunitário das Variedades Vegetais
CRRAN	Comissão Regional da Reserva Agrícola Nacional
CTA	Comissão Técnica de Acompanhamento
DGAIEC	Direção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo
DGOTDU	Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DHE	Ensaio de Distinção, Homogeneidade e Estabilidade

DIA	Declaração de Impacte Ambiental
DRAP	Direção-Regional de Agricultura e Pescas
EDIA	Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA.
EE	Estações Elevatórias
EF	Estruturação Fundiária
EFMA	Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva
EIA	Estudo de Impacte Ambiental
EN	Estratégia Nacional
EU	União Europeia
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FVO	Food and Veterinary Office
GeADAP	Solução Integrada de Gestão e Registo da Avaliação do Desempenho da Administração Pública
GeRAP	Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública
GeRFIP	Solução de Gestão de Recursos Financeiros em Modo Partilhado
GPP	Gabinete de Planeamento e Políticas
GT	Grupo de Trabalho
GTT	Grupos de Trabalho Temático
ICVV	Instituto Comunitário das Variedades Vegetais
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
IMTT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres
INE	Instituto Nacional de Estatística
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
INSPIRE (Diretiva)	INfrastructure for SPatial InfoRmation in Europe
IPQ	Instituto Português de Qualidade
ISTA	International Seed Testing Association
LEADER	Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
LES	Laboratório de Ensaio de Sementes
LVRC	Novos Regimes de Vinculação, Carreiras e Remunerações
MAMAOT	Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
NECE	Núcleo de Ensaio e de Controlo do Escaroupim
NMP	Nemátodo da Madeira do Pinheiro
OCDE	Organização para a Cooperação e para o Desenvolvimento Económico

OE	Organismo de Exame
OEPP	Organização Europeia e Mediterrânica para a Proteção das Plantas
OGM	Organismo Geneticamente Modificado
ONS	Organismo de Normalização Setorial
PA	Plano de Atividades
PDM	Plano Diretor Municipal
PDR	Plano Diretor de Regionalização
PEOT	Planos Especiais de Ordenamento do Território
PF	Produtos Fitofarmacêuticos
PI	Proteção Integrada
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PLC	Pedido de Libertação de Créditos
PM	Preservadores de Madeira
PMOT	Planos Municipais de Ordenamento do Território
POCP	Plano Oficial de Contabilidade Pública
POPH	Programa Operacional Potencial Humano
POS	Point of Sale (terminais)
PP	Planos de Pormenor
PRACE	Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural
PRODI	Produção Integrada
PROT	Planos Regionais de Ordenamento do Território
PRRN	Programa da Rede Rural Nacional
PU	Planos de Urbanização
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RECAPE	Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução da Infraestrutura
REDR	Rede Europeia de Desenvolvimento Rural
RH	Recursos Hídricos
RJUE	Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
RRN	Rede Rural Nacional
SCI	Sistema de Controlo Interno
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SIADAP	Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública

SIMPLEX	Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa
SIR	Sistema de Informação do Regadio
SNAA	Serviço Nacional de Avisos Agrícolas
SRH	Sistema de Recursos Humanos
ST	Secretariado Técnico
TER	Turismo em Espaço Rural
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TP	Turismo de Portugal
UERHE	Unidades Equivalentes de Recursos Humanos Executados
UERHP	Unidades Equivalentes de Recursos Humanos Planeados
UFCD	Unidades de Formação de Curta Duração
UITM	Unidade Industrial de Tratamento de Madeira
UO	Unidade Orgânica
UPOV	União Internacional para Proteção de Obtenções Vegetais
UTAD	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
VAU	Valor Agronómico e de Utilização
VGM	Variedades Geneticamente Modificadas

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

FICHA TÉCNICA

Editor: Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Coordenação: DSIGA / Divisão de Planeamento e Gestão da Informação

Edição em suporte magnético: DSIGA / Divisão de Planeamento e Gestão da Informação

Série Programação nº 64

ISSN 0872-993X

Distribuição: DSIGA / DPGI - Divisão de Planeamento e Gestão da Informação

Av. Afonso Costa, 3 – 1949-002 LISBOA

Tel. 21 844 22 00 – Linha de informação: 21 844 22 70 – Fax: 21 844 22 02

<http://www.dgadr.pt>

©2013 DIREÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (DGADR) RESERVADOS TODOS OS DIREITOS, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, À **DIREÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - DGADR**

Av. Afonso Costa, 3 – 1949-002 LISBOA